

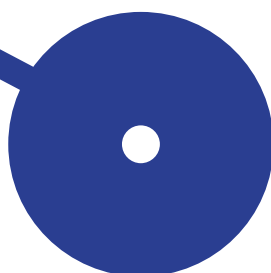
M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

“Construindo Pontes” – Um projeto de Educação e Intervenção Social com jovens refugiados

Jéssica Rodrigues

11/2024



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Jéssica Adriana Marques Rodrigues

“Construindo Pontes” –

Um projeto em Educação e Intervenção Social com jovens refugiados

Relatório de Projeto

**Mestrado em Educação e Intervenção Social – Especialização Ação Psicossocial em
Contextos de Risco**

Orientação: Prof.^a Doutora Carla Serrão

Porto, novembro de 2024

"It is often the small steps, not the giant leaps, that bring about the most lasting change"

Rainha Elizabeth II

(<https://www.goodreads.com/quotes/11637534-it-is-often-the-small-steps-not-the-giant-leaps>)

AGRADECIMENTOS

À medida que encerro este capítulo do meu percurso académico, é com enorme gratidão que dedico estas palavras a todos aqueles que, com o seu apoio incondicional, foram os verdadeiros coarquitetos do meu caminho. Cada passo dado neste percurso foi moldado pelo vosso apoio e presença, cujos conselhos, confiança e amizade transcenderam o mero auxílio, transformando cada desafio numa oportunidade de crescimento.

O meu primeiro e mais importante agradecimento direciono-o aos meus “meninos grandes”. Vocês são a essência e a inspiração deste percurso, e cada um de vocês deixou uma marca indelével não só no projeto, mas também na minha vida. Quando comecei este caminho, não imaginava o quão transformador ele seria. Com o tempo vocês transpareceram a vossa resiliência, assim como eu encontrei a minha, não sabendo que cada porta do quarto fechada e cada momento sozinha na sala se tornariam oportunidades para refletir, crescer e descobrir forças e vontades que eu não sabia que possuía. Cada desafio, cada dificuldade e cada silêncio foram, na verdade, passos essenciais para o desenvolvimento e para a compreensão mais profunda do verdadeiro impacto e significado do nosso tempo juntos. Assim como cada história partilhada, cada sonho revelado, e cada passo dado no caminho para a mudança foram momentos de grande significância para mim. Quero realçar que o verdadeiro impacto deste projeto não se mede apenas pelas ações realizadas ou pelos resultados alcançados, mas sim pelas relações construídas e pelas transformações que vi em cada um de vocês. Cada pequeno passo que deram, cada sorriso e agradecimento genuíno partilhado, cada momento de superação, foi mais valioso do que qualquer resultado esperado. A cada um de vocês, agradeço por confiarem em mim e por permitirem que eu fizesse parte das vossas vidas. تشکر از همه چیز!

À equipa técnica, obrigada pelo apoio inabalável e pela ajuda constante, especialmente nos momentos mais difíceis deste percurso. O vosso compromisso e disponibilidade para apoiar, orientar e oferecer conselhos foram cruciais para enfrentar certos desafios. Assim como, o vosso empenho e dedicação, foram verdadeiramente inspiradores e marcaram uma diferença significativa na realização deste projeto.

À minha família, pais, irmãs, sobrinhos/a e cunhados, agradeço-lhes pela sua paciência, compreensão e apoio que sempre me proporcionaram ao longo deste projeto. Em cada etapa, vocês foram a âncora que me manteve firme, especialmente nos momentos temporários de desistência e desafios, onde a vossa força, crença e cada palavra de apoio serviu como um lembrete do valor da perseverança e da resiliência.

À minha eterna Guida, companheira de vida, torna-se difícil encontrar palavras que façam justiça ao que significas para mim. A pessoa que tu és, o teu apoio incondicional, o carinho e força que sempre demonstraste, foram fundamentais em cada passo da minha vida e deste percurso. A tua amizade é um presente inestimável, és a força que me deu coragem para seguir em frente. No meio das inevitáveis mudanças que o futuro reserva, tenho a certeza de que tu serás a pessoa constante na minha vida.

À minha Nena, Alex, Fabinho e Djodje, os que sempre estiveram ao meu lado incondicionalmente, vocês são a prova que a verdadeira amizade transcende o tempo e as circunstâncias. Obrigada por todas as palavras de apoio, pelos momentos passados, pela vossa força e genuinidade, sem vocês nada disto seria possível. Se é permitido alguma vez usar uma frase cliché que seja aqui e agora, “vocês não são de sempre, mas serão para sempre”.

Às minhas famalicenses, as raparigas mais tolas, escandalosas e genuínas que eu já conheci. Sempre disseram que as amizades feitas na universidade são para a vida e acho que nunca quis tanto que uma expressão fosse concretizada. Vocês são o verdadeiro lembrete que uma amizade é um misto de seriedade e de loucura. Obrigada por serem um porto seguro nestes anos “que são viagem”.

À minha orientadora, Professora Doutora Carla Serrão, gostaria de expressar a minha sincera gratidão e apreço. A sua sabedoria, paciência e disponibilidade foram fundamentais para o meu crescimento. Agradeço-lhe por acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu própria duvidava. O seu incentivo, combinado com a sua capacidade de me desafiar, permitiram-me crescer de formas que eu não antecipava. Agradeço-lhe por cada conversa, por cada desafio lançado, e por nunca ter permitido que eu desistisse dos meus objetivos, mesmo quando o caminho não parecia ser o mais fácil.

Por fim, a todos os professores da Escola Superior de Educação gostaria de lhes agradecer pelos seus conhecimentos e dedicação. Cada aula, conselho, trabalhos e partilha de saberes, contribuíram de forma única para o meu crescimento. Obrigada por me darem a conhecer a área da intervenção social com um olhar diferente e emancipador. Aos meus colegas de turma, com quem partilhei esta intensa caminhada, agradeço pela amizade, apoio mútuo e por todos os momentos de partilha.

A caminhada é sempre mais leve e rápida quando temos ao nosso lado pessoas que acreditam em nós e nos dão um apoio incondicional. A verdadeira força de um projeto vem da rede de apoio que o sustenta. Um obrigado nunca será suficiente por serem a ponte que me permitiu alcançar esta nova conquista.

RESUMO

Este relatório surge no contexto de um projeto interventivo centrado na facilitação da integração de um grupo de jovens refugiados, provenientes do Afeganistão, com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos, acolhidos numa instituição no norte de Portugal, num apartamento de autonomização. O projeto, conduzido sob a égide da metodologia de Investigação-Ação Participativa, visou responder às necessidades específicas destes jovens, mediante o desenvolvimento de estratégias e ações que promovessem não só a sua inserção no mercado de trabalho e no sistema educativo, mas também a promoção do seu bem-estar.

O processo de acolhimento e integração de pessoas refugiadas, requer abordagens multifacetadas e sensíveis às suas experiências individuais, com vista a promover um ambiente integrativo e inclusivo, essencial para construir mudanças.

Deste modo, este projeto foi desenvolvido a partir de uma análise minuciosa das condições de vida e das experiências destes jovens. Enfatiza a importância de criar relações, construir confiança, adaptar-se a uma nova cultura, destacando a importância de práticas que respeitem e valorizem as suas identidades, proporcionando um ambiente acolhedor e de compreensão. Cada ação foi moldada pelas necessidades e problemas identificados pelos intervenientes, valorizando os seus percursos individuais. Desta forma, foram desenvolvidas três ações: “Momento a momento: Desenvolvimento de competências linguísticas e escolares”; “Rumo ao futuro: Horizontes de projetos de vida” e “Caminhadas de saúde”, que visaram promover a integração e adaptação dos jovens à nova realidade, ajudando-os a superar barreiras linguísticas, culturais e emocionais, enquanto se construíam caminhos de crescimento pessoal.

Palavras-chave: Pessoas refugiadas; Jovens; Integração; Investigação-Ação participativa; Identidade.

ABSTRACT

This report appears in the context of an intervention project focused on facilitating the integration of a group of young refugees, from Afghanistan, aged between 16 and 18, hosted in an institution in the north of Portugal, in a self-sufficient apartment. The project, conducted under the auspices of the Participatory Action Research methodology, aimed to respond to the specific needs of these young people, through the development of strategies and actions that promoted not only their insertion into the job market and the educational system, but also promoting their well-being.

The process of welcoming and integrating refugees requires multifaceted approaches that are sensitive to their individual experiences, with a view to promoting an integrative and inclusive environment, essential for building change.

Therefore, this project was developed based on a thorough analysis of the living conditions and experiences of these young people. It emphasizes the importance of creating relationships, building trust, adapting to a new culture, highlighting the importance of practices that respect and value their identities, providing a welcoming and understanding environment. Each action was shaped by the needs and problems identified by the participants, valuing their individual journeys. In this way, three actions were created: "Moment by moment: Development of language and school skills"; "Towards the future: Horizons of life projects" and "Health walks", with a view to promoting their integration and adaptation of young people to the new reality, helping them to overcome linguistic, cultural and emotional barriers, while building paths of personal growth.

Keywords: Refugee people; Young people; Integration; Participatory action research; Identity.

LISTA DE SIGLAS

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

AIMA – Agência para a Integração Migrações e Asilo

CIPP – Context, Input, Process, Product

EMAT – Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais

GTAEM – Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações

IAP – Investigação-Ação Participativa

ISS – Instituto da Segurança Social

NAIR – Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados

PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados

PSPT – Perturbação de Stress Pós-Traumático

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees

WHO – World Health Organization

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE SIGLAS.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	4
1.1. INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA.....	4
1.2. TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO.....	7
1.3. MODELO DE AVALIAÇÃO.....	9
2. O CAMINHO DE SER REFUGIADO: ENTRE RAÍZES E RECOMEÇOS.....	13
2.1. PESSOA REFUGIADA OU MIGRANTE? A IMPORTÂNCIA DA TERMINOLOGIA	13
2.2. POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO E DE INTEGRAÇÃO EM PORTUGAL.....	16
2.3. A PRESERVAÇÃO E O RESPEITO DAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES	22
2.4. RECOMEÇOS SOB O PESO DO PASSADO: VULNERABILIDADES E DESAFIOS PSICOSSOCIAIS	26
3. ANÁLISE DA REALIDADE.....	32
3.1. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	32
3.2. APARTAMENTOS DE AUTONOMIZAÇÃO E A SUA GESTÃO.....	33
3.3. REFUGIADOS AFEGÃOS E PRIMEIROS CONTACTOS.....	35
3.4. MAPEANDO A REALIDADE: DIÁLOGOS E DESCOBERTAS.....	37
3.5. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO	42
4. DESENHO DO PROJETO “CONSTRUINDO PONTES”	46
4.1. FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES	46
4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA.....	51
5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO.....	54

5.1.	AÇÃO 1: MOMENTO A MOMENTO: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS LINGÜÍSTICAS E ESCOLARES.....	54
5.2.	AÇÃO 2: RUMO AO FUTURO: HORIZONTES DE PROJETOS DE VIDA.....	57
5.3.	AÇÃO 3: CAMINHADAS DE SAÚDE.....	61
5.4.	AVALIAÇÃO DO PROCESSO.....	64
6.	AVALIAÇÃO FINAL.....	69
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
	REFERÊNCIAS.....	78
	ANEXOS.....	85
	ANEXO A – CONSENTIMENTO INFORMADO DOS PARTICIPANTES.....	85
	ANEXO B – CONSENTIMENTO INFORMADO DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS.....	86
	APÊNDICES.....	88
	APÊNDICE A – CONSENTIMENTO INFORMADO DA ENTREVISTA À EQUIPA TÉCNICA.....	88
	APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA À EQUIPA TÉCNICA.....	89
	APÊNDICE C – ENTREVISTA À EQUIPA TÉCNICA.....	90

INTRODUÇÃO

A crescente onda de migrações forçadas, impulsionada por conflitos armados, crises humanitárias e instabilidade política, tem colocado à prova as capacidades das sociedades de acolhimento em todo o mundo. Em Portugal, como em muitos outros países, o acolhimento de refugiados exige abordagens inovadoras e sensíveis. A inserção destas pessoas nas sociedades de acolhimento requer abordagens multidimensionais que transcendam a mera provisão de abrigo e subsistência, englobando igualmente a promoção do seu bem-estar emocional, psicológico, educativo e profissional.

O acolhimento de pessoas refugiadas envolve diversos desafios que vão para além da inserção num novo território. A separação das famílias durante o processo de deslocação, as barreiras linguísticas que dificultam a comunicação e a integração, os traumas decorrentes da perda de lares e vidas, assim como a adaptação a uma nova cultura, são obstáculos que afetam profundamente a vida das pessoas refugiadas. Do ponto de vista psicológico, estes indivíduos enfrentam frequentemente sentimentos de isolamento, ansiedade e incerteza quanto ao futuro. Dada a complexidade deste cenário, este projeto de Educação e Intervenção Social teve, entre outros, o objetivo de mitigar esses desafios, criando um ambiente de apoio proporcionando o desenvolvimento destes jovens, promovendo a sua integração sociocultural e o seu bem-estar emocional, valorizando simultaneamente os seus percursos e contextos individuais.

Deste modo, este relatório reflete o trajeto desenvolvido com quatro jovens afegãos refugiados, focado na promoção da sua integração sociocultural, com vista ao seu desenvolvimento integral. Ao construir pontes de compreensão, confiança e apoio, este projeto, por meio da utilização de várias estratégias, procurou transformar os desafios em oportunidades tendo em vista a integração destes jovens. O próprio título espelha a necessidade de construir alternativas frente aos desafios e limitações confrontados. Quando os “caminhos tradicionais” não são acessíveis, é necessário construir pontes que permitam novas possibilidades e oportunidades.

O projeto “Construindo Pontes” encontra-se estruturado em seis capítulos. No primeiro capítulo, “Enquadramento Metodológico”, são apresentados os alicerces teóricos e metodológicos que guiaram o desenvolvimento do projeto. Este capítulo enfatiza a metodologia de Investigação-

Ação Participativa, as técnicas de investigação e intervenção utilizadas e o modelo de avaliação utilizado (CIPP – *Context-Input-Process-Product* [Contexto, Entrada, Processo e Produto]).

O segundo capítulo, “O Caminho de Ser Refugiado: Entre Raízes e Recomeços”, encontra-se dividido em quatro subcapítulos. Este procura proporcionar uma visão abrangente e crítica das questões relacionadas com as pessoas refugiadas, que abordam temas como a importância da terminologia utilizada, as políticas de acolhimento aplicadas em Portugal, a preservação e o respeito das múltiplas identidades, a importância do reconhecimento e as vulnerabilidades e desafios experienciados e sentidos, de forma a contribuir para uma compreensão aprofundada e crítica desta realidade complexa e multifacetada.

No terceiro capítulo, “Análise da Realidade”, é feita uma caracterização detalhada da instituição de acolhimento, da gestão dos Apartamentos de Autonomização e dos primeiros contactos com os jovens afegãos. Este capítulo inclui ainda a avaliação do contexto.

O quarto capítulo, “Desenho do projeto – “Construindo Pontes””, descreve a finalidade, os objetivos, as estratégias e as ações desenvolvidas. Este capítulo apresenta ainda a avaliação de entrada, que permitiu assegurar que o planeamento e os recursos estavam alinhados com os objetivos do projeto.

O quinto capítulo, “Desenvolvimento do projeto e Avaliação do Processo”, analisa e descreve detalhadamente o desenvolvimento das ações e a avaliação contínua do processo. A Ação 1: “Momento a momento: Desenvolvimento de competências linguísticas e escolares” teve como objetivo aprimorar o conhecimento destes jovens quanto à língua portuguesa e às regras e disciplinas da escola que integraram, componentes que se denotam essenciais para a sua integração. A Ação 2: “Rumo ao futuro: Horizontes de projetos de vida” pretendeu ajudar os jovens a visualizar e a traçar as suas vontades e objetivos de vida. As abordagens foram adaptadas e flexíveis, permitindo, assim, que cada jovem se sentisse mais confortável, originando/facilitando a partilha das suas ambições e desafios. Por fim, a Ação 3: “Caminhadas de saúde” visou promover o bem-estar psicológico dos jovens. O objetivo desta ação foi criar um espaço propício e seguro para fomentar diálogos sobre a saúde mental, assim como proporcionar um apoio contínuo que incentivasse a partilha de experiências e preocupações.

O sexto capítulo, “Avaliação Final”, oferece uma reflexão minuciosa sobre os resultados alcançados, avaliando o impacto do projeto e identificando tanto os pontos positivos como os aspectos a serem introduzidos/melhorados em futuras intervenções.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, as referências que sustentaram todo relatório e um conjunto de anexos e apêndices que contêm informações relevantes e detalhadas do percurso realizado.

É fundamental destacar que, assim como o projeto, o relatório comprometeu-se rigorosamente com a proteção da confidencialidade, do anonimato e do sigilo de todos os participantes. Em conformidade com este compromisso, foram realizadas alterações e omissões em dados que pudessem identificar estas pessoas. Para além disso, todos os participantes assinaram um consentimento informado, autorizando a sua participação no projeto (Anexo A e Anexo B).

1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No presente capítulo, serão delineados os alicerces que norteiam o processo de desenvolvimento de um projeto em Educação e Intervenção Social, sob a perspectiva da metodologia de Investigação-Ação Participativa (IAP).

Em primeira instância, será abordada a importância da metodologia IAP como catalisadora de mudança. Ao adotar princípios de diálogo, participação e construção de ações em conjunto, é possível valorizar as perspectivas dos participantes e promover a sua capacidade de autodeterminação.

O segundo subcapítulo é ocupado pela descrição das técnicas de investigação desenvolvidas e a sua intencionalidade neste contexto. Cada uma delas teve um papel crucial para a produção e validação de conhecimentos e para uma compreensão aprofundada das dinâmicas socioculturais.

Por fim, será destacado o modelo de avaliação CIPP utilizado no âmbito deste projeto, como base para a tomada de decisões, salientando a sua abordagem holística, flexível e de adaptabilidade.

1.1. INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA

A metodologia de IAP é um procedimento de investigação que procura criar mudanças sociais positivas, sendo realizada de um modo colaborativo e participativo, no contexto de vida das pessoas. Neste tipo de metodologia o/a investigador/a tem um papel ativo na análise e compreensão da realidade, procurando estabelecer uma relação horizontal com todos os intervenientes. Este tipo de abordagem origina uma aprendizagem e respeito mútuo, resultando no empoderamento e capacitação dos sujeitos, permitindo que sejam agentes de mudança da sua própria realidade (Coutinho, 2015; Esteves, 2014; Ferreira & Veiga, 2023).

Aproximando-se, esta metodologia, a uma abordagem qualitativa e argumentativa, o/a investigador/a coloca-se num lugar diferente. Apresenta-se como um facilitador, um mediador, um observador participante, que articula constantemente a teoria e a prática. Assim, a descrição e a interpretação da realidade, exige do/a investigador/a uma posição de escuta e observação

atenta para o conhecimento do contexto para que seja delineado um processo adequado de intervenção e transformação (Coutinho, 2015; Esteves, 2014).

De acordo com vários autores (e.g., Cohen & Manion, 1994; Cortesão, 1998; Elliott, 1991; MacTaggart, 1994; Simões, 1990, como citados por Coutinho, 2015), a relação próxima entre investigação e ação confere uma individualidade própria que não pode ser desconsiderada. Trata-se de um outro olhar sobre a sociedade, que possui características como a situacional, interventiva, participativa e a autoavaliativa que têm de estar sempre presentes. Situacional, pois visa o diagnóstico e a resolução de problemas, reconhecendo a importância de compreender o contexto e procurar soluções. Destaca-se também a sua natureza interventiva, pois a par da observação e investigação, nesta metodologia desenvolvem-se ações, onde o compromisso entre a mudança e a transformação social prevalece. Outra qualidade desta metodologia, como mencionado anteriormente, é a participação, pois todos os intervenientes devem estar envolvidos em todas as fases do processo, tendo em vista a sua emancipação e valorização. Por fim, é autoavaliativa uma vez que todo o processo vai sendo avaliado, com o objetivo de promover uma aprendizagem e melhoria contínua nas práticas.

Segundo Coutinho (2015) esta metodologia trouxe para as Ciências Sociais e Humanas e Ciências da Educação uma nova maneira de investigar onde se privilegia o contexto social, pondo o/a investigador/a e a comunidade no mesmo plano. Contudo, isto pode implicar alguns desafios, pois para que haja sucesso são necessários o empenho e o envolvimento de todos. Participar implica tempo, respeito, dedicação e vontade, porém, às vezes, podem surgir resistências, já que o ritmo individual, a construção de confiança e o nível de compromisso variam de pessoa para pessoa. Ultrapassar estes entraves ao mesmo tempo que se tenta construir relações de confiança e garantir que todos os intervenientes são ouvidos e valorizados, requer muito esforço e trabalho contínuo de ambas as partes (Ferreira & Veiga, 2023).

É necessário, também, compreender que “fazer para” será sempre mais rápido do que “fazer com” (Ferreira & Veiga, 2023, p.10), mas nunca terá o mesmo efeito. “Fazer com” alguém implica uma abordagem colaborativa e de troca de ideias e experiências, na qual a comunidade trabalha em conjunto para identificar e desenvolver soluções em resposta a um problema, implica o respeito das vontades, desejos e tempos de cada pessoa. “Fazer com” a comunidade exige,

primeiramente, a construção de uma relação sólida e de segurança entre os participantes, o que leva tempo para ser cultivado. No entanto, este tipo de relação é fundamental para o sucesso de qualquer intervenção ou mudança social permanente (Ferreira & Veiga, 2023).

Enquanto indivíduos, devíamos todos ter a liberdade de ter controlo sobre as nossas vidas, e participar ativamente na determinação dos acontecimentos sociais que moldam a nossa realidade. Às vezes, o simples ato de tomar uma decisão, por mais pequena que seja, ou escolher o seu curso de ação, é das melhores formas de ser respeitado, ouvido e de ser considerado digno, uma vez que participar implica também pertencer e ter novas experiências. Por isso, a IAP valoriza a voz de todos e procura capacitar e fortalecer as pessoas para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades, isto não só emancipa os indivíduos e as comunidades, como também promove valores fundamentais como a justiça e a igualdade, onde todos possam dar o seu contributo e alcançar o seu potencial (Ferreira & Veiga, 2023).

Neste sentido, em vez de oferecer apenas soluções, deve-se trabalhar em conjunto com a comunidade no processo de identificação das necessidades e desenvolvimento de alternativas, para que se torne consciente da sua capacidade e que confie na sua autonomia, capacitando-a para a tomada de decisões no presente, mas também preparando-a para um futuro mais autossuficiente. (Coutinho, 2015; Ferreira & Veiga, 2023).

Desta forma, pretende-se que as pessoas desenvolvam a sua flexibilidade, a terem um olhar crítico sobre a sua realidade, que acreditem na sua capacidade de reconhecer as suas necessidades e que procurem soluções. Para esta autodeterminação, é necessário que as pessoas se consigam libertar de tudo o que as condiciona, conquistando um senso de autoeficácia e autoconfiança, para que se tornem agentes de mudança nas suas vidas (Coutinho, 2015; Ferreira & Veiga, 2023).

Por todo este conjunto de princípios, as transformações que decorrem desta metodologia são profundas e de longo prazo, uma vez que partem dos intervenientes que, com esta edificação de empoderamento, continuam a procurar soluções mesmo após a intervenção ter sido finalizada (Coutinho, 2015; Ferreira & Veiga, 2023).

1.2. TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Neste processo investigativo foi mobilizado um conjunto de técnicas, das quais se destacam a observação participante, as conversas intencionais, entrevistas e a análise documental, de forma a aprofundar o conhecimento da realidade.

Através da observação participante, o/a investigador/a integra-se no quotidiano da comunidade, com o objetivo de compreender melhor a sua realidade, os seus valores, interesses e dificuldades. Esta pode ser vista como um poderoso instrumento para a investigação, uma vez que procura, de acordo com Coutinho (2015), o realismo e a reconstrução de conhecimentos que só se podem adquirir através da compreensão holística do ponto de vista dos sujeitos, nomeadamente, os seus valores, normas sociais, práticas culturais e dinâmicas de interação.

Deste modo, a observação participante é uma abordagem qualitativa que faz uso dos vários sentidos para apreensão da realidade a ser investigada. Ela consiste em observar, ouvir e interagir atentamente, pois ao estar imerso no ambiente, o/a investigador/a pode presenciar acontecimentos inesperados ou nuances que podem não ser evidentes com o uso de outro tipo de técnicas (Gerhardt & Silveira, 2009). Além disso, este tipo de técnicas permite validar informações, triangulando-as com outras técnicas, nomeadamente com conversas intencionais.

As conversas intencionais são interações conduzidas com um propósito. Ao contrário das conversas espontâneas, as intencionais têm um objetivo definido, como auxiliar na resolução de um problema, tomar uma decisão, promover a aprendizagem, construir relacionamentos ou facilitar mudanças. Elas caracterizam-se pela presença da escuta ativa, respeito mútuo e na compreensão ou solução de situações particulares (Morris et al., 2024). Durante este projeto, esta técnica foi fundamental. Através das conversas intencionais, foi possível criar um espaço de diálogo e segurança, que não só facilitou a compreensão e participação, como também promoveu o empoderamento, a resolução de desafios e a construção de confiança entre os intervenientes.

Assim sendo, a mestrandia tentou com a observação participante e conversas intencionais, decifrar comportamentos e compreender as necessidades do grupo. Por exemplo, em reuniões grupais, os jovens tendiam a evitar o contato visual e adotavam uma postura de pouca abertura

ao diálogo. Em contraste, em atividades domésticas ou lazer, como cozinhar, limpar, ver filmes, ou jogar à bola, a interação entre os jovens e a mestranda era pautada por uma linguagem corporal que mostrava maior disponibilidade e abertura, sendo mais fácil despoletar partilhas sobre as suas vidas e preocupações. Durante estas conversas, o tema mais preponderante estava relacionado com as suas famílias. Mencionavam a vontade e a pressão de querer ajudar as suas famílias no país de origem, mas mostravam incerteza sobre como alcançar esse objetivo. Eram claros os sentimentos de esperança, mas também de desânimo e de medo. Quanto ao futuro, dois jovens expressavam uma visão mais clara das suas metas do que outros. Assim, com esta observação e participação próxima foi possível captar aspetos subjetivos e emocionais das experiências, conquistando uma visão mais rica e autêntica da realidade em estudo. Foi, portanto, com a observação participante e as conversas intencionais que, a mestranda, ao longo de todo o processo, procurou sempre envolver as pessoas e valorizar as suas vozes, neste caminho de mudança e de transformação da sua realidade (Gerhardt & Silveira, 2009).

Neste processo, foi também privilegiado o desenvolvimento de entrevistas. A entrevista encontra-se como uma das técnicas mais comuns em investigações qualitativas devido ao seu carácter facilitador em obter e recolher dados sobre vários assuntos, para compreender melhor determinadas situações da realidade e do sentido que as pessoas lhes atribuem (Oliveira et al., 2023). A mesma diferencia-se de um diálogo, uma vez que se trata de uma conversa dirigida por um propósito, em oposição à espontaneidade de uma conversa casual (Oliveira et al., 2023).

Dos vários tipos de entrevista, a mestranda optou pela realização da entrevista semiestruturada, consentida pelos participantes (Apêndice A), e que foi guiada por um conjunto de questões flexíveis e abertas (Apêndice B). Neste caso, a entrevista foi desenvolvida com a equipa técnica que acompanhou este projeto, tendo sido incluídos novos tópicos além dos que já estavam previstos na entrevista. A natureza flexível deste tipo de entrevista, permitiu um maior envolvimento dos entrevistados, que devido ao ambiente de interação criado, facilitou, com as suas respostas, a complementaridade com outras fontes de dados, a exploração de diferentes opiniões e a descoberta de novas necessidades (Oliveira et al., 2023). Desta forma, foi através da entrevista à equipa técnica (Apêndice C), que a mestranda obteve informações detalhadas sobre as suas perceções em relação a vários assuntos e, também, conhecimentos e experiências

relacionados com a realidade em análise. Tal ajudou a compreender melhor as dinâmicas organizacionais, os desafios enfrentados e as possíveis soluções a serem exploradas.

Quanto à análise documental, esta revela-se como uma das técnicas fundamentais na investigação, no que diz respeito ao domínio e aumento de conhecimentos. Esta pode envolver fontes de diferentes documentos, não englobando somente os escritos, mas também fotos e vídeos. De tal forma, a análise documental permite perceber e conhecer especificidades de uma dada realidade, e confere uma maior preparação e segurança ao investigador para alcançar os objetivos da investigação (Junior et al., 2021). Para além disso, oferece uma maneira sistemática e abrangente de analisar uma variedade de fontes de informação para complementar a investigação e a ação participativa. Fornece conhecimentos detalhados sobre o contexto, as suas tendências, e dados variados ao longo do tempo. Por conseguinte, a análise documental desempenha um papel essencial no desenvolvimento de estratégias eficazes de mudança social. Posto isto, a mestranda teve a intenção de adquirir novos saberes, ativar diferentes compreensões e dar a conhecer aos jovens diferentes conhecimentos e desenvolvimentos (Junior et al., 2021).

Assim, a combinação da análise documental, com diferentes técnicas, constituiu uma fonte essencial e imprescindível que fundamentou e complementou algumas das premissas da mestranda, proporcionando uma análise mais detalhada.

1.3.MODELO DE AVALIAÇÃO

Para uma intervenção eficaz, é essencial, de acordo com Monteiro (1996), criar e desenvolver procedimentos de avaliação que façam não só um balanço das ações realizadas, mas que também promovam coletivamente um processo aprendizagem contínua.

A avaliação é considerada como um dos elementos fundamentais nas novas abordagens ao desenvolvimento de programas sociais, principalmente aqueles relacionados com a Investigação-Ação (Monteiro, 1996). Deste modo, sabendo que essas intervenções são encaradas como um processo cíclico e de longo prazo, a avaliação torna-se fundamental não apenas para fazer um balanço das ações desenvolvidas, mas também para serem conhecidas

como um elo entre as ações já realizadas e as ações futuras, de forma a promover uma aprendizagem contínua entre todos. Assim sendo, um dos objetivos da avaliação é aprender com a experiência e integrar os conhecimentos adquiridos em ações futuras, ao longo de todo o processo (Monteiro, 1996).

Posto isto, por este projeto ser baseado na IAP e as definições de avaliação neste âmbito, como anteriormente mencionado, possuírem elementos práticos fortes, o modelo de avaliação utilizado foi o CIPP, de Stufflebeam e Shinkfiedl (1993). Estes autores definem a avaliação como um:

“processo de identificar, obter e proporcionar informação útil e descritiva sobre o valor e mérito dos objetivos, a planificação, implementação e o impacto de um determinado objeto, de forma a servir de guia para a tomada de decisões, resolver problemas de responsabilidade e promover a compreensão dos fenómenos envolvidos” (p.183).

Para Stufflebeam e Shinkfiedl (1993), a avaliação deve ser entendida não como uma prova, mas como um processo contínuo, que abrange três etapas principais, “de identificar, obter e fornecer informações” (p.183). Estas informações são consideradas valiosas para avaliar e aprimorar a situação em questão, independentemente se a natureza destas informações é descrita ou explicativa. Deste modo, o modelo CIPP permite a avaliação antes e durante o desenvolvimento do projeto, possibilitando avaliar conforme as necessidades das pessoas, uma vez que o propósito de uma avaliação não é demonstrar, mas sim servir como um instrumento de ajuda para aqueles que necessitam (Stufflebeam & Shinkfiedl, 1993)

O presente modelo comporta quatro dimensões: a avaliação do contexto, que com base na análise da realidade permite identificar as virtudes ou carências de um determinado contexto, seja ele uma instituição, uma população, ou um conjunto de pessoas. O seu objetivo principal passa por identificar os problemas, as necessidades, as oportunidades e as limitações e passa também por caracterizar o estado geral do objeto de estudo, refletindo-se no que se pode melhorar (Stufflebeam & Shinkfiedl, 1993). Qualquer resultado de uma avaliação contextual poderá fornecer uma base sólida para estabelecer objetivos, prioridades e designar as mudanças necessárias. É de acrescentar, que este tipo de modelo inclui diversos tipos de técnicas, sendo a mais comum as conversas intencionais. Como referido anteriormente, as conversas intencionais

com todos os intervenientes são essenciais para obter as suas perspetivas sobre a raiz dos problemas, sobre as suas necessidades e sobre as potencialidades.

A avaliação de entrada tem como principal objetivo “auxiliar na prescrição de um programa que implemente as mudanças necessárias. Isto realiza-se pela identificação e análise crítica de métodos potencialmente aplicados” (Stufflebeam & Shinkfiedl, 1993, p.197). A avaliação de entrada é, portanto, uma indicadora do potencial sucesso, de falhas e de eficácia das mudanças propostas. Basicamente, a avaliação de entrada deve identificar e avaliar as ações a aplicar, e fornecer uma análise detalhada destas escolhas para o seu desenvolvimento (Stufflebeam & Shinkfiedl, 1993).

A avaliação do processo envolve um cuidado e seguimento contínuo do desenvolvimento da(s) ação (ações). O seu propósito é garantir que as ações do projeto sigam conforme foi planeado e proporcionar orientações para ajustar o que for necessário, na medida em que se deve estar preparado para a inconsistência de situações e imprevistos que possam surgir, uma vez que nem todos os aspetos e decisões podem levar ao melhor resultado. Deste modo, uma avaliação do processo visa fornecer uma descrição detalhada sobre o desenvolvimento das ações e uma avaliação abrangente da qualidade do trabalho atendida por todos (Stufflebeam & Shinkfiedl, 1993).

Finalmente, a avaliação do produto tem como objetivo primordial “analisar, interpretar e avaliar os sucessos de um programa” (Stufflebeam & Shinkfiedl, 1993, p.201). É crucial obter informações contínuas sobre os sucessos ou limitações ao longo do projeto e no seu final. Essencialmente, esta avaliação procura determinar até que ponto o projeto conseguiu satisfazer as necessidades dos intervenientes e deve também incluir todos os aspetos do projeto, sejam eles positivos ou negativos (Stufflebeam & Shinkfiedl, 1993). É fundamental também acrescentar, que nesta fase deve-se oferecer interpretações sobre os motivos de um possível insucesso em alcançar os objetivos, ou satisfazer as necessidades de acordo com as limitações que se foram gerando durante todo o projeto. Assim, segundo Stufflebeam e Shinkfiedl (1993), “a utilização básica de uma avaliação do produto é determinar se um programa concreto merece ser prolongado, repetido e/ou expandido para outras áreas” (p.203).

Deste modo, os quatro elementos da avaliação mencionados, vão assumir um papel fundamental ao longo de todo este projeto, pois permitirão uma análise abrangente de toda a realidade, nomeadamente na identificação dos problemas, das necessidades, das potencialidades, das ações a serem realizadas e dos impactos sentidos (Monteiro, 1996; Stufflebeam & Shinkfiedl, 1993).

Assim, a avaliação não deve ser vista apenas como um exercício técnico, mas como um processo integrado e participativo que envolve todos os intervenientes. Este foco democrático e flexível não aumenta apenas a transparência e a responsabilidade, como também fortalece o compromisso, o respeito e a constante melhoria e adaptação às necessidades emergentes das pessoas. Desta forma, ao adotar uma abordagem abrangente e participativa nos processos de avaliação, é possível não só medir o sucesso de um projeto, como também catalisar mudanças significativas (Monteiro, 1996; Stufflebeam & Shinkfiedl, 1993).

2. O CAMINHO DE SER REFUGIADO: ENTRE RAÍZES E RECOMEÇOS

Nos últimos anos, o alto fluxo de pessoas deslocadas de forma forçada ganhou uma relevância global, destacando-se como um dos desafios humanitários mais prementes do século XXI (UNHCR, 2016). O presente capítulo explora, de forma abrangente, o percurso de uma pessoa para a obtenção do estatuto enquanto refugiada e o trajeto do acolhimento em Portugal. De igual modo, entre raízes e recomeços invoca a dualidade vivida pelas pessoas refugiadas que, ao deslocarem-se forçadamente dos seus países de origem, encontram-se num limiar entre o seu passado e um futuro incerto. Tal situação reflete-se na dificuldade em manter a sua identidade cultural, enquanto, simultaneamente, enfrentam os desafios de começar de novo, de estabelecerem-se e de se integrarem num novo ambiente, num contexto por vezes completamente diferente ao de origem.

Assim, este capítulo convida à reflexão sobre as complexidades da migração forçada e destaca a necessidade de abordagens que valorizem a cultura, os processos de recomeço, de adaptação e políticas integrativas e holísticas.

2.1. PESSOA REFUGIADA OU MIGRANTE? A IMPORTÂNCIA DA TERMINOLOGIA

A distinção entre os termos "refugiado" e "migrante" é fundamental não apenas por razões terminológicas, mas também pelas implicações legais, sociais e humanas que cada categoria acarreta. Embora sejam muitas vezes usados de forma intercambiável na linguagem quotidiana, estes termos descrevem, conforme indica Cierco (2017) realidades muito diferentes.

Definir conceitos é sempre um desafio, especialmente no contexto migratório, que é um dos fenómenos sociais mais importantes do mundo atual. De acordo com Nolasco (2016), termos como "migrante", "refugiado", "requerente de asilo" e "imigrante" são frequentemente usados de forma simplista e acrítica, perdendo a precisão necessária. Por isso, é fundamental que a comunidade científica adote um rigor terminológico, questionando e tentando desmistificar as

categorias e percepções preconceituosas e estereotipadas. Nolasco (2016) defende que a ausência de definições claras, somadas à dificuldade de quantificar os movimentos migratórios, constituem-se como barreiras significativas para a compreensão adequada dos problemas e para a formulação de políticas eficazes que respondam às realidades e necessidades específicas em determinado momento e de cada população.

Deste modo, o termo “migrante” é frequentemente associado a um processo voluntário, em que as pessoas vão à procura de melhores oportunidades. No glossário da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2009), este diz-nos que:

“O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de factores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se, às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias” (p.43).

No entanto, tal definição não se aplica às pessoas refugiadas, pois, no seu caso, o processo não é voluntário, uma vez que as pessoas que o realizam encontram-se em situações de elevada vulnerabilidade e até risco de vida no seu país. Desta forma, em conformidade com o Artigo 1 do Decreto-Lei n.º 43201/1960 (1960), ficou definido na Convenção de Genebra em 1951, que é abrangida pelo Estatuto de Refugiado, toda e qualquer pessoa que:

“(…) receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.” (Decreto-Lei n.º 43201/1960, 1960, p.2).

Tal confusão entre estes termos – refugiado e migrante –, ofusca as proteções legais vitais que as pessoas refugiadas necessitam, como a proibição de expulsão forçada e a protecção contra

penalizações por atravessar ilegalmente fronteiras na procura de segurança. Procurar asilo não é uma violação da lei, pelo contrário, é um direito humano fundamental, tornando-se, portanto, crucial, que tratemos todos os seres humanos com respeito e dignidade (UNHCR, 2016).

A realidade é que, apesar de estas definições não serem recentes, pessoas refugiadas e migrantes são frequentemente confundidas na comunidade e na comunicação social, fazendo as pessoas refugiadas enfrentarem, de forma crescente, desconfiança e preconceito (UNHCR, 2016). O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR, United Nations High Commissioner for Refugees), fundado em 1950, refere que, atualmente, em 2024, as perguntas mais frequentemente colocadas na plataforma digital, são: “o que é um refugiado?” e “Qual é a diferença entre refugiados e migrantes?” (UNHCR, 2024). Este pequeno indicador parece traduzir a contínua e urgente necessidade de informação e sensibilização das comunidades a este respeito. Tal equívoco pode gerar diversos problemas, particularmente no que se refere aos direitos de uma pessoa (UNHCR, 2016; UNHCR, 2024).

As pessoas refugiadas são definidas e protegidas pelo direito internacional, sendo-lhes garantido que não voltam a estar sujeitas ao perigo/risco que enfrentaram. Neste sentido é-lhes oferecido acesso a procedimentos de asilo justos e eficientes e assegurado os seus direitos humanos básicos para que possam viver com dignidade e segurança, enquanto procuram soluções de longo prazo (UNHCR, 2016; UNHCR, 2024). Já as pessoas migrantes optam por se deslocar não por ameaça direta de perseguição ou morte, mas, frequentemente, para melhorar as suas vidas, seja a nível económico, na educação, reunificação familiar, ou por outras razões pessoais. Neste sentido, e ao contrário das pessoas refugiadas, os migrantes não enfrentam impedimentos para voltar com segurança aos seus países de origem e continuam a receber a proteção dos seus governos ao retornar, logo, não há a necessidade de proteção dos mesmos pelo direito internacional (UNHCR, 2016; UNHCR, 2024).

Desta forma, esta distinção é crucial para os governos, que lidam com as pessoas migrantes de acordo com suas próprias leis e processos de imigração, enquanto as pessoas refugiadas são tratadas com base em normas específicas de proteção e asilo definidas tanto na legislação nacional quanto no direito internacional (UNHCR, 2016; UNHCR, 2024).

Este enquadramento legal coloca as pessoas refugiadas num quadro de direitos reconhecidos pelas leis internacionais e nacionais. Para além do compromisso político e jurídico em garantir os seus direitos, existe ainda um compromisso maior, o da moralidade e solidariedade, conforme defende Frechaut (2017), pois a verdadeira integração envolve um intercâmbio de saberes, valores sociais e culturais, promovendo uma perspetiva intercultural de reciprocidade e respeito pela diversidade.

Num contexto em que milhares de pessoas são obrigadas a deixar as suas casas, o apoio da comunidade internacional e nacional é fundamental para desenvolver políticas colaborativas e sensíveis aos desafios migratórios atuais. É, pois, crucial perceber que várias pessoas chegam a diferentes países todos os dias, mas nem todas são pessoas refugiadas ou solicitantes de asilo, assim como nem todos os estrangeiros são migrantes (Frechaut, 2017; Santinho, 2017).

Em síntese, a precisão terminológica é, portanto, de extrema importância para garantir que as necessidades específicas das pessoas sejam atendidas de maneira adequada e justa. A utilização correta dos termos "refugiado" e "migrante" não é meramente uma questão de semântica, mas um reconhecimento das diferentes realidades vividas por estas pessoas e um passo essencial na promoção de políticas integrativas, inclusivas e de direitos humanos (Santinho, 2017).

2.2. POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO E DE INTEGRAÇÃO EM PORTUGAL

Antes do afluxo significativo de pessoas refugiadas para a Europa, Portugal desempenhava um papel periférico na receção e integração de refugiados. No entanto, com o aumento das solicitações de asilo no país após a crise humanitária de 2015, houve uma necessidade premente de ajustar as políticas existentes para melhor atender as necessidades emergentes (ACM, 2017; Decreto-Lei n.º 103/2020, 2020).

De forma a dar resposta, o governo português estabeleceu um Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações (GTAEM). Este plano de ação visava, principalmente, proporcionar um acolhimento que garantisse a segurança e a independência social, económica e cultural das

peessoas refugiadas, atendendo às suas necessidades essenciais (Decreto-Lei n.º 103/2020, 2020).

No que diz respeito à gestão do acolhimento e integração de pessoas refugiadas, esta passou a ser coordenada pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), (Decreto-Lei n.º 103/2020, 2020) que está agora englobado pela Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA), criada em 2023. Apesar do ACM não apresentar experiência com pessoas refugiadas, o governo português atribuiu-lhe o papel central na coordenação das políticas destinadas a garantir uma receção digna para aquelas que procuram refúgio em Portugal (Sousa et al., 2021). Dentro deste contexto, o ACM teve de estabelecer uma nova medida, o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados (NAIR), criado para oferecer respostas integrativas (Sousa et al., 2021). Esta iniciativa envolveu parcerias estratégicas com instituições e consórcios locais, adotando uma abordagem descentralizada na distribuição de pessoas refugiadas por todo o território português. Ademais, para manter o controlo eficaz das fronteiras, da gestão dos fundos europeus e de atribuição de verbas às diferentes instituições que intervinham junto destas pessoas, Portugal contou com apoio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), agora designado por AIMA (Sousa et al., 2021).

Considerando todos os esforços feitos para acomodar as pessoas refugiadas e os serviços criados especificamente para esse efeito, e as necessidades inerentes a esta população, Portugal conjecturou um conjunto de etapas específico. Após a chegada das pessoas requerentes de asilo, através do programa de recolocação, dá-se início ao processo formal de solicitação de proteção internacional junto à AIMA. Nesse momento, é emitida a "Declaração comprovativa do pedido de proteção internacional", válida por um período inicial de 45 dias, podendo ser renovada conforme necessário. Esta declaração permite que as pessoas requerentes de asilo obtenham uma inscrição provisória nos serviços de saúde, conforme documentado pelo GTAEM (2016, como citado por Sousa et al., 2021). Importa ressaltar que, as pessoas que chegam através do programa de recolocação, não são inicialmente classificadas como refugiadas pelo Estado português, estando pendentes pelo enquadramento legal existente para dar continuidade ao processo de asilo, o qual determinará se receberão o estatuto de refugiado. Após a sua atribuição é possível solicitar o reagrupamento familiar. Cabe à AIMA, informar as pessoas sobre a admissibilidade dos seus pedidos e recolher os dados necessários à emissão da autorização de residência provisória.

Esta autorização tem uma validade inicial de seis meses, sendo renovável até a decisão final. Com este documento, as pessoas requerentes de asilo têm acesso ao mercado de trabalho, formação profissional, entre outros benefícios (ACM, 2017; Sousa et al., 2021).

Após a apresentação do pedido de asilo na AIMA, estas pessoas são imediatamente remetidas para várias organizações como a Cruz Vermelha Portuguesa, ou a União das Misericórdias Portuguesas, que estão encarregues da sua receção e integração por um período de 18 meses. Contudo, há outras organizações, da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), que desenvolvem todo este processo e apoio durante 24 meses. Finalizados estes períodos (18 ou 24 meses), a responsabilidade da integração e proteção dos refugiados passa para o Instituto da Segurança Social (ISS) (OECD, 2019). Contudo, no contexto deste projeto, a situação destes jovens foi um pouco diferente, como irá ser possível observar brevemente nos capítulos seguintes da análise da realidade. Por estes jovens serem menores, é acrescentada a esta medida, a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo que sustenta, segundo o Artigo 3.º, alínea h) do Decreto-Lei n.º 128/2018 (2018), que tem este direito quem “Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional”.

Desta forma, no que diz respeito às instituições de acolhimento, e durante o período supraindicado, é esperado que estas realizem um planeamento minucioso, estabeleçam parcerias estratégicas, participem de forma ativa em programas de formação proporcionados pelo ACM, e promovam campanhas de sensibilização junto da comunidade local (GTAEM, 2016, citado por Sousa et al., 2021).

Dada a importância destas instituições, e de forma a preparar a recolocação, o ACM disponibilizou um “Manual de Conduta”, onde se estabeleceu que as entidades locais responsáveis deveriam assegurar a receção, o transporte e a habitação, com vista a promover um acolhimento humano e digno. O acesso à saúde e à assistência médica é também uma prioridade que deve ser atendida por estas instituições, pois, tendo por base a difícil trajetória e experiências no país de origem destas pessoas, é essencial providenciar cuidados de saúde gerais e apoio psicossocial (ACM, 2017). De igual forma, o acesso à educação é outra dimensão relevante de atuação, sendo feita a articulação com várias escolas de modo a facilitar esta inclusão, assim como a aprendizagem da

língua portuguesa. Também o acesso ao mercado de trabalho deve ser facilitado, sendo visto como uma área de intervenção fundamental para uma integração bem-sucedida. Paralelamente, neste manual, encontram-se ainda incluídas outras atividades e direitos como a participação cívica e comunitária, o apoio jurídico e social e o direito ao reagrupamento familiar (ACM, 2017).

De modo a facilitar este plano, o ACM, juntamente com os parceiros, criou várias iniciativas de apoio a esta integração e acolhimento, tais como as ações de formação e sensibilização a técnicos de acolhimento. Estas ações têm como objetivo o aumento da qualificação e desenvolvimento de competências das equipas que acompanham estas pessoas (ACM, 2017). No que diz respeito à língua, são vários os programas desenhados para a sua aprendizagem, nomeadamente o programa “português para todos”, “ações de educação não formal”, a “plataforma de português online” e o “projeto speak”, assim como bolsas de estudo para estudantes universitários. De igual modo, dada a importância da entrada no mercado de trabalho foram desenvolvidos vários projetos para garantir oportunidades de emprego, com sessões de formação traduzidas, de forma a contornar o entrave linguístico (ACM, 2017).

Segundo o ACM (2017), este modelo de integração tem contribuído para uma integração na sociedade positiva. Nomeadamente, na área da saúde, onde as pessoas refugiadas conseguem ter fácil acesso e ser atendidas rapidamente, na sua participação em formações e permanência nos empregos, onde 50% das pessoas refugiadas encontram-se, à data, integradas profissionalmente ou em cursos de formações e na ingressão escolar, onde os resultados são positivos.

Todavia, segundo Sousa et al. (2021), no seu relatório “Integração de refugiados em Portugal: o papel e práticas das instituições de acolhimento”, em que refletem detalhadamente sobre este processo de acolhimento, e sobre o papel importante das instituições, realizando entrevistas com variadas entidades, afirmam que Portugal ainda não desenvolveu um plano nacional estruturado de acolhimento a pessoas refugiadas. O primeiro exemplo evidenciado, é o facto de encarregarem e sobrecarregarem o ACM com esta integração sem estes nunca terem tido experiência com pessoas refugiadas, mas sim com migrantes, acabando por misturar estes dois termos e indivíduos, mesmo sabendo, ou se espera que saibam, da sua grande diferença e dos cuidados a ter caso se faça confusão (Sousa et al., 2021). Deste modo, como anteriormente mencionado, o

ACM teve de criar o NAIR para tentar evitar este conflito, contudo, este tem poucos recursos humanos o que, nomeadamente, acaba por se refletir na demora de respostas às instituições, na obtenção de documentos, na recolha de informação sobre as pessoas refugiadas e, principalmente, no acompanhamento do trabalho que estas estão a desenvolver (Sousa et al., 2021). Devido a esta situação, mais grave ainda, segundo Sousa et al. (2021), é o facto desta inexperiência ser evidenciada na estruturação deste plano que inclui semelhanças com o do plano para migrantes, sem ter em conta a especificidade da situação de cada pessoa à procura de refúgio.

Sendo este afluxo de pessoas refugiadas relativamente recente, também as instituições portuguesas revelaram algumas dificuldades neste início de integração. Embora a maioria destas entidades tivesse experiência com grupos socialmente vulneráveis, trabalhar com pessoas refugiadas foi, de acordo com Sousa e colegas (2021), um desafio adicional. Os resultados obtidos no estudo desenvolvido pelas mesmas autoras, revela ainda a existência de uma grande dificuldade das instituições em obterem respostas oficiais, seja do ACM, AIMA ou a nível governamental, para as suas necessidades e dúvidas, tendo gerado um sentimento de abandono. Neste sentido, e apesar de haver um “Manual de conduta”, pouco se sabe sobre os procedimentos a adotar. Estas situações geraram um aumento significativo de trabalho para as instituições que, muitas vezes, não possuem estrutura ou respostas específicas para o acolhimento de pessoas refugiadas (Sousa et al., 2021). As mesmas dependiam de práticas preexistentes na área social ou da sua própria experiência, o que levou a uma sobrecarga e a um esforço excepcional por parte da equipa de profissionais e voluntários/as. No entanto, no final deste processo, as instituições adquiriram uma experiência valiosa no trabalho com pessoas refugiadas e na interação com outras entidades (Sousa et al., 2021). Tal experiência poderá ser aproveitada em ações futuras, desde que, como afirmam os referidos autores, exista um quadro mais explícito e com maior clareza de intervenção e apoio oficial.

Por fim, é de realçar a curta duração da medida governamental para o programa de acolhimento, tendo uma pessoa refugiada ou requerente de asilo, apenas 18 meses para se autonomizar e integrar em Portugal, especialmente pelos desafios complexos e multidimensionais que este evento comporta (Sousa et al., 2021).

Adaptar-se a um novo país envolve muitos desafios, e esse período pode ser insuficiente para uma integração completa. Aprender uma nova língua e encontrar um emprego revela-se bastante complexo, principalmente quando existem diversas barreiras significativas, tanto a nível do reconhecimento de qualificações como a discriminação no mercado de trabalho (Sousa et al., 2021). Ao mesmo tempo, estabelecer-se numa nova casa também é uma dificuldade, uma vez que encontrar uma habitação estável revela-se um desafio, devido aos mercados imobiliários competitivos. Adicionalmente, estas pessoas podem enfrentar certas complicações, como a falta de histórico de crédito ou garantias financeiras. Tudo isto são aspetos complexos que exigem tempo e recursos e não é num período de 18 meses que se consegue essa estabilidade (Sousa et al., 2021).

Porém, é de mencionar que existem instituições com este tipo de pensamento e preocupação, como o caso das que integram a PAR, que desenvolveram um programa de acolhimento num período de 24 meses, sendo os primeiros 18 pagos pelo fundo europeu, e os restantes seis, são salvaguardados pelas próprias instituições. Este cenário evidencia, mais uma vez, o descuido e o desinteresse do Estado português em não querer utilizar os fundos nacionais para apoiar este acolhimento (OECD, 2019; Sousa et al., 2021). De forma geral, o programa dos 24 meses tem revelando resultados bastante positivos e eficazes, comparativamente aos dos 18 meses, onde variadas instituições o elogiam pela sua durabilidade, prestação e atenção pelas pessoas refugiadas (Sousa et al., 2021).

Deste modo, para melhorar a eficácia do programa de integração nacional, seria ideal considerar a extensão do período de integração, incluindo um apoio contínuo, mesmo após a finalização do programa. De igual forma, deve-se investir em programas de educação e formação profissional adaptados às necessidades das pessoas refugiadas para facilitar a entrada no mercado de trabalho. Investir, também, em recursos humanos de forma a reduzir a demora nas respostas, assim como desenvolver mais ações de formação para combater esta inexperiência. Além disto, é importante considerar a posição da política portuguesa face a esta situação. Com o intuito de colmatar algumas necessidades desta população, o governo deverá clarificar os objetivos que orientam o acolhimento de pessoas e encontrar estratégias específicas para os diferentes grupos, valorizando a idiossincrasia desta população apostando em políticas que reflitam a diversidade

de experiências vividas por cada pessoa, evitando oferecer uma resposta padronizada a todas as situações (Sousa et al., 2021).

2.3. A PRESERVAÇÃO E O RESPEITO DAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES

Intervir no contexto com pessoas refugiadas implica atender, como referido anteriormente, a diversos desafios (e.g., o processo de habitação, o envolvimento social, a educação e formação), mas um dos mais importantes parece ser o de atender à diferença cultural, pois este pode constituir-se na maior barreira ao processo de integração (Batista et al., 2018).

Cada cultura tem a sua especificidade, ela exprime-se através da língua, das crenças, dos costumes, da religião, que lhe são próprias e que exercem influência sobre o comportamento do indivíduo. É, portanto, aquilo que genuinamente somos (Boas, 2011). Cultura é herança, tradição e criação contínua, ela envolve e preserva histórias e práticas transmitidas de geração em geração. A cultura não reflete apenas o passado, mas também é uma expressão do presente e uma inspiração para o futuro; ela é transmitida no tempo e no espaço, pelos nossos antepassados e pelas nossas aprendizagens, o que significa que não a podemos mudar de um dia para o outro (Boas, 2011; Cunha, 2016; Sousa, 2021). A cultura é um fator essencial para o desenvolvimento de uma sociedade, pois é através dela que se constrói a identidade. Apesar de cada comunidade ter os seus próprios costumes, tradições, religião e particularidades, cada pessoa dessa mesma comunidade, independentemente de partilhar tudo isto, usufrui de uma identidade que lhe é própria e desigual de todas as outras pessoas (Maalouf, 2002).

A identidade é, assim, única, feita de todos os elementos que a moldaram, que nunca é a mesma de pessoa para pessoa, pois somos nós próprios, na nossa singularidade, com uma identidade singular e complexa. Identidade não é sobre apenas onde nascemos, que língua falamos, ou em que Deus acreditamos, não são apenas recordações do passado, mas sim em quem nos tornamos, e como a essência de quem somos, leva-nos ao modo como nós nos representamos (Maalouf, 2002; Sousa, 2021).

A pessoa refugiada, habituada à sua língua, à sua cultura, aos seus costumes, encontra, vulgarmente, muitos desafios no país de acolhimento. Para além dos desafios emocionais associados, frequentemente, à saída forçada do seu país de origem depara-se com um país novo, com um idioma, tradições e crenças diferentes. Esta nova condição é, de acordo com vários autores (e.g., Batista et al., 2018; Cunha, 2016; Maalouf, 2002), muito complexa e, por vezes, é difícil para a pessoa reconhecer-se e encontrar-se, acabando por sentir uma perda de pertença e de inclusão. Neste sentido, emergem várias questões, nomeadamente: como compreender o outro, quando não domina o idioma? Como ser aceite, quando só se prioriza as diferenças? Como conseguir manter tradições e crenças quando a cultura dominante não entende? Contudo, pode-se realçar o facto de apesar de ter deixado o seu país, a verdade é que, a sua cultura, a sua identidade, nunca se perderá (e.g., Batista et al., 2018; Cunha, 2016; Maalouf, 2002). Destaca-se a questão da identidade, pois o indivíduo para se tentar adaptar, acaba por estabelecer laços com aquele seu novo país, acolhendo novos modos de vida, aprendendo outra língua e aceitando novas atitudes e tradições. Todavia, isto não quer dizer que tenha de abandonar a sua identidade, ou esquecer quem era, este processo pode constituir-se como um alargamento da identidade ao permitir incluir aspetos da sua cultura de origem com a do país de acolhimento. Esta reconstrução pode resultar numa riqueza de perspetivas e experiências, permitindo que esta integração seja facilitadora. Mas, para que tal aconteça de forma harmoniosa, é necessário que, no processo de acolhimento, a intervenção se centre na promoção da integração digna e respeitadora da diversidade cultural, contrariando o conceito de assimilação (Batista et al., 2018; Cunha, 2016; Maalouf, 2002).

Neste sentido, o conceito de integração opõe-se ao da assimilação. O glossário da OIM (2009), retrata a integração como uma aceitação da pessoa refugiada no seu todo, realçando que a mesma varia de país em país, e que os diferentes Estados devem assegurá-la de forma responsável. Ora, promover uma integração cultural de respeito exige, de ambas as partes, de quem acolhe e de quem é acolhido, uma reciprocidade e preservação das diferentes culturas (OIM, 2009). Integrar é garantir à pessoa refugiada que pode ser quem é e que pode, de igual forma, participar socialmente em comunidade sem ter medo de dissolver a sua identidade. É necessário, portanto, privilegiar o diálogo intercultural, de forma a respeitar as tradições, os seus direitos e a sua cultura (Cormos, 2022; Omanovic & Langley, 2021).

Pelo contrário, o processo de assimilação, não respeita e preserva a identidade pessoal. Nesta ótica, a ideia que prevalece é de que a cultura destas pessoas deve ser absorvida pela dominante, devendo abandonar os seus costumes e tradições, de forma a ter uma aceitação completa e conseguir ser aceite pela sociedade que o acolhe. Ou seja, que exista uma completa subordinação da sua língua, dos seus valores e costumes, portanto, da sua identidade (Cormos, 2022; OIM, 2009; Omanovic & Langley, 2021).

Deste modo, e como referido por vários autores (e.g., Cormos, 2022; Omanovic & Langley, 2021), enquanto a assimilação pressupõe a adesão de grupos minoritários à cultura dominante, a integração promove a coexistência harmoniosa de diferentes culturas, em que há um reconhecimento e respeito pela diversidade, com o objetivo de criar uma sociedade multicultural, onde a coesão social é promovida por meio do diálogo intercultural e da cooperação entre os grupos.

A eficiência do diálogo intercultural não depende tanto do conhecimento dos outros, mas sim da capacidade fundamental de escutar, da empatia, humildade e da hospitalidade. Promover o diálogo intercultural converge significativamente com uma abordagem de múltiplas identidades. Em vez de se ver o diálogo como uma perda da própria identidade, deve ser encarado como um processo que depende do autoconhecimento e da habilidade de transitar entre diferentes conjuntos de referências (UNESCO, 2009). O cerne de um diálogo intercultural reside no reconhecimento da dignidade igual entre todas as pessoas. Isso implica aceitar e respeitar as diversas formas de conhecimento, costumes e tradições das pessoas, assim como deve haver um esforço para estabelecer um ambiente culturalmente integrativo que facilite o diálogo e que permita que as comunidades se expressem livremente (UNESCO, 2009).

Deste modo, importa referir a importância e destaque que se deve dar às línguas, visto que desempenha um papel central na interação social e no desenvolvimento de relações. No processo de integração, uma das barreiras mais significativas a ser superada é a linguística. Como anteriormente mencionado, a comunicação aproxima as pessoas e a aprendizagem da língua é fundamental no processo de interação com os serviços essenciais, como a saúde e a educação, facilitando assim a sua integração (Batista et al., 2018; UNESCO, 2009).

As línguas são condutas das nossas experiências, contextos culturais, modos de relacionamento, sistemas de valores e sentimentos de pertença, tanto a nível coletivo como individual. Na perspetiva da diversidade cultural, a diversidade linguística reflete na adaptação criativa das pessoas às mudanças dos seus ambientes. Assim, as línguas não são apenas meios de comunicação, como também representam a própria estrutura das expressões culturais, carregando identidade, e abertura de portas para a integração (Batista et al., 2018; UNESCO, 2009).

Posto tudo isto, é essencial promover a sensibilidade intercultural, isto é, potenciar a capacitação das pessoas para compreenderem, e respeitarem os diferentes pensamentos inerentes a diversas culturas, de modo a capacitar para a integração e honrar a diversidade de identidades (Bennet et al., 2003; Chen & Starosta, 1997). É necessário, portanto, privilegiar a interculturalidade e a diversidade como elo fortalecedor, pois respeitar as diferenças culturais é a melhor garantia do exercício dos direitos humanos.

Como nos dizem Bhawuk e Brislin (1992, citados por Bennet et al., 2003):

“Para sermos eficazes noutra cultura, as pessoas devem estar interessadas noutras culturas, ser suficientemente sensíveis para repararem nas diferenças culturais e, depois, também estarem dispostas a modificar o seu comportamento como uma indicação de respeito pelas pessoas de outras culturas” (p.422).

Para Chen e Starosta (1997), a sensibilidade intercultural é uma das competências mais importantes, pois ajuda a (con)viver com sucesso numa sociedade culturalmente diversa. A sensibilidade intercultural refere-se à capacidade de reconhecer, compreender e respeitar as diferenças culturais entre as pessoas. Envolve a capacidade de comunicar e interagir de forma eficaz com indivíduos de diferentes origens culturais, demonstrando empatia, tolerância e abertura para aprender com essas diferenças (Bennet et al., 2003; Chen & Starosta, 1997).

De forma geral, demonstrarmos esta sensibilidade é fundamental num mundo cada vez mais globalizado, onde as interações culturais são cada vez mais comuns. Esta capacidade é essencial para promover a inclusão, a colaboração e o respeito mútuo em diversos contextos culturais, seja

no local de trabalho, na escola, na comunidade ou em qualquer outra esfera da vida social. Portanto, a sensibilidade intercultural engloba a tomada de consciência de que existem diferenças genuínas entre culturas, estando relacionado com a vontade de conhecer, compreender e aceitar esta diversidade (Bennet et al., 2003; Chen & Starosta, 1997).

2.4. RECOMEÇOS SOB O PESO DO PASSADO: VULNERABILIDADES E DESAFIOS PSICOSSOCIAIS

A situação das pessoas refugiadas é, indubitavelmente, uma das situações mais precárias e vulneráveis a que fica sujeito o ser humano. Estas pessoas experienciam imensos desafios no seu quotidiano, evidenciando-se, muitas vezes, a separação dos seus agregados familiares, hiperbolizando-se à experiência dolorosa da saída das suas casas, do contacto com a família alargada e o seu país. Como tal, são cenários de vida que seguramente são extremamente vulneráveis e traumatizantes (UNHCR, 2024).

A vulnerabilidade implica uma situação de risco, de fragilidade, seja por motivos sociais, económicos, ambientais ou outros. A mesma, portanto, decorre essencialmente de uma restrição das escolhas cruciais para o desenvolvimento humano, ao qual pessoas ou comunidades são vulneráveis a certas situações adversas, das quais muitas delas não podem ser evitadas (PNUD, 2014).

Dos diversos fatores que atuam na vulnerabilidade, é importante reter que esta não depende apenas da pessoa, mas das relações que ela estabelece com a complexidade do exterior (nos âmbitos familiar, social, afetivo, religioso, entre outros.), e da forma como estes processos de exclusão e de discriminação impactam estes grupos e a sua capacidade de reação. Este resultado, normalmente, traduz-se em fragilidades para o desempenho e mobilidade social, relacionando-se assim com o grau da qualidade de vidas das pessoas (Koller et al., 2012).

Contudo, é necessário perceber, que esta complexidade de se mover socialmente não deve ser reduzida apenas às questões de pobreza como normalmente acontece. A vulnerabilidade não se restringe apenas à categoria económica, podendo ter a ver com etnia, orientação sexual, género,

entre outros (Bertuzzi et al., 2007). A idade, por sua vez, pode também constituir-se como mais um fator preditor da vulnerabilidade.

O presente projeto de intervenção social desenvolveu-se com um grupo de adolescentes. A adolescência, enquanto fase do ciclo vital, comporta uma série de mudanças no indivíduo, que podem desencadear consequências a longo prazo (Fiorati et al., 2019). É nesta fase que o adolescente prepara a sua independência e procura o que lhe é próprio, sendo este desenvolvimento caracterizado por complexas mudanças no seu modo de pensar, agir e do seu papel social. Deste modo, compreende-se o motivo pelo qual não podemos restringir-nos à adolescência como um momento próprio e igual entre todos, uma vez que as experiências de cada um constroem os sentidos e percursos da sua etapa. Assim, é possível reconhecer a importância desta fase e o papel que as relações sociais têm na construção da identidade dos adolescentes/jovens e o quanto estar exposto a vulnerabilidades pode ter repercussões negativas nesta construção pessoal (Fiorati et al., 2019).

Adolescentes/jovens que vivenciam experiências de vulnerabilidades sociais, como a pobreza, afastamento dos familiares, mudança repentina do país, situações de violência familiar e social, privação de direitos, entre outros, encontram-se mais propícios a desenvolver problemas de saúde mental, fragilizando o seu comportamento pessoal e social (Fiorati et al., 2019).

No fim do ano de 2023, o número de pessoas em deslocação forçada em todo o mundo alcançou os 117.3 milhões, onde 47 milhões são crianças e jovens, sendo que muitos deles encontram-se separados das suas famílias, aumentando a sua situação de vulnerabilidade (UNHCR, 2024).

Os fatores que levam à migração forçada são complexos e resultam, normalmente, de situações como guerras, perseguições, desastres ambientais, instabilidade política, etc. Tais contextos, sem uma forte resposta humanitária, podem ter consequências para a saúde mental e o bem-estar das crianças, tanto durante a infância como na transição para a vida adulta. Crianças e jovens refugiadas enfrentam uma série de situações adversas antes, durante e após o deslocamento, que afetam o seu bem-estar, saúde, adaptação e trajetórias de desenvolvimento (Taylor & Kaplan, 2023).

O percurso de uma pessoa refugiada pode ser muito perigoso e poderá expor esta fase de vida a vários traumas e riscos. Tal coloca as crianças e jovens refugiados em risco de elevado stress devido à intensidade, quantidade e persistência das adversidades que vivenciam. Esta exposição, se for prolongada, pode causar efeitos prejudiciais no futuro, seja na aprendizagem, no comportamento, na falta de confiança ou na sua saúde, incluindo a origem de depressão, ansiedade, comportamentos aditivos, Perturbação de Stress Pós-Traumático (PSPT), entre outros. De igual forma, menores não acompanhados também estão exponencialmente mais propensos a desenvolver problemas psicológicos, já que não podem contar com a presença da sua família, e lhes falta do suporte e do carinho essencial a ter nesta idade (Taylor & Kaplan, 2023).

Segundo vários autores (e.g., Öner & Munir, 2005; Flink et al., 2013; Kronick & Rousseau, 2015; Haavet et al., 2007; Lipsicas & Mäkinen, 2010; Nielsen et al., 2008, citados por Bezerra et al., 2019), os efeitos das experiências traumáticas associados à migração involuntária na infância e na adolescência manifestam-se através de pesadelos, isolamento social, baixo desempenho escolar, tristeza, bem como alterações emocionais e comportamentais que interferem no seu desenvolvimento.

Pumariiega e Rothe (2010, citados por Bezerra et al., 2019), destacam de igual forma, que aprender uma nova língua, conhecer uma nova cultura e lidar com o isolamento social e o preconceito são desafios significativos que os/as jovens refugiados/as encaram. É de acrescentar que, as condições ambientais, o tempo de permanência em campos e abrigos, a educação e a situação monetária precária são também considerados como adversidades que aumentam o risco para a fragilidade da saúde (Bezerra et al., 2019).

Para além disso, existe outra barreira que impede muitos/as jovens refugiados/as de encarar estes desafios. A cultura, muitas vezes, impede-os de procurarem ajuda para os seus problemas psicossociais, devido a complexidades como a falta de confiança nos serviços de saúde, os preconceitos existentes em cada cultura e também devido a diversos obstáculos relacionados com os serviços disponíveis (Anstiss & Ziaian, 2010).

Um estudo realizado sobre a saúde mental com uma amostra de 546 refugiados/as, dos quais 41.4% eram adolescentes, revelou que, oito em cada dez pessoas refugiadas necessitavam de

apoio psicológico (UNHCR, 2017). O estudo concluiu também a existência de uma alta prevalência de sintomas associados a perturbações depressivas, ansiosas e PSPT. De todos os problemas de saúde mental, a depressão foi a mais recorrente, tendo sido identificada em 48.1% dos/das participantes. Os seus principais sintomas incluíam diminuição do humor e a perda de interesse em atividades, quer de lazer, quer de higiene (UNHCR, 2017). Para além disso, a sintomatologia depressiva é caracterizada por um baixo nível de energia, aumento da fadiga, perda de autoconfiança, problemas de concentração, sono e apetite. A ansiedade estava presente em 36.7%, onde o principal sintoma caracteriza-se pelo medo irracional e desproporcional relacionado com uma ameaça real ou não (UNHCR, 2017). A PSPT foi identificada em 28.1% das pessoas, estas apresentavam uma sensação de vazio emocional, uma dificuldade em conseguir experienciar emoções positivas como antes, assim como estava presente uma tendência em evitar certos sítios relacionados com certas experiências vivenciadas, que lhes causavam medo/desconforto, e uma prevalência de pensamentos negativos. O mesmo estudo revelou que este sintoma se encontra amplamente presente em quase dois terços das pessoas refugiadas (UNHCR, 2017).

Com estas cicatrizes invisíveis existe, por vezes, uma maior dificuldade e resistência nos processos de integração tal como a sua diminuta interação social, relacionada a situações de depressão ou ansiedade que podem levar à sua retração social, o que dificulta a construção de relações. De igual forma, dificuldades em expressar-se ou compreender os outros podem também criar barreiras no acesso a serviços como a educação e a oportunidades de emprego, relacionadas com a sua falta de motivação, concentração e absentéismo (Taylor & Kaplan, 2023; UNHCR 2017; WHO, 2023).

Neste projeto, estas cicatrizes foram-se tornando bem visíveis no decurso do seu desenvolvimento. A separação da família durante o processo de deslocamento, as barreiras linguísticas que dificultaram a comunicação e a integração socio-escolar, os problemas de saúde mental decorrentes das perdas e da incerteza, a adaptação a uma nova cultura e o sentimento de isolamento, foram desafios que impactaram profundamente os jovens. Estes fatores desencadearam um conjunto de dificuldades emocionais e comportamentais complexas, traduzindo-se, frequentemente, em sentimentos de frustração, desânimo e retraimento social.

No entanto, como será possível observar brevemente, o projeto tentou não apenas reconhecer estas cicatrizes, mas também criar um espaço seguro e acolhedor onde estas pudessem ser abordadas e, de certa forma, cicatrizadas. Cada pequena conquista no domínio escolar, na comunicação em português, ou na criação de laços de amizade e confiança entre todos, representou um passo significativo no longo processo de “cura” e integração sociocultural.

Portanto, esta falta de confiança, motivação e de apoio não é apenas uma questão individual, mas também um reflexo das dificuldades estruturais e sociais enfrentadas pelas pessoas refugiadas. Estas complexidades podem incluir também más políticas integrativas, discriminação em várias áreas, acesso limitado a serviços de saúde e barreiras linguísticas e culturais (Taylor & Kaplan, 2023; UNHCR 2017; WHO, 2023).

Deste modo, para encarar estes desafios, são necessárias abordagens sistémicas que ofereçam apoio psicológico adequado, programas de sensibilização cultural adaptados às necessidades das pessoas refugiadas e políticas integrativas e inclusivas que promovam a igualdade de oportunidades. Ao investir nestas estratégias, não se apoia apenas o bem-estar das pessoas refugiadas, como também se fortalece a coesão social e a diversidade cultural das sociedades de acolhimento (Taylor & Kaplan, 2023; UNHCR 2017; WHO, 2023).

Em geral, os direitos básicos e as necessidades económicas, sociais e psicológicas de milhões de crianças e jovens refugiados não estão a receber a resposta adequada e total. Deste modo, falar sobre as preocupações e necessidades de saúde mental das crianças e jovens refugiados é essencial para a sua integração no país de acolhimento (Taylor & Kaplan, 2023; UNHCR 2017; WHO, 2023).

Desta forma, o relatório da WHO (2023) integra várias iniciativas e sugestões para governos e gestores de programas nos Ministérios da Saúde e outros setores, abrangendo diversas áreas-chave. O mesmo direciona-se, primeiramente, para o incentivo da participação ativa de pessoas refugiadas na sociedade, visando reduzir a discriminação através da implementação de políticas de saúde mental sensíveis às suas necessidades específicas. Menciona, de igual forma, a importância de zelar por aspetos que afetam indiretamente a saúde mental, priorizando as necessidades básicas como a alimentação, habitação, educação e emprego (WHO, 2023). Para

além disso, atribui uma grande importância em capacitar profissionais de saúde para identificar e atender às especificidades da condição de saúde mental de pessoas em refúgio, ao mesmo tempo que realça a criação de novas formações para fortalecer a capacidade de outros profissionais, como assistentes sociais e professores, de modo a oferecer o apoio essencial adequado (WHO, 2023).

Na mesma vertente de importância, este relatório propõe opções flexíveis nos serviços de saúde mental, como as abordagens de tratamento e a sensibilização cultural, garantindo que o acesso ao cuidado seja acessível e respeitador das necessidades culturais e individuais de cada um. Também proteger os direitos humanos de todos os refugiados, independentemente do seu estatuto legal, através de políticas nacionais e internacionais que previnam a discriminação e violência contra estas pessoas é, de igual forma, considerado fundamental. Finalmente, o relatório realça a importância de reforçar aptidões das comunidades locais de oferecer e ter acesso a cuidados de saúde mental, promovendo informações sobre serviços disponíveis e desconstrução de preconceitos (WHO, 2023).

De um modo geral, estas medidas são essenciais para melhorar a qualidade de vida e promover uma integração mais efetiva das pessoas refugiadas (WHO, 2023). Esta questão da saúde mental, não é apenas uma questão humanitária, mas também uma necessidade urgente para garantir o bem-estar e a integração destas pessoas (UNHCR, 2017). Ao promover estas políticas e práticas que facilitem o acesso equitativo a serviços de saúde mental, e que protejam os seus direitos fundamentais, permite cumprir não só os nossos deveres éticos, como também fortalecer o desenvolvimento integral destas pessoas em situação de asilo (WHO, 2023).

3. ANÁLISE DA REALIDADE

O presente capítulo dedica-se à análise detalhada da realidade em que se insere o projeto de Educação e Intervenção Social, proporcionando uma compreensão abrangente e contextualizada dos múltiplos intervenientes envolvidos. Serão explorados aspetos cruciais que moldam o ambiente e as condições de quatro jovens afegãos refugiados, com destaque para a instituição acolhedora e para a resposta social específica dos Apartamentos de Autonomização.

Quanto aos participantes deste projeto, dá-se primazia às histórias, experiências e expectativas destes jovens, com vista a perceber todo o processo de integração no país de acolhimento.

3.1. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A instituição onde foi desenvolvido o projeto de Educação e Intervenção Social é de caráter humanitário, não governamental e sem fins lucrativos. Está localizada perto do centro de uma grande cidade do norte de Portugal. A sua proximidade a vias principais e pontos de referência facilita o acesso para aqueles que necessitam dos serviços, assistência e programas oferecidos pela instituição, contribuindo, assim, para a visibilidade e reconhecimento da mesma pela comunidade. A sua missão humanitária e social, dedicada em especial às pessoas mais vulneráveis, tem como foco a promoção da saúde, da vida e da dignidade humana, respeitando sempre os seus princípios de neutralidade, universalidade e de imparcialidade. A mesma integra uma vasta equipa de profissionais e trabalha com uma variedade de instituições locais, (e.g., instituições de saúde, empresas, associações de voluntários). Deste modo, abrange diversos públicos sejam eles afetados por crises humanitárias, conflitos armados, vulnerabilidade social, atuando, assim, também, por diversas áreas ligadas à educação, saúde, sensibilização pública, desenvolvimento comunitário, entre outros. Face a tudo isto, esta instituição possui uma série de programas, projetos e respostas sociais que visam a atender às necessidades da comunidade local.

No primeiro contacto com a instituição, a mestranda, no âmbito de uma entrevista com um dos adjuntos executivos, teve a oportunidade de conhecer as diferentes respostas sociais da

instituição e de perceber os projetos onde a necessidade de intervenção era mais premente. Uma dessas respostas eram os Apartamentos de Autonomização com pessoas refugiadas. É a este respeito que se centrará o próximo subcapítulo.

3.2. APARTAMENTOS DE AUTONOMIZAÇÃO E A SUA GESTÃO

No âmbito dos Apartamentos de Autonomização, a equipa engloba dois colaboradores, um Diretor Técnico/Educador desta resposta social e uma Assistente Social. Esta equipa desenvolve o seu trabalho na instituição, num espaço acolhedor, com uma atmosfera dinâmica. Aqui analisam as necessidades e preparam as suas intervenções. Durante a permanência da mestranda neste local, foi possível perceber a colaboração e a qualidade de comunicação entre o par de profissionais. O Diretor Técnico desta resposta social apresentava-se como um incentivador, era um promotor de empoderamento, confiança e de flexibilidade, dando autonomia e mostrando responsabilidade nas suas áreas de atuação. Mostrava-se sempre interessado em perceber as ideias, pensamentos e levantar questões sem qualquer julgamento. A Assistente Social destacava-se pela sua sensibilidade, empatia e profissionalismo que demonstrava sempre durante as suas interações, com uma enorme vontade e disposição de partilhar conhecimentos, trabalhar em conjunto para solucionar problemas e com o seu compromisso de fazer a diferença. Portanto, estavam lá para trabalhar com e para as pessoas e isso demonstrava-se no seu dia a dia, sempre com vontade de dar o seu contributo, partilhando informações e ideias de forma aberta e transparente, aproveitando as suas habilidades individuais, promovendo sempre um ambiente de cooperação e apoio mútuo.

Esta resposta conta com cinco apartamentos, contudo, apenas um se encontrava no momento ocupado com quatro jovens, duas fratrias, provenientes do Afeganistão. Os restantes apartamentos, três eram para as famílias destes jovens que, ainda sem uma data, virão para Portugal e existirá assim uma reunificação familiar e, o outro apartamento, foi destinado a outros jovens refugiados não acompanhados, que tiveram a sua inserção perto do final deste projeto.

A partir das conversas intencionais desenvolvidas com esta equipa foi possível perceber a finalidade desta reposta social. De acordo com a mesma, esta resposta foi criada com o objetivo de acolhimento e acompanhamento transitório de pessoas refugiadas. O modelo de intervenção é vocacionado para a autonomia, perspetivando a participação e responsabilidade ativa de todos os intervenientes em diferentes contextos promotores da integração social.

De acordo com o Diretor Técnico, o acolhimento/integração engloba a gestão: das necessidades básicas, (e.g., a alimentação, higiene e cuidados pessoais, gestão doméstica e gestão financeira); da documentação, desde o processo de legalização à inscrição em serviços de saúde e escolar; gestão do acompanhamento da educação/formação, englobando o percurso escolar, profissional e atividades complementares, e do desenvolvimento pessoal, estando nele o plano de intervenção individual e gestão do desenvolvimento de competências. Todo este processo tem como finalidade a promoção da autonomização das pessoas.

Através da observação participante, foi possível compreender e aprofundar de que forma é que a equipa apoiava todo o processo supramencionado. Neste sentido, foi possível perceber, detalhadamente, como era promovida toda esta gestão. A mestranda teve a oportunidade de perceber como se processava a gestão básica da casa. Por exemplo, a escolha alimentar e a compra dos produtos alimentares era realizada em conjunto com os jovens, porém a confeção das refeições era assegurada pelos residentes, sendo a equipa técnica chamada a intervir, sempre que necessário. Na higiene e cuidados pessoais, os produtos são garantidos pela instituição ou pelos próprios jovens, o tratamento da roupa é também da sua responsabilidade, e sempre que haja necessidade de tomar medicação, é a equipa que recebe a prescrição médica e procede à compra dos medicamentos e apoia o jovem no planeamento da medicação. Na gestão doméstica os jovens devem garantir o cuidado e a higienização da habitação, o bom uso do apartamento e a boa relação com os restantes residentes do prédio. A gestão financeira é realizada com cada jovem através de uma monitorização das despesas mensais e gestão de gastos.

No que diz respeito à documentação, em articulação com a Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais (EMAT), a equipa participa nas audiências realizadas em tribunal, tendo em conta a medida definida para cada jovem. De acordo com a equipa técnica, existe uma boa articulação com a EMAT para o cumprimento das etapas necessárias. No âmbito do Processo de Promoção

e Proteção, é atribuída à equipa a responsabilidade tutelar de cada um dos jovens. Relativamente ao acompanhamento escolar dos jovens, a equipa é responsável por garantir a monitorização da assiduidade escolar e participar em reuniões com o diretor/a de turma, assim como, se o jovem demonstrar interesse numa determinada área profissional ou atividades complementares, a equipa age de modo a facilitar esta vontade em tudo o que for necessário. De igual forma, no que diz respeito aos serviços de saúde, é a equipa técnica que trata da sua inscrição e auxilia no que for necessário. No que diz respeito ao apoio psicossocial, estes jovens foram acompanhados inicialmente por uma Psicóloga e por uma Assistente Social em Lisboa, contudo, pelas conversas com a equipa, as mesmas deram o seu parecer positivo de que este apoio não era mais necessário, e que seria da escolha dos mesmos esta continuidade. Por fim, este processo de desenvolvimento pessoal, no dia a dia, destes jovens, é auxiliado por um plano de intervenção individual, que a equipa realiza de acordo com as necessidades dos jovens.

3.3. REFUGIADOS AFGÃOS E PRIMEIROS CONTACTOS

No Afeganistão, o regresso dos Talibãs ao poder, em 2021, originou várias consequências negativas, desde restrições aos direitos humanos, aumento da violência, e várias proibições, nomeadamente, a proibição das raparigas adolescentes de frequentarem a escola e o impedimento de tocar e ouvir música que não a religiosa.

Uma das escolas criadas antes deste regresso político, dedicava-se ao ensino e à promoção de música para todos/as, sendo um dos poucos institutos com turmas mistas. Através de conversas intencionais com a equipa técnica, os mesmos partilhavam que em encontros com o Diretor dessa escola, este referiu, que aquele era um sítio recheado de felicidade e de oportunidades. Contudo, tal espaço rapidamente se tornou num lugar onde o medo e o silêncio reinavam, com professores ameaçados e instrumentos de música destruídos pelos Talibãs. Segundo o mesmo, foi preciso muita coragem para enfrentar os seus medos, e pedir auxílio a vários países na luta pela liberdade, com o objetivo de zelar pelo bem-estar dos/as seus/suas estudantes. Assim, e com a ajuda do governo do Qatar e do governo português estes/as estudantes e docentes foram resgatados/as e acolhidos/as. Este grupo teve, portanto, a oportunidade de progredir na música e de continuar o seu programa educacional na esperança de se integrarem através da arte. No contexto português, o acolhimento inicial deste grupo foi realizado pelo ACM e pelo ISS, que convidaram outras

instituições para fazer parte deste caminho de integração, surgindo assim a oportunidade da instituição em análise acolher, em meados de 2022, quatro jovens num dos seus Apartamentos de Autonomização.

Como anteriormente mencionado, e de acordo com a medida governamental para o acolhimento, o período de acolhimento é apenas de 18 meses, tempo usufruído por todos os adultos que se encontravam neste grupo musical. Contudo, para os menores, para além desta medida, aplica-se também em vigor a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Isto significa que, para além destes 18 meses, os menores ficam sob a proteção de uma instituição até terem 18 anos, ou caso continuem os seus estudos até aos 25 anos. Uma vez que se encontram separados dos seus pais, esta lei também decreta a eleição de técnicos para serem os seus representantes legais. (Decreto-Lei n.º 128/2018, 2018).

Segundo a equipa técnica, foi a EMAT que decidiu sobre a medida de acolhimento residencial (e.g., unidades residenciais ou unidades residenciais especializadas) a aplicar a estes jovens. No ponto de vista desta equipa, estes quatro jovens afegãos não deveriam ter sido integrados em Apartamentos de Autonomização (unidades residenciais especializadas), pois, esta resposta destina-se a jovens mais velhos, que já vieram de outras instituições, preparados para começar a sua vida adulta e que já apresentam alguma autonomia. Neste caso, estes jovens vieram com 14/15 anos para estes apartamentos sem vigilância, nem acompanhamento de 24h, que de acordo com a equipa técnica, tem sido evidente a dificuldade e a falta de um acompanhamento prévio de uma instituição. De igual forma, a equipa acrescenta que o número elevado de jovens, a falta de técnicos nestas casas de acolhimento e o escasso apoio da AIMA, foi o que motivou a colocação deste grupo de jovens nesta unidade de apoio e promoção da autonomia. Tal como exposto no capítulo prévio, também esta equipa é da opinião que o tempo previsto para o acolhimento (18 meses) é insuficiente e que a AIMA deveria ter um papel mais ativo neste processo. Acrescenta que, apesar destes jovens estarem sob a proteção desta lei, muitos dos que chegaram, já maiores de idade, mas com a mesma necessidade de ajuda, apenas usufruíram desta medida interventiva por um curto período.

Uma vez que este grupo de jovens se encontrava a residir no apartamento há cerca de um ano e meio, e que todo o processo de acolhimento e integração estava já a ser desenvolvido pela equipa

desta resposta social, a proposta do Diretor Técnico foi de que a mestranda deveria aguardar pelo mês de janeiro, altura em que se previa a chegada das famílias destes jovens.

Neste sentido, a mestranda focou-se noutras vertentes e foi realizando pesquisas teóricas e aprofundadas sobre este grupo musical, assim como aproveitou para conhecer melhor a equipa, estando várias vezes presente no seu gabinete para perceber não só o seu funcionamento, como também aprofundar conhecimentos sobre este processo de integração.

Pouco tempo depois, a mestranda foi convidada a participar na escolha do mobiliário para os apartamentos onde ficariam alojadas as famílias quando chegassem. Este processo permitiu um primeiro contacto com os jovens. No meio de carregar móveis, discutir cores, de conversas sem sentido, com cumprimentos e sorrisos pelo meio, surgiu o convite para a mesma conhecer o apartamento destes jovens. Nesta primeira observação, e tendo em conta o que lhe foi dito sobre os mesmos e sobre o seu processo de integração e autonomização, reparou que a gestão doméstica parecia ser um desafio. Esta impressão foi também partilhada pelo Diretor Técnico afirmando que o grupo apresentava dificuldades a este nível, mas a equipa não sabia que nova estratégia utilizar para auxiliar os jovens neste domínio. Aproveitando a confiança criada, a mestranda questionou a equipa se poderia tentar apoiar os jovens neste domínio, tendo a resposta sido positiva.

3.4. MAPEANDO A REALIDADE: DIÁLOGOS E DESCOBERTAS

Com a oportunidade de abordar a gestão doméstica como mote para inserção neste espaço, a mestranda começou por questionar os jovens sobre o seu interesse quanto à sua inserção, tendo as suas respostas sido positivas. Uma vez que a língua se podia constituir como um obstáculo comunicativo, a mestranda usou a língua inglesa, dada a preferência destes jovens pela mesma e, também, recorreu à ajuda do power point para os mesmos usufruírem da tradução em persa. Nestes momentos usou quebra-gelos, com o objetivo de estimular a interação e criar uma proximidade com o grupo e, após os mesmos, passou para a apresentação onde explicava o cuidado que se deve ter, o que acontece com a acumulação do lixo, quais os produtos de limpeza

disponíveis e para que servem. No final dava espaço para o esclarecimento de dúvidas e para a discussão de outros temas que o grupo quisesse abordar.

A temática da gestão doméstica serviu como justificção, num momento inicial, para as visitas da mestranda à casa dos jovens. Em todos os momentos, a mestranda começava sempre por pedir autorização para entrar, de forma a respeitar o espaço do grupo. Na maior parte destas visitas, os jovens encontravam-se nas suas tarefas semanais e a mestranda aproveitava estes momentos não só para os ajudar, como também para os conhecer melhor. Ao longo do tempo, foi verificando e confirmando algumas necessidades, particularmente no que se referia ao uso da língua portuguesa e às dificuldades na compreensão de alguns conteúdos escolares, agravado pelas dificuldades linguísticas. Contudo, apesar da sua vontade de querer ajudar nestas questões, e das várias conversas sobre a sua importância, os jovens afirmavam que não precisavam de nada e que estava tudo bem.

Começar uma intervenção do zero é difícil, mas intervir a meio de uma, onde a confiança do grupo se centra nos elementos da equipa técnica é ainda mais. Portanto, a mestranda, foi-se apercebendo que, às vezes, é necessário parar e recuar, sendo, pois, indispensável aprender a respeitar o ritmo de cada um, embora o processo investigativo vá decorrendo através do contacto, da observação, e de conversas intencionais contínuas.

Compreendendo-se os desafios inerentes a todo o processo de integração no país de acolhimento, estas resistências são perfeitamente naturais e legítimas. Porém, ultrapassá-las foi, em todo o momento, o objetivo de todo o processo desenvolvido pela mestranda.

Desde o início que a mestranda teve oportunidade de observar sinais das consequências deste trajeto complexo que os jovens viveram, que se tornavam explícitos, na postura introvertida, receosa, de incerteza, na dificuldade em confiar em qualquer um para partilhar as suas coisas e pedir ajuda no que precisavam. Tendo em consideração todos estes indicadores, a estratégia inicial utilizada pela mestranda foi de respeitar os seus ritmos, dar tempo à relação e, fundamentalmente, estar presente. Além disso, foi dando espaço potenciado por questões mais superficiais e simples para conhecer as suas histórias e interesses. Demonstrou também compromisso e disponibilidade para auxiliar em tarefas diárias que os mesmos tinham mais

dificuldade, ou pouco tempo para as fazer, assim como, com a autorização deles, passava muitas vezes no seu apartamento e disponibilizava-se para o que fosse necessário.

Apesar da dificuldade na conjugação de horários, devido à elevada carga horária escolar e dos ensaios destes jovens, a mestranda tentava sempre combinar agendas. Com o tempo, foi-se criando maior abertura e, a mestranda, foi conseguindo cativar o grupo através dos seus interesses pessoais. A título exemplificativo, salientam-se a ida ao estádio para ver jogos de futebol, a confeção de refeições e a degustação de diferentes comidas típicas portuguesas e afegãs, e assistir a filmes sobre o Ramadão. Todos estes espaços proporcionavam momentos de diálogo sobre as diferenças e semelhanças interculturais. Estas estratégias, foram, sem dúvida, muito valiosas para fortalecer laços e promover momentos de interação e construção de relação.

Com o decorrer do tempo a mestranda começou a aperceber-se que a falta de confiança não era só nos outros, mas também neles próprios. Constantemente desvalorizavam as suas capacidades e predominava o sentimento de incapacidade para alcançar mudanças significativas. Assim, toda a intervenção passou pelo reconhecimento intencional das conquistas que cada um ia fazendo, por mais pequenas que fossem. A mestranda aproveitava todos esses momentos para que os jovens reconhecessem os seus ganhos. Por exemplo, a nota obtida depois de uma tarde de estudos em conjunto; ou os concertos que faziam na escola, que apesar da vergonha e desmotivação que partilhavam e do desejo de desistir da música, eram conquistas de que deviam estar orgulhosos, facto que a mestranda procurava sempre salientar, tentando incentivá-los. Ao longo do tempo, o grupo começou a mostrar mais interesse em partilhar as suas histórias e os seus feitos, começando a existir uma maior espontaneidade nestas partilhas.

A confiança estava a ser construída aos poucos e a resistência, que inicialmente existia, começou a desvanecer. A partir de certo momento, os jovens, mais uns do que outros, começaram a partilhar preocupações pessoais e passaram, inclusivamente, a pedir ajuda em algumas situações. Os variados encontros individuais e grupais semanais foram muito importantes para fortalecer esta relação e apoiar o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Todo este tempo em conjunto foi permitindo conhecer estes quatro adolescentes, pertencentes a duas fratrias distintas. Vieram para Portugal, ainda menores, sem a sua família, e passaram a

viver juntos. Não pensam ou encaram a nova vida da mesma forma, contudo, rapidamente, se “tornaram todos irmãos” como diz o Ahmad, um dos jovens, pois “estamos todos passar o mesmo”. Dizem nunca se terem chateado a sério e vivem em harmonia, ajudando-se mutuamente. Outra coisa que têm em comum é quando a conversa envolve o Afeganistão e as suas famílias, ou a simples questão do “está tudo bem?”. Dizem estar sempre “bem” mesmo quando a expressão facial espelha o contrário, ou mesmo em raros momentos em que se expõem um bocadinho, rapidamente se fecham, com um, “mas vai ficar”.

Como indivíduos, num olhar mais profundo, possuem características próprias que formam a sua identidade e que, aos poucos, foi sendo possível a sua descoberta.

Por questões de ética e de sigilo, os nomes usados neste relatório, foram os escolhidos pelos jovens, segundo os mesmos, em honra de pessoas que cada um idealiza.

Começando pelo mais novo. O Ahmad, é um rapaz que chegou a Portugal com apenas 14 anos, onde o apoio parental ainda faz muita falta. Notava-se isso no seu olhar, nas suas atitudes, ou até mesmo quando recebia um simples elogio. Ficava feliz por se sentir visto e apreciado pelas suas conquistas, por mais pequenas que fossem. Adora futebol, comer bolachas, e de ter tempo para si e mandar piadas. Está, neste momento, no oitavo ano de escolaridade e não gosta de estudar, nem de ir à escola, afirmando “porque é uma seca”, mas que mesmo assim se levanta com horas de antecedência para não chegar atrasado. Quando aprofundávamos sobre este tema, o mesmo admitia sentir-se desanimado por compreender pouco do que a professora quer dizer e o que a matéria significa, e apesar de ter boas notas nas aulas de música, não se pode dizer o mesmo nas restantes disciplinas, nas quais apresenta algumas dificuldades devido à barreira linguística. Quanto à pergunta do que ambiciona para o futuro, refere não saber se a música irá fazer parte da sua vida, e, de resto, oferece muitas poucas respostas, sendo relevante mencionar que uma das únicas que dava é que não quer nada a não ser a sua família cá. Contudo, mostrava-se doce nas suas respostas, no seu olhar, no seu sorriso e até nas suas atitudes, que mesmo antes de conhecer a mestranda, ignorando a sua vergonha, vinha ter com ela para a cumprimentar e perguntar como estava.

O Mansour, atualmente com 17 anos, mostra-se autoconfiante e dizia sempre que não precisava de nada. Apesar da sua grande dificuldade na língua, não demonstrava intenções de avançar com esta aprendizagem. Revelava também ausência de interesse pela escola, o que refletia nas suas notas que eram muito baixas, assim como na sua assiduidade. Está a terminar o 9.º ano de escolaridade, e quando se abordava este tópico revelava que este tipo de escola e que a matéria escolar não se enquadrava nos seus interesses. Referia que os professores não tinham culpa, mas que não se sentia incluído. Apesar de já ter desistido do grupo musical afegão, passava a maior parte do seu tempo livre com os amigos desta orquestra, que são o seu grande apoio social. Sempre muito caloroso nos seus cumprimentos, mas muito fechado e introvertido nas conversas, sendo o silêncio e a porta fechada do quarto o que mais reinava nos encontros entre ele e a mestranda. Afirma também à mestranda que a única coisa que ele mais quer, para além da família, é ser independente.

O Almas, com 18 anos, demonstra uma grande curiosidade sobre o “mundo português”. Está no 10.º ano de escolaridade e é assíduo na escola e nos ensaios musicais. O seu gosto pela música é grande, tendo um importante papel na orquestra do grupo musical afegão. Adora futebol, sair com os seus amigos da orquestra e detesta confusões. Quando falava com a mestranda sobre o seu país dizia que queria ter liberdade outra vez, e que só voltava ao Afeganistão quando “o país estiver em paz”. Em conversas, mostrava interesse em querer fazer muita coisa, desde jogar futebol profissional, a ir aos ensaios e ao mesmo tempo trabalhar. Contudo, concluía que não podia fazer tudo e priorizava, naquele momento, como mais importante, a música e o trabalho. Relativamente a um possível emprego, o Almas, revelava sempre curiosidade em saber um pouco mais. Neste sentido, a mestranda iniciou com o Almas a procura de oportunidades de emprego. Quando questionado sobre a sua vontade de realizar um part-time, o Almas respondia que o que o motiva é ganhar dinheiro para o “enviar para família”.

Por fim, o Sultan, com 18 anos, é o rapaz que todo o grupo procura quando precisa de alguma coisa, ou quando é necessário ficar encarregue de algo sério. Se a mestranda pergunta a quem pode dar um papel importante para guardar, ou quem fez determinada tarefa que mais ninguém queria fazer, ou até mesmo alguma coisa sobre o apartamento, todos dizem que foi o Sultan que fez, ou que é a ele que a mesma deve questionar. Quando a mestranda lhe perguntava sobre o assunto, ele não parecia se importar, afirmava que gosta deste tipo de responsabilidade. Sempre atencioso,

cumprimentava sempre a mestrada com um sorriso na cara, trazendo-lhe muitas vezes algo para comer, ou beber. É um rapaz que adora música, tendo um papel importantíssimo na orquestra. Gosta muito de cozinhar e agradar todos aqueles que experimentam a sua comida, ficando sensibilizado quando o comentário é positivo. Relativamente ao seu futuro, afirmava que gostaria de experimentar a universidade, já que não teria oportunidade de o fazer no seu país. Apesar de estar ainda no décimo ano e não saber que área de estudos pretende seguir, ficou a promessa entre os dois que quando chegasse a altura e no tempo dele, a mestrande o ajudaria nesta descoberta. Mostrava responsabilidade, educação e alguma vergonha na comunicação interpessoal. Apesar de falar pouco, o seu olhar e a sua presença diziam muito, principalmente sobre questões relacionadas com a sua família. A família, com quem fala todos os dias é, de facto, um assunto muito sensível para si, sem nunca conseguir encontrar as palavras certas, mas com um olhar que diz tudo o que sente, afirmando que não tem sido fácil e que se tem sentido muito em baixo. À pergunta sobre o que mais deseja, responde-lhe que é “sem dúvida, ter a família em Portugal”.

3.5. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

Com o conhecimento da realidade, concretizado através de diferentes técnicas de investigação-ação, tornou-se possível realizar a avaliação do contexto. Esta etapa indispensável e que fundamenta o desenvolvimento do projeto, permitiu uma compreensão da realidade destes jovens e do seu processo de integração.

Embora a mestrande tenha apelado a estes jovens para identificarem interesses, problemas, necessidades, a verdade é que não foi fácil, tendo estes revelado alguma resistência e desmotivação. Foi, portanto, maioritariamente, através da observação participante, das conversas intencionais e da ajuda da equipa técnica, que foi possível o conhecimento da realidade.

Deste modo, foi possível identificar como problemas, a dificuldade linguística, o desempenho escolar, as expectativas e incertezas sobre o futuro familiar e a desmotivação dos jovens no que dizia respeito aos seus projetos de vida a médio ou a longo prazo. O primeiro elencado é destacado como um problema, pois a falta de domínio da língua portuguesa, limita os jovens na interação, no entendimento dos conteúdos escolares e numa futura integração profissional. Para além disso,

traduzia-se numa complexidade na interação entre os jovens, a mestranda e a equipa técnica. Os jovens, muitas vezes, não conseguiam exprimir aquilo que realmente sentiam ou o que precisavam devido a este entrave linguístico. Apesar do uso de diversas alternativas tecnológicas, muitas vezes, devido ao próprio abecedário ser distinto e a tradução online não ser perfeita, passava muita coisa por compreender, notando, e depois esclarecendo em conversas com os jovens, que estes fingiam às vezes entender para não parecer mal. É de realçar também o papel da escola e da ausência de condições para a inclusão destes jovens neste contexto cultural. As aulas são dadas em português, e os apoios extra da língua e de estudo são limitados.

O segundo problema deriva, principalmente do primeiro. Após conversas intencionais com a equipa técnica, esta afirmava que as notas e as presenças dos jovens são baixas e escassas, assim como a motivação dos mesmos para a escola. Os mesmos confessavam à mestranda que não se sentiam motivados na escola, muito menos pela matéria que é ensinada, alegando que o facto de ser em português e de pouco o compreenderem ajuda nesta desmotivação. Para além de que, através de conversas, estes lhe contaram que no seu país, nesta idade, a escola já tinha acabado há muito e já estavam a trabalhar. De facto, embora a educação seja uma oportunidade, negligenciar-se este aspeto cultural, sem se salvaguardarem condições mínimas para a sua garantia de aprendizagem, não ajuda no cultivo do interesse, vontade e motivação para aprender.

No que diz respeito ao terceiro problema, a mestranda elenca-o como sendo um dos mais fulcrais, dado o seu impacto em todas as decisões, desmotivação e preocupação presente nestes jovens. Como anteriormente mencionado, estes jovens encontram-se à espera das suas famílias, que se encontram impedidas de viajar em sequência das regras do governo afegão. Ao longo dos últimos dois anos, foram já dadas várias datas para este encontro, contudo, e a partir de conversas intencionais com a equipa técnica, a mestranda compreendeu que a AIMA atualmente encontra-se com bastantes complexidades e atrasos, assim como, a própria dificuldade da embaixada do Catar em retirar as famílias do Afeganistão, impedirá este regresso para breve. Apesar destes jovens conversarem com as suas famílias todos os dias, partilhavam frequentemente a grande saudade que sentem, assim como o grande receio pelas mesmas considerando o que se está a passar no seu país. Este medo e esta ânsia por uma data definitiva, está, segundo os mesmos, a causar-lhes uma grande desmotivação no geral. Inclusivamente, um dos jovens, o Sultan, partilhou com a mestranda, que lhe estava a começar a afetar o seu bem-estar psicológico.

Por fim, o último problema elencado, relacionado com a desmotivação no que toca aos seus projetos de vida, derivava, após observação e conversas intencionais com todos os intervenientes, pela, talvez, ainda tenra idade e, encontra-se, principalmente, associado ao terceiro problema. Uma vez que os jovens se encontram sob uma medida de autonomia, integrados num apartamento de autonomização, a mestranda tentou perceber o ponto de vista do grupo relativamente aos seus projetos a médio prazo e à sua independência. Inúmeras conversas relacionadas com este tópico foram desenvolvidas. Predomina, vulgarmente, a incerteza e a dúvida, sendo as respostas mais frequentes: “não sei”, “estou à espera da minha família”, ou até a evidência de pouco à vontade, demonstrado através de risos e de rápidas mudanças de assunto. Também o grupo musical deixou de ser um caminho futuro, visto que dois jovens já desistiram deste grupo e os outros dois apresentavam também dúvidas relativamente à sua continuidade. Desta forma, a mestranda foi procurando perceber os caminhos que cada um gostaria de explorar, sejam estes de curta ou longa duração. Foi também percebendo diferentes desejos, nomeadamente Almas, que mostrava vontade em começar a trabalhar, embora se encontrasse camuflada com baixa autoestima e falta de confiança.

Perante os problemas reconhecidos, tornou-se essencial especificar as necessidades identificadas. Neste sentido, aponta-se como fundamental, retomar a intervenção psicossocial, pois apesar de os mesmos já terem, como mencionado anteriormente, tido este tipo de apoio, parecia evidente a necessidade da sua retoma, isto porque, devido à constante incerteza da chegada das famílias, à sua baixa autoestima e falta de confiança, tudo isto parecia estar a afetá-los psicológica e fisicamente no seu dia a dia. Tal não só é evidenciado pela mestranda, mas também em conversas intencionais com alguns destes jovens, que já admitiram que se sentem desmotivados e receosos pelas suas famílias, que estão a passar grandes dificuldades e nada podem fazer. Adicionalmente, existia uma constante negação e insegurança relacionada com o reconhecimento de pedir ajuda por parte destes jovens, na medida que, era refletido no seu discurso alguns preconceitos no apoio da saúde, e os mesmos mostravam alguma vergonha neste tipo de conversas sobre o seu bem-estar.

Tendo, também, em conta a problematização realizada sobre o pouco domínio da língua portuguesa, apontou-se como necessidade o apoio linguístico e escolar.

Dadas as incertezas relativamente à chegada das famílias a Portugal, à necessidade de autonomizar estes jovens e o interesse evidenciado por alguns jovens em encontrar um primeiro emprego, parecia ser essencial proporcionar apoio na transição para a vida adulta e independente, incluindo o acesso a oportunidades e competências educacionais e profissionais.

Como potencialidades é de destacar a persistência, competência, flexibilidade e o compromisso da equipa técnica, que se mostrava sempre presente para ajudar o grupo de jovens em tudo o que fosse preciso. É de salientar também a sensibilidade da equipa, tentando, dentro do possível, ajudado neste processo de chegada das famílias, assim como a procura constante em introduzir novas estratégias de trabalho na promoção do bem-estar e no desenvolvimento autónomo dos jovens. A partir das conversas intencionais, da observação e da entrevista desenvolvida com a equipa técnica, ficava evidente uma positiva e forte rede interinstitucional, principalmente com o grupo de amigos provenientes do grupo musical, que representava um grande conforto tanto cultural como social para com estes jovens. Outra potencialidade, associa-se à gentileza, boa educação destes jovens, sendo eles extremamente respeitadores e educados. Para além disso, é de destacar a sua resiliência, que perante todas as adversidades passadas no seu país e, pelas mesmas, terem vindo para cá numa tenra idade, lutam todos os dias para as ultrapassar.

Não obstante, a mestranda identificou também alguns constrangimentos, destacando a dificuldade na conjugação de horários, tendo eles uma grande carga de horas escolares e ensaios musicais, assim como os seus hobbies, que não coincidem com a disponibilidade da mestranda, ainda assim, era feito um esforço na marcação de diversos encontros. Para além disso, é de sublinhar as questões culturais, como a limitação da barreira linguística, que impedia a compreensão de inúmeras conversas e limitava a sua vida social e profissional. É de acrescentar também, a pouca vontade de participação destes jovens, não sendo esta resultante pela presença da mestranda, mas antes pela questão de compromisso, pois os mesmos negavam atividades e momentos pontuais, tendo preferência pela espontaneidade, não querendo responsabilizar-se. Foi, portanto, importante, tempo para se construir uma relação mútua de confiança, para se clarificar também qual era o papel da mestranda lá na casa e o que é que eles poderiam esperar dela, tendo sido este um longo caminho percorrido nesta grande conquista.

4. DESENHO DO PROJETO “CONSTRUINDO PONTES”

Neste capítulo é apresentado o desenho do projeto, etapa crucial no processo de Investigação-Ação Participativa. Após a análise da realidade, determinada pelo conhecimento das experiências e necessidades destes jovens, tornou-se essencial estruturar um plano de ação que fosse coerente, quer com os problemas, como com as necessidades levantadas. Este desenho serviu como base de toda a intervenção, delineando a finalidade, os objetivos e as estratégias que orientaram todas as ações. Deste modo, o desenho do projeto pretendeu refletir as aspirações e preocupações de todos os intervenientes.

4.1.FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

O presente projeto de Educação e Intervenção Social tem como finalidade a promoção da integração sociocultural de jovens refugiados, proporcionando o seu desenvolvimento integral.

Esta finalidade reflete o propósito central do projeto, que é integrar os jovens refugiados de uma maneira holística, abordando aspetos fundamentais da sua integração e do seu desenvolvimento pessoal e socioprofissional. Ao proporcionar este apoio e oportunidades significativas, o projeto visa criar uma base sólida para que os jovens possam desenvolver várias competências e se sintam valorizados e empoderados. Esta finalidade compreende também a importância de fortalecer não apenas as suas aptidões práticas, mas também as suas capacidades de lidarem com as adversidades e de se adaptarem às mudanças.

Relembrando que a pessoa refugiada ao ter de deixar o seu país procura segurança, e esperança de que os seus direitos sejam protegidos e garantidos, esta finalidade destaca, deste modo, também a palavra integração. Nesta questão, a União Europeia tem sido vista como forte defensora destes direitos, da igualdade e da proteção para todos. Contudo, as pessoas refugiadas enfrentam uma série de desafios nesta sua chegada, que podem dificultar a sua estadia no novo país. Torna-se, portanto, crucial fornecer oportunidades e apoio a vários níveis. Desta forma, das várias políticas existentes e de todas as leituras realizadas, segundo a comunidade europeia, a

abordagem integrativa revela-se fundamental na intervenção com pessoas recém-chegadas (Comissão Europeia, 2020).

De acordo com o recente Plano de Ação da Comissão Europeia, é necessário apoiar todos os que fazem parte da sociedade, sendo a integração um direito e um dever de todos. Tal significa capacitar e desenvolver competências a vários níveis àqueles que necessitam, e proporcionar oportunidades para todos de forma a usufruir dos seus direitos e participar na vida comunitária e social, independentemente da sua origem (Comissão Europeia, 2020).

Segundo Parekh (2000, como citado por Threadgold, & Court, 2005), um dos conceitos mais importantes relacionados com a integração é o sentimento de pertença. Como anteriormente mencionado, manter a identidade (e.g., valores, atitudes e crenças étnicas e culturais) é fundamental para o envolvimento do sujeito com as identidades do país de acolhimento. O conceito de “dar as boas-vindas à diferença”, previne a integração de se tornar num processo de assimilação, dando origem a um sentimento de pertença e um desejo de ajudar no desenvolvimento da comunidade.

A integração é, portanto, o produto final de um processo multifacetado e contínuo, do qual a autossuficiência é apenas uma parte. A integração exige, por parte das pessoas refugiadas, uma adaptação à sociedade de acolhimento, sem as mesmas terem de renunciar à sua própria identidade (ACNUR, 2022). Da sociedade de acolhimento, são necessárias comunidades que sejam acolhedoras e inclusivas e instituições públicas que sejam capazes de satisfazer quaisquer necessidades (Threadgold & Court, 2005). Desta forma, no processo de integração, estas sociedades deverão criar oportunidades para a plena participação económica, social, cultural e política das pessoas refugiadas (Comissão Europeia, 2020).

De acordo com o manual de integração da ACNUR (2022) e do Plano de Ação da Comunidade Europeia (2020), numa boa integração, têm de estar obrigatoriamente incluídos o acesso à educação, emprego, saúde e habitação. Destacando as primeiras três, os mesmos dizem que na educação, as escolas têm dos maiores potenciais para serem verdadeiros centros de integração, uma vez que podem ter um efeito positivo no futuro educativo, incluindo na aprendizagem da língua do país de acolhimento. Neste âmbito, privilegia-se também a língua, pois a sua

aprendizagem é crucial para uma integração bem-sucedida (ACNUR, 2022; Comissão Europeia, 2020; Hajduković, 2023). Relativamente ao emprego, salienta-se a sua importância não só pela estabilidade económica das pessoas refugiadas, que as permite reconstruir as suas vidas, mas também por ser um local que dá sentido significativo à vida, que valoriza as suas capacidades, e se apresenta como um local vital para a interação sociocultural. No entanto, estas pessoas enfrentam vários desafios, desde dificuldades no acesso ao crédito, à compreensão dos quadros regulamentares e financeiros dos países de acolhimento. O acesso à informação financeira e às competências profissionais esperadas podem desempenhar um papel importante na superação destes obstáculos e tornar-se numa mais-valia na procura de oportunidades (ACNUR, 2022; Comissão Europeia, 2020; Hajduković, 2023). Por fim, no processo de integração, o acesso à saúde tem igualmente um valor capital, uma vez que o caminho destas pessoas envolveu, essencialmente, uma experiência significativa de perdas. Perda do que é tangível, como bens ou funções, mas também uma perda menos óbvia e interna, (e.g., a perda de confiança em si e nos outros e a perda de autoestima). A saúde física e mental pode tornar-se num obstáculo se for precária ou de difícil acesso, podendo afetar praticamente todas as áreas da sua vida. Pese embora este enquadramento europeu e nacional, as pessoas refugiadas são confrontadas com várias barreiras no acesso aos serviços de saúde, onde para além dos obstáculos administrativos, destacam-se receios relacionados com a discriminação, a falta de informação sobre o sistema de saúde e obstáculos linguísticos e interculturais. Desta forma, torna-se essencial, auxiliar e encorajar as pessoas, facilitando e promovendo este acesso. Este processo, exige também a necessidade de sensibilizar e conscientizar os profissionais combatendo estereótipos e perceções negativas e realçando a saúde como um elemento central para a integração destas pessoas (ACNUR, 2022; Comissão Europeia, 2020).

Posto isto, a partir da finalidade supraindicada delinearão-se os seguintes três objetivos gerais (OG) e objetivos específicos (OE):

OG 1: Facilitar e promover competências linguísticas e escolares.

OE 1.1: Ser capaz de comunicar em português nos contextos do dia a dia;

OE 1.2: Ser capaz de identificar e usar métodos de estudo adequados à sua aprendizagem;

OE 1.3: Ser capaz de identificar as suas necessidades e esclarecer as suas dúvidas, com vista a melhorar a sua aprendizagem.

OG 2: Construir um projeto de vida.

OE 2.1: Ser capaz de identificar interesses, habilidades e aspirações pessoais;

OE 2.2: Realizar pesquisas sobre oportunidades de emprego, ou sobre cursos profissionais em áreas do seu interesse;

OE 2.3: Explorar as suas competências e prioridades, e ser capaz de as colocar em prática.

OG 3: Promover a sensibilização e educação dos jovens para a saúde mental.

OE 3.1: Ser capaz de reconhecer e expressar sentimentos e emoções;

OE 3.2: Ser capaz de desmistificar preconceitos ligados à saúde;

OE 3.3: Ser capaz de criar e manter rotinas saudáveis que promovam o seu bem-estar.

Formulada a finalidade e os objetivos do projeto, e depois de apresentados e discutidos com o grupo de jovens e com a equipa técnica, foi delineado o percurso a seguir para garantir a concretização do projeto. Como estratégias para o projeto “Construindo Pontes” destaca-se a construção progressiva da relação de confiança que foi realizada ao longo de todo o percurso, pois esta é a base para qualquer intervenção eficaz, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Considerando a idade destes jovens, as suas personalidades e um país novo, eram poucas as pessoas em que estes confiavam, até mesmo com a equipa técnica esta confiança parecia insuficiente. Portanto, para a mestranda, foi crucial adotar estratégias para construir um ambiente em que estes jovens se sentissem seguros. Através de atividades informais, como jantares, jogos de futebol e apoio nas tarefas quotidianas, a intenção foi a de criar espaços onde se sentissem valorizados e onde pudessem acreditar e confiar na mestranda e, fundamentalmente, neles próprios, isto é, confiar que conseguiam alcançar mudanças e tornar realidade as suas vontades. Esta estratégia foi essencial para quebrar as barreiras emocionais, permitindo com que os “não’s”

eternos se transformassem finalmente em alguns “sim’s”. Também é de realçar o valor imprescindível das conversas intencionais tidas com a equipa técnica e com os jovens e a observação participativa das suas rotinas na construção de uma relação de confiança, permitindo aos jovens que se sentissem valorizados e compreendidos.

Posto isto, foram desenhadas as seguintes ações:

Ação 1 – “Momento a momento: Desenvolvimento de competências linguísticas e escolares”, teve a intenção de combater o problema da barreira linguística que afeta o desempenho e interesse escolar, as interações com o meio social e a possibilidade de integração no mercado de trabalho. A aprendizagem da língua e o sucesso escolar são, sem dúvida, fundamentais para a integração e o sucesso em vários âmbitos da vida. Apesar do reconhecimento dos jovens da necessidade de aprenderem a língua, os mesmos não mostravam muito interesse. Por este motivo, pensou-se nesta ação como gradual, não se tendo programado sessões para o efeito, mas sim, dando liberdade para proporcionar apoio linguístico e escolar quando estes assim o pretendessem, estando a mestranda sempre disponível, respeitando o ritmo de cada jovem. Deste modo, como estratégias a mestranda começou por identificar junto dos jovens as suas necessidades neste âmbito. Sabendo das suas dificuldades escolares e linguísticas, a mesma mostrava flexibilidade e sempre pronta para os ajudar nos trabalhos de casa, ou na preparação para os testes quando estes o desejassem. Para tal, tinha também como estratégias a criação de um ambiente seguro para que os mesmo se sentissem à vontade e a criação de um reforço positivo, de modo a celebrar cada conquista. Para além disso, planeou incorporar diferentes interações de comunicação, tal como a aprendizagem mútua de algumas palavras das diferentes línguas partilhadas e, também, a partilha de várias histórias de vida, interesses, e diferenças culturais. Ao longo de todo o percurso, a mestranda incentivava a comunicação em português de modo a aprimorar a fluência dos jovens.

A Ação 2 – “Rumo ao futuro: Horizontes de projetos de vida”, surgiu da vontade expressa de dois dos quatro jovens. A orientação vocacional e o desenvolvimento de competências profissionais são fundamentais para a autonomia e a independência financeira dos jovens. Através de conversas intencionais individuais, foi possível compreender os interesses e aspirações de cada um dos jovens. Como estratégias a mestranda foi dando espaço para a reflexão sobre as suas

aspirações, preocupações e interesses, proporcionando também o apoio necessário para a elaboração de currículos, preparação para entrevistas e identificação de oportunidades de emprego, tendo sido esta vertente a mais requisitada pelos jovens. A mestrandia tinha o intuito de os preparar com as capacidades e conhecimentos necessários para navegar o mercado de trabalho, oferecendo-lhes uma perspetiva positiva e realista para o futuro. Para além disso, também a escola se destacou neste rumo e horizonte, uma vez que, através de conversas e observações, a mestrandia reconheceu a dificuldade e desmotivação perante a mesma. Deste modo, planeou falar com cada um deles para reconhecerem em conjunto o que estes pretendiam, assim como procurar novas soluções que se enquadrassem nas suas vontades, dando luz e conhecimento sobre os cursos profissionais, tendo sido estes vistos pelos jovens como a mudança ideal para tentar prosperar.

Por fim, a terceira e última ação é intitulada “Caminhadas de saúde” foi perspetivada dados os desafios do grupo. A expectativa da chegada das suas famílias e a constante incerteza de uma data, assim como, o facto de estas estarem ainda num país regido por uma ditadura. Para além disso, destaca-se o trajeto que os mesmos fizeram de um país para o outro, com uma cultura diferente da sua. Posto isto, considera-se que a saúde mental é uma componente crucial a ter em conta quando se trata do bem-estar geral e da capacidade de resiliência destes jovens. Apesar dos mesmos reconhecerem a sua importância, continua a existir uma grande resistência no que diz respeito a obter apoio psicológico, mesmo estando cientes dos momentos difíceis por que estão a passar e da ansiedade e preocupação que têm sentido. Deste modo, considerou-se importante a sensibilização do grupo para questões de saúde mental, desmistificando estereótipos e a procura de apoio psicológico.

4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA

Realizado o desenho do projeto, onde foi delineada a finalidade, os objetivos, as estratégias e as ações, tornou-se importante refletir sobre a exequibilidade do projeto.

Estes jovens, provenientes de contextos de conflito e de deslocamento, enfrentam constantes desafios significativos de adaptação cultural, linguística e social. A separação das suas famílias durante o processo de migração acrescenta também uma camada de complexidade emocional. A

equipa técnica, como anteriormente mencionado, era composta por profissionais experientes, que se mostravam comprometidos em oferecer um apoio integral para a integração destes jovens na sociedade portuguesa.

A avaliação de entrada foi desenvolvida através de várias conversas e encontros com todos os intervenientes. Neste sentido, foi possível perceber que os objetivos e as ações planeadas iam ao encontro das necessidades sentidas.

No que concerne aos problemas e às necessidades, foram reconhecidos em conjunto e eram constantemente abordados por todos. No âmbito das estratégias, também elas foram sendo perfeccionadas e apoiadas por este grupo, destacando a segurança e a confiança que ia sendo coconstruída, que permitiu que a relação crescesse e evoluísse para uma relação mais próxima, de respeito e de confiança.

Relativamente aos constrangimentos, destacou-se essencialmente a barreira linguística, as suas dificuldades em confiar, e a falta de compromisso em atividades pontuais. Todas elas, refletindo em conjunto com a equipa técnica em diversas sessões, eram barreiras mútuas, de difícil superação. Esta já tinha mencionado que eram raras as vezes que conseguiam que os jovens se comprometessem a algo, tornando muito difícil também a intervenção deles, duvidando assim a exequibilidade do projeto. Contudo, havia a esperança de que com as potencialidades, era possível atenuar estes constrangimentos. Em conversa com os jovens sobre estas limitações e as possíveis ações pensadas, também eles inicialmente mostraram resistência, mas permaneceu a promessa que iríamos de momento a momento e de acordo com o ritmo deles, sem propor nada, ou realizar alguma coisa a não ser que os mesmos desejassem.

Considerando os objetivos definidos, a Ação 1 procurou responder ao OG1, assim como aos seus OE, enaltecendo a importância de uma abordagem flexível, de modo a valorizar o ritmo de cada um. A Ação 2, direcionou-se para o OG2, assim como os seus OE, pontuando o caminho, tendo como finalidade a autonomia, e partindo dos desejos dos jovens, oferecendo-lhes uma perspetiva positiva e de mudança em relação aos seus horizontes futuros. Finalmente, a Ação 3, atendeu ao OG3 e aos seus respetivos OE, direcionou-se para um apoio invisível, mas por vezes bem visível,

rodeado de um espaço seguro e de confiança para que estes jovens se sentissem confortáveis para partilhar as suas emoções e preocupações.

Toda esta planificação e delineamento de ações é de carácter flexível, para que durante todo o processo sejam consideradas as vontades, os desejos, o ritmo, o espaço e os interesses dos jovens e para que seja possível ocorrer transformações, garantindo deste modo que estes sejam valorizados e respeitados. Este foco adaptativo é essencial para criar um ambiente seguro, inclusivo e integrativo, onde os jovens se sintam empoderados para expressar as suas opiniões e influenciar as decisões que afetam as suas vidas.

Assim, ao valorizar a autonomia dos jovens, o projeto não visa apenas alcançar os objetivos estabelecidos, mas também promover um senso de pertença, valorização e de responsabilidade entre os participantes. Esperou-se, portanto, que os jovens desenvolvessem capacidades de autogestão e decisão, preparando-os para um futuro de independência e de transformação social.

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O presente capítulo apresenta detalhadamente as ações desenvolvidas no âmbito do projeto “Construindo Pontes”. Este projeto visou a promoção da integração sociocultural de jovens refugiados, proporcionando o seu desenvolvimento integral.

Cada ação deste projeto foi pensada para atender às especificidades, vontades e interesses de cada jovem. Para além disso, foram sempre tidas em consideração as limitações e as potencialidades apresentadas anteriormente, e as estratégias foram cuidadosamente planeadas para criar um ambiente seguro e acolhedor, onde os jovens pudessem expressar-se livremente e desenvolver as suas competências.

5.1.AÇÃO 1: MOMENTO A MOMENTO: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS E ESCOLARES

Alguns jovens, apesar de reconhecerem a importância da aprendizagem da língua portuguesa e da sua utilidade na escola, sempre apresentaram muita resistência e falta de motivação em relação a esta aprendizagem e aos estudos.

Após várias conversas com os jovens, todos revelaram que seria importante o apoio ao estudo, contudo não queriam comprometer-se com este apoio semanal. Assim sendo, a mestranda disponibilizou-se todas as semanas a dar apoio e explicações sempre que os jovens precisassem e necessitassem, de acordo com o seu tempo e a sua vontade. Esta flexibilidade acabou por resultar, pois ao lhes dar este espaço e respeitar o ritmo de cada um, um dos jovens, o Ahmad, acabou por a procurar neste sentido. Assim, quando o Ahmad tinha testes ou dificuldade em traduzir certas coisas, reunia-se com a mestranda e realizavam sessões periódicas de estudo. Apesar de não terem sido muitas as vezes que este apoio era realizado, Ahmad mostrou-se sempre proativo no pedido de ajuda. Este contava com entusiasmo as notas que tinha recebido, e a mestranda mostrava contentamento e valorizava o esforço de Ahmad, dizendo-lhe que se devia orgulhar por essas conquistas. Esta constante celebração de cada conquista, em que era

enaltecido o seu esforço, acabou por aumentar a sua motivação e autoconfiança, chegando o mesmo a comentar com a mestrandas, que queria continuar a ter boas notas e a diminuir as suas negativas. Também o respeito e a segurança com que a mestrandas conduzia sempre as conversas e as sessões de estudo entre eles, resultou, ao longo do tempo, num maior à vontade de Ahmad em lhe pedir ajuda e numa maior autoconfiança.

Quanto à língua portuguesa, a estratégia usada foi a de uma aprendizagem mútua de ambas as línguas – o português e o afegão. Todas as vezes que estavam juntos, a mestrandas ensinava uma palavra ou frase em português e os jovens ensinavam em persa, com um resultado um pouco mais caricato para a mestrandas e com mais sucesso de pronúncia para os jovens.

Durante os jantares, as idas às compras e ao futebol, as conversas integravam vários assuntos, um pouco de tudo e de nada. Por exemplo, sobre a degustação de várias comidas, onde o picante reinava na alimentação afegã e o doce nas natas que predominava nas propostas gustativas da mestrandas. Na brincadeira começavam a nomear os seus doces preferidos e quais as melhores comidas típicas do Afeganistão, tendo sido o “Kabuli” e tudo o que tivesse “Lwbaa”, as prediletas. A mestrandas aproveitava também para partilhar um pouco sobre a cultura gastronómica portuguesa. Também a rivalidade clubística se encontrava presente, pois alguns mencionavam o seu gosto pelo Benfica e sendo a mestrandas portista, desenvolviam-se discussões saudáveis de lances e de jogos, que servia sempre de um bom quebra-gelo. Toda esta interação e diálogos eram facilitados partindo de temas do agrado dos jovens, e a maior parte das vezes isto resultava, sendo o tema futebolístico um dos preferidos.

Também a questão da cultura se encontrava muito presente, onde várias histórias e diferenças eram partilhadas e comparadas. Na questão amorosa, certo dia, no meio de brincadeiras entre todos, os mesmos perguntaram à mestrandas se o seu pai tinha que autorizar o seu namorado, pergunta à qual a mesma, em gargalhadas, respondeu que não e que era ela que escolhia com quem namorar. Neste sentido, a mestrandas perguntou se não era assim que funcionava também no Afeganistão. Os jovens responderam que no Afeganistão se eles encontrassem uma rapariga e gostassem dela, tinham de pedir a bênção ao pai para casar com ela, sem esta ter alguma opinião sobre o caso. O pai desta rapariga, analisaria se o rapaz era ou não um bom pretendente, quem era a sua família e até mesmo quanto ele ganhava para a poder sustentar. Desta conversa surgiu

outra sobre a evolução dos direitos e da liberdade das mulheres, suscitando a reflexão entre todos que nem todas alcançaram essa mesma igualdade e que muitas continuavam oprimidas. Também outros assuntos eram partilhados, desde a situação difícil em que viviam as suas famílias, ao terror que também eles passaram com o regresso do grupo Talibã ao seu país, revelando Sultan à mestranda que era muito “difícil ser criança em Afeganistão”. Confessou que não tinham a liberdade na sala de aula como têm aqui, que as suas irmãs não podem andar na rua sozinhas como as mulheres portuguesas e que não têm liberdade de expressão. Contudo, apesar destes momentos serem escassos, pois eram assuntos muito difíceis de serem partilhados e que os mesmos não gostavam de falar, a mestranda aproveitava cada momento, cada partilha, para o crescimento da relação, para lhes proporcionar apoio e promover a sua socialização.

De igual forma, a mestranda aproveitava todos estes momentos para incentivar a aprendizagem da língua portuguesa e, apesar das suas dificuldades e de algumas palavras serem ditas em inglês ou persa, a mestranda auxiliava sempre na tradução. Aos poucos, e de forma informal, os jovens estavam a aprender frases e a memorizar palavras sem se aperceberem. A título exemplificativo, eram muitas as conversas em que todos estavam a fazer piadas, ou havia uma expressão diferente e a mestranda traduzia os seus significados e, os jovens, quando a mestranda os via na sua próxima visita, direcionavam-na com essa mesma piada traduzida, ou até mesmo com alguma palavra ensinada no encontro anterior.

Esta ação foi desenvolvida de forma informal, aproveitando-se todos encontros para um crescimento mútuo. Desta forma, esta foi transversal a todas as diferentes ações, uma vez que tudo era uma oportunidade para estimular a língua portuguesa. Sem dúvida, foi sendo realizada de momento a momento, ou seja, de necessidade em necessidade, de acordo com o tempo e vontade de cada um.

5.2. AÇÃO 2: RUMO AO FUTURO: HORIZONTES DE PROJETOS DE VIDA

O horizonte é, sem dúvida, o símbolo do indefinido, do mundo a descobrir, de um objetivo a atingir. É olhar para além do que está à nossa frente e procurar e encarar possibilidades, estar aberto a novas experiências e adaptar-se a mudanças.

Viver em Apartamentos de Autonomização é uma preparação para o futuro, para a independência, é criar projetos de vida, e remar sempre em direção a um futuro prospero. Com isto em mente, tornou-se importante para a mestrandia, perceber quais eram as intenções destes jovens e quais os seus interesses e prioridades neste caminho de autonomia. Para tal, foram realizadas várias conversas com cada um destes jovens para tentar perceber as suas vontades relativamente ao seu futuro.

Em cada um destes encontros vários tópicos foram abordados, assim como partilhas e experiências de como as coisas funcionam aqui em Portugal, sendo a empregabilidade o que mais reinava nestas conversas, provenientes do interesse dos mesmos.

Para além do mercado de trabalho, também a escola foi um tópico presente, isto porque dois dos jovens (Ahmad e Mansour) encontravam-se a terminar o ensino básico e tinham importantes decisões a tomar. Contudo, mais importante ainda, é o facto de Mansour e Almas sentirem que a escola não tem sentido nas suas vidas. É de realçar que no Afeganistão a escolaridade obrigatória é até aos 12 anos e este era o argumento levantado por Almas para justificar a sua logicidade. Aliás, no Afeganistão, nesta faixa etária é expectável a integração no mercado de trabalho e o início do planeamento do casamento. Talvez, esta questão cultural tenha um peso importante para este sentimento de desânimo. Além disso, a barreira linguística, o plano curricular e o facto de se sentirem “perdidos na sala de aula”, são outras variáveis que condicionam o significado que a escola deveria ter nesta fase do ciclo vital.

A ação “Rumo ao futuro: Horizontes de projetos de vida” focou-se em identificar as aspirações tanto escolares como profissionais dos quatro jovens, daquilo que era a projeção para os seus

futuros, proporcionando-lhes as competências e oportunidades necessárias para alcançar a sua integração no mercado de trabalho e procurar alternativas escolares.

Relativamente ao rumo no mercado de trabalho, a mestranda, foi explorando com Almas e Mansour, diferentes tópicos relevantes para esta preparação, nomeadamente, as tendências do mercado de trabalho, a necessidade de elaborar um currículo, as aptidões e habilitações que se esperam de uma pessoa que procura determinado emprego e a preparação para entrevistas de trabalho.

Assim sendo, os primeiros encontros individuais foram focados em pesquisas em conjunto de diferentes competências valorizadas pela entidade patronal e aquilo que é expectável cumprir em variados locais de trabalho. A realização do currículo foi o que ocupou o maior interesse dos jovens. Neste sentido, a mestranda ajudou na construção do currículo, no uso da língua portuguesa e nas pesquisas sobre oportunidades de emprego disponíveis, e na identificação dos portais de emprego para procura de trabalho, sempre que o desejassem.

No que diz respeito à construção do currículo, os jovens em conjunto com a mestranda construíram cada um o seu, com exemplos que esta lhes ia dando e respondendo a pontos importantes que eram essenciais colocar. Durante alguns encontros, foram realizadas múltiplas pesquisas de oportunidades profissionais. Em conjunto respondiam a essas ofertas de emprego, nomeadamente, no Mc Donalds e numa loja em armazém. Ainda assim, tinha ficado combinado entre todos, que manteriam a procura ativa de outras oportunidades, de modo a acelerar o processo. Em vários momentos, a mestranda foi explicando as características do mercado de trabalho português (e.g., salários, condições de trabalho, direitos, etc.), aproveitando também a sua experiência em contexto profissional. Nestes encontros, eram utilizados o meio tecnológico para facilitar com exemplos na Internet e páginas associadas sobre este contexto em Portugal. Era notório o interesse de Almas e Mansour neste âmbito. Deste modo, a mestranda ia sempre preparada com algum facto ou pesquisa feita para lhes mostrar. Contudo, quando esta vinha predisposta com muita coisa, ou alguns papéis, os jovens mostravam-se resistentes e apreensivos, sendo os encontros aleatórios e conversas espontâneas as que mais resultavam nesta partilha e pesquisa de informações.

Durante o desenvolvimento desta ação, foi encontrada uma oportunidade de emprego para Almas, numa pizzaria. Esta oportunidade surgiu de um contacto pessoal da mestranda. Pese embora os constrangimentos conhecidos nomeadamente, a aquisição de contrato e a barreira linguística, a mestranda auxiliou Almas neste processo. Ajudou-o quanto à preparação da entrevista, o tipo de questões que podiam ser colocadas e à forma como Almas poderia responder. Relativamente ao contrato, explicou-lhe que o mesmo iria ser um part-time de 25 horas em três dias semanais, com o propósito de o mesmo ter tempo para os seus estudos na sua nova escola, tópico que irá ser abordado brevemente, e para que o mesmo não se sentisse sobrecarregado com a sua agenda de ensaios musicais, tendo Almas assim preferido.

A equipa técnica acompanhou todo o processo. Assim que a mestranda encontrou esta oportunidade, informou de imediato a equipa, procurando também a sua opinião e permissão para seguir em frente com esta oportunidade. Todos estavam muito felizes pelo Almas e de igual forma mostraram-se disponíveis para ajudar naquilo que fosse necessário.

No dia da entrevista, marcada pela entidade patronal, a mestranda acompanhou Almas em todo este processo. Levou-o ao local e traduziu a entrevista na íntegra. A mesma baseou-se em perguntas gerais, nomeadamente, sobre as suas expectativas, competências, dados pessoais e, fundamentalmente, numa explicação sobre como as coisas funcionavam no estabelecimento. Apesar da sua vergonha e nervosismo, Almas respondeu a tudo o que lhe foi questionado, devolvendo até perguntas ao entrevistador. No final, tudo correu bem, e após uma conversa de sensibilização com o patrão sobre a situação de Almas, este aceitou dar-lhe emprego. Entretanto, Almas já começou a trabalhar e já recebeu elogios rasgados por parte de toda a equipa de trabalho. Percebem-no como um jovem muito esforçado, atento e competente.

O Almas partilhava o seu entusiasmo com a mestranda, e não falava de outra coisa a não ser como tinham corrido os seus dias. A mestranda em todas estas conversas demonstrava o seu orgulho por ele, e continuava a auxiliá-lo em tudo o que este necessitasse, desde a confirmação de autocarros, até mesmo a dar-lhe boleia quando necessitava. Almas, desde que começou a trabalhar até à presente data, mostra um novo brilho nos olhos e maior sentido de responsabilidade. Está, neste momento, a gerir as suas poupanças e a reservar dinheiro para enviar para a sua família no Afeganistão.

No que diz respeito à tomada de decisões escolares, esta era, sem dúvida, uma meta importante, mas com pouco interesse por parte dos jovens. Através de várias conversas com eles sobre: a escola, os professores, os estudos, as diferenças de um país e do outro, a mestranda começou a aperceber-se que pelo menos três (Almas, Mansour e Sultan) dos quatro jovens tinham pouco interesse pela escola. Com faltas constantes e várias negativas, a mestranda resolveu conversar com os mesmos sobre esta questão. Estes jovens expressavam que os conteúdos escolares não lhes interessavam, que tinham dificuldades em compreender aquilo que era falado em sala de aula e que isto lhes provocava desânimo e falta de vontade de continuar a comparecer nas aulas.

Porém, uma vez que estes se encontram em Apartamentos de Autonomização e estão, neste momento, ao encargo de uma instituição e do tribunal português, os mesmos são obrigados, como todos os jovens em Portugal, a frequentar a escola até ao 12.º ano ou até completarem 18 anos. Como tal, no caso deles, se quiserem continuar a estar protegidos pela Lei de proteção de crianças e jovens em perigo até aos 25 anos, são obrigados a continuar a estudar. A mestranda também lhes explicou, que poderiam optar por frequentar cursos técnico profissionais que satisfizessem as suas ambições futuras. Neste seguimento, tal resultou de uma longa conversa sobre o que gostariam de fazer futuramente. Após alguma reflexão entre todos, a mestranda questionou-os sobre a hipótese de mudarem de escola e se conheciam os cursos profissionais em Portugal. Não sabendo do que se tratavam, iniciou uma pesquisa com o grupo sobre o que eram e aquilo que ofereciam, explicando que poderiam, no ensino secundário, escolher uma carreira e começar de imediato a estudá-la com oportunidade de estágio. Durante estes dois encontros, pesquisaram em conjunto várias escolas profissionais e os cursos e planos curriculares que as mesmas oferecem. Este processo pareceu útil, tendo sido um incentivo para estes jovens. Unanimemente, mostraram interesse pelo curso profissional de culinária. Quando a mestranda lhes questionou o porquê desta opção, responderam que se sentem mais em casa quando cozinham a comida do seu país e que também lhes parecia melhor fazer aquilo que gostam, do que estar aprender aquilo que não lhes interessa, revelando que, apesar de terem que aprender diferentes conteúdos, parece-lhes mais fácil fazer um curso profissional alinhado com os seus gostos, do que o que estão atualmente a aprender na escola.

Assim, e depois do aval da equipa técnica sobre a pertinência da mudança de escola e do processo formativo e que esta medida podia concorrer para o processo de integração, a mestranda, a

equipa técnica e os jovens puderam desenvolver os passos seguintes. Neste sentido, foram realizadas, com os jovens, visitas às diferentes escolas profissionais perto da localidade onde residem. Tendo todos preferência pela mesma escola, procedeu-se à matrícula dos três jovens. O ingresso neste curso específico foi acompanhado por uma entrevista aos estudantes, onde, após a mesma, foi decidido quem ficava no curso. Como precaução, os jovens quiseram candidatar-se a outra escola como plano B.

O processo da matrícula teve de ser tratado pela equipa técnica, assim como o acompanhamento às entrevistas, uma vez que era obrigatório ser feito por um responsável legal. Em todo este processo, a mestranda prestou auxílio no preenchimento de documentos em falta, e conversou com os jovens sobre as possíveis perguntas que poderiam ser feitas. Paralelamente, providenciou algum suporte emocional, em especial com o Sultan, uma vez que era ele, entre todos, quem mostrava maior incerteza e ansiedade, uma vez que, apesar de desejar trocar de escola, uma nova mudança continuava a assustá-lo. Durante alguns dias, os dois conversaram sobre os aspetos positivos e negativos deste novo trajeto, tendo o mesmo concluído que seria algo positivo para ele e que ia, juntamente com o irmão (Mansour) e Almas, candidatar-se.

Quanto às entrevistas realizadas, todos afirmaram que correram muito bem e que os comentários do entrevistador foram positivos. Poucos meses depois, foram informados que todos conseguiram entrar na sua primeira opção, tendo sido notória a felicidade demonstrada pelos jovens perante a notícia. Assim, tudo parece indicar que esta escola será o próximo rumo e um novo horizonte para estes jovens.

5.3. AÇÃO 3: CAMINHADAS DE SAÚDE

A saúde mental é um aspeto fundamental do bem-estar geral de qualquer indivíduo. Como salientado anteriormente, a saúde mental de jovens refugiados torna-se uma questão ainda mais crítica devido às circunstâncias únicas e, muitas vezes, traumáticas que enfrentam (Brito et al., 2015). A adaptação a um novo país é muito desafiante e apesar destes jovens terem o apoio permanente e incondicional da equipa técnica, a verdade é que o mesmo não cobre o vazio que os mesmos admitem sentir pela ausência dos seus pais.

A separação de familiares é uma realidade comum para muitos refugiados, gerando sentimentos de perda, insegurança e solidão. Todos estes desafios podem afetar o bem-estar e a integração dos jovens (Brito et al., 2015). Devido a esses fatores, é crucial criar espaços seguros onde estes jovens possam discutir abertamente as suas preocupações. Promover a saúde mental entre estes jovens não só ajuda a aliviar o sofrimento psicológico, mas também contribui para a sua capacidade de se integrarem na sociedade, construir uma nova vida e alcançar o seu potencial (Brito et al., 2015). Por este mesmo motivo a ação “Caminhadas de saúde” teve como objetivo geral o 3 “Promover a sensibilização e educação dos jovens para a saúde mental”.

Recorda-se que, quando a mestranda começou este projeto de Educação e Intervenção Social, existia a convicção, por parte de todos os intervenientes, de que as famílias destes jovens chegariam em janeiro de 2024. Contudo, janeiro passou e não existiu, até ao final de todo este projeto, uma data alternativa para essa reunião familiar, devido a vários problemas existentes na AIMA, da pouca comunicação com o Qatar e da negociação com o grupo Talibã.

Com esta notícia, a mestranda notou, através da observação participante e das conversas intencionais, um grande desânimo e tristeza neste grupo de jovens nas semanas que se sucederam. Após algumas tentativas de aproximação e de questionamento se desejariam um apoio extra desenvolvido por um profissional, todo o grupo recusou essa possibilidade, afirmando que estava tudo bem e que não queriam falar sobre o assunto.

Respeitando as suas vontades, a mestranda deixou claro que não queria forçar ninguém, nem seria impositiva, pelo contrário, apenas queria o bem-estar destes jovens, e demonstrar o seu apoio, afirmando que qualquer coisa que precisassem ela iria estar disponível, para uma conversa, um passeio ou para o que necessitassem.

Durante todo o processo, a mestranda mostrou-se disponível para apoiar incondicionalmente os jovens. Aos poucos as expressões frequentemente usadas “está tudo bem”, começaram a transformar-se em desabafos sobre o dia que tiveram e, até mesmo, sobre como estavam as suas famílias.

Um dos jovens (Sultan) acabou por partilhar com a mestranda que não andava bem e que não conseguia dormir. Andava sempre muito stressado e desanimado e, apesar das estratégias utilizadas pela mestranda para o apoiar, todas elas pareciam falhar. Embora fosse premente a ajuda psicológica, o jovem não mostrava interesse neste apoio. Assim, a mestranda foi, passo a passo, escutando os seus desabafos, o que, por vezes, parecia suficiente para aquele dia.

Posto isto, sempre que ia ao apartamento, falava com Sultan, e deixava em aberto a possibilidade de falar sobre os seus sentimentos e sobre assuntos que o incomodavam. Os jantares, os piqueniques e convívios entre todos, constituíam uma oportunidade para falarem ou para se abstraírem de algumas coisas que os preocupava. Apesar de terem sido poucos estes momentos, uma vez que a maior parte das vezes o grupo não tinha vontade e, em especial Sultan, não queria falar com ninguém fechando-se no seu quarto, mostravam e admitiam que gostavam destes convívios e, o próprio Sultan, admitia que estes encontros o ajudavam a não pensar tanto nos problemas do seu país e da sua família. Para além disso, a mestranda aproveitava-se do seu grande interesse por cozinhar, auxiliando-o na preparação dos jantares, para conhecer um pouco mais sobre a sua história de vida. Durante todo este projeto, a preocupação, a incerteza e o medo dos jovens relativamente às suas famílias foram predominantes, tendo isto um impacto, inevitável, na saúde mental do grupo. Contudo, era Sultan que parecia apresentar mais sintomas associados à ansiedade e ao medo pela sua família, revelando insónias, pesadelos, isolamento social, falta de motivação e um baixo empenho em diferentes áreas da sua vida.

Tal situação foi, de forma regular, partilhada com a equipa técnica que, de igual modo, encontrava-se muito preocupada com Sultan. Embora a equipa tenha tentado, várias vezes, que o jovem fosse acompanhado por um/a psicólogo/a, tendo até convencido o Sultan a ter uma conversa com um/a profissional, o mesmo, no dia marcado, revelou que não queria ir fechando-se no quarto. Apesar de esta ser uma situação que preocupa a equipa, esta é da opinião que se tem de respeitar o tempo de Sultan, ajudando-o no que puder.

Dado este cenário, o papel da mestranda passou por regulares conversas com o jovem, de forma a sensibilizá-lo sobre a utilidade de um possível espaço terapêutico. Percebeu-se que o medo do julgamento por parte dos pares, vergonha e estigma eram alguns dos obstáculos a este pedido de ajuda.

Assim, a mestranda procurou, a partir de conversas intencionais, criar um espaço seguro para que o Sultan se encontrasse confortável em exprimir o que sentia. Ao mesmo tempo, foi explicado que o processo de procurar ajuda pode ser anónimo se o mesmo desejar, e que pedir ajuda psicológica é um ato de autocuidado e não um sinal de fraqueza, tendo, porém, a mestranda sempre consciência que é importante respeitar o ritmo da pessoa. Ainda assim, a mestranda foi sempre oferecendo o seu apoio incondicional, mostrando que quando estiver pronto pode informá-la ou à equipa.

O título “Caminhadas de saúde” foi escolhido precisamente para lembrar que em cada caminhada, cada pessoa tem o seu ritmo, e cada conversa, cada apoio, representa precisamente caminhos/passos em direção ao bem-estar destes jovens, independentemente da velocidade a que caminharem. Assim, esta ação respeita e honra o tempo e as necessidades individuais de cada jovem, acreditando que cada passo dado é único e significativo, uma vez que o objetivo principal é oferecer um espaço e conversas seguras, onde todos possam partilhar as suas preocupações, necessidades e experiências. Juntos, construíram um caminho de apoio mútuo e crescimento pessoal, onde cada jovem era incentivado a expressar-se livremente e encontrar o seu próprio ritmo nesta caminhada.

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO

A avaliação do processo decorreu através de conversas intencionais e de pequenas reflexões com os jovens na partilha daquilo que gostariam de fazer, se os objetivos do projeto iam ao encontro das suas vontades e que aspetos gostariam de ver transformados.

Desta forma, permitiu-se avaliar o que estava a ser concretizado e se as estratégias eram as mais adequadas face os objetivos delineados. Assim sendo, todas as ações foram cuidadosamente planeadas e adaptadas ao longo de todo processo, levando em consideração o feedback contínuo dos jovens e da equipa técnica.

No início do projeto, como anteriormente mencionado, a participação destes jovens em atividades propostas revelou-se um grande desafio. Estes exibiam resistência e desconfiança em participar em qualquer atividade formal ou estruturada. Mesmo após a construção relacional e a confiança

na mestranda ter crescido, nunca foi a vontade destes jovens seguir um plano. Por esta mesma razão, a mestranda focou-se durante todo o desenvolvimento do projeto em ir ao encontro dos seus interesses e necessidades imediatos.

A flexibilidade e a adaptação foram, assim, características centrais de todo o desenvolvimento do projeto, alinhando-se com os pressupostos da IAP. Sem um plano rigidamente estruturado, as ações evoluíram de acordo com as necessidades e interesses emergentes dos jovens. Por exemplo, em vez de sessões de estudos calendarizadas, as mesmas decorriam de acordo com as necessidades de Ahmad e quando este se sentia predisposto e confortável para estudar juntamente com a mestranda. Inicialmente, tais sessões decorriam pela solicitação da mestranda, contudo, com o passar do tempo, era Ahmad que procurava a mestranda neste auxílio.

A mestranda foi observando que este era o caminho a ser seguido, uma vez que se apercebia que nestas ocasiões Ahmad mostrava-se mais motivado, empenhado e envolvido no processo de aprendizagem, pois não se sentia pressionado. Estas sessões de estudo decorriam muito bem, tendo a mestranda notado o esforço e dedicação nesses encontros. Ahmad melhorou as suas notas escolares e terminou o período letivo com metade das negativas do que no período anterior. Assim como, no final do ano foi possível comparar a sua melhoria com os anos escolares anteriores, desde a sua assiduidade, às suas notas, tendo o seu desenvolvimento sido notoriamente positivo.

Na construção do projeto, apesar de o grupo ter discutido a necessidade de aprendizagem da língua portuguesa, foi perceptível, desde o início, que a programação de sessões formais não iria resultar pelos mesmos desafios anteriormente explicitados. Desta forma, com a estratégia de desenvolver pequenas traduções do dia a dia, onde as abordagens eram realizadas de forma divertida e por conversas intencionais sobre vários assuntos, a mestranda conseguiu aperceber-se que todos estavam, embora lentamente, a evoluir na aquisição de competências linguísticas. Palavras que anteriormente os mesmos desconheciam ou preferiam dizê-las em inglês, foram transformadas pela vontade de querer comunicar e aprender, com a mestranda, novas palavras em português.

No que diz respeito aos seus projetos de vida, Almas e Mansour desde cedo pronunciaram o seu desejo de começar a trabalhar. Durante todo este caminho, mais uma vez, apesar do grande interesse dos jovens, os mesmos não queriam comprometer-se em sessões contínuas e explicativas sobre esta questão. Tendo a mestrande tido uma conversa individual sobre como estes desejariam proceder nesta questão, ambos optaram que estes encontros fossem feitos através de simples conversas. Desta forma, respeitando os seus ritmos, a mestrande nas suas visitas falava sobre as suas experiências profissionais, levando sempre o seu computador para lhes mostrar alguma coisa, ou realizar pesquisas em conjunto à medida que apareciam dúvidas. Deste modo, foi notória a crescente vontade e entusiasmo por parte dos jovens nestas pesquisas e conversas, tendo este processo possibilitado, a construção de currículos, o esclarecimento de dúvidas e a pesquisa de oportunidades de emprego. No fim de todos estes encontros, Almas e Mansour agradeciam à mestrande pelo seu apoio e ajuda, sendo eles, por vezes, a questionar-lhe se poderiam numa próxima visita procurar outras oportunidades profissionais.

É de salientar ainda que, Almas, até ao final da entrega deste relatório, encontra-se a trabalhar e é notória a sua felicidade e entusiasmo por esta nova etapa. Durante todo o processo para alcançar este rumo, Almas expressava frequentemente a sua gratidão para com a mestrande, tendo sido notório o crescimento da relação entre os dois. Lembra-se que, no início deste processo, Almas dirigia apenas um cumprimento à mestrande, retirando-se em seguida para o seu quarto. Ao longo do processo, a relação foi sendo construída, e Almas procurava a mestrande para desabafar sobre o seu dia a dia, para lanchar quando a mestrande estava no apartamento e até para lhe pedir boleia quando este perdia o autocarro, algo antes impensável dizia ele, pela sua timidez e desconfiança.

Mansour, por outro lado, colocou em pausa a sua procura por um emprego e deseja apenas focar-se na entrada na sua nova escola. Apesar da mestrande ter encontrado também uma oportunidade de trabalho para Mansour, o mesmo não aceitou, afirmando que neste momento já não era a sua prioridade. A mestrande conversou com Mansour sobre os motivos da sua decisão, contudo o mesmo não os quis partilhar, afirmando que estava tudo bem, apenas queria outras coisas. Desta forma, respeitando a sua vontade, e reafirmando a sua presença e auxílio naquilo que o mesmo desejasse, o acompanhamento da mestrande com Mansour foi voltado para a escolha da escola e dos cursos.

Com Almas, Mansour e Sultan, no decurso da escolha das escolas profissionais, foi possível a reflexão sobre o futuro dos seus projetos de vida. Sultan que, inicialmente, demonstrou uma atitude reticente em relação à mudança de escola, com o apoio e conversas motivacionais, passou a encarar de forma positiva este recomeço observando-se, ao longo do processo, menor ansiedade e maior autoconfiança.

A mestranda, atenta aos ritmos de cada um dos jovens, facilitou conversas intencionais sobre possíveis trajetórias profissionais e oportunidades de formação que as escolas ofereciam, aproveitando-se destes encontros para ajustar diferentes estratégias e abordagens, questionando sempre os jovens das suas preferências e sentimentos.

Para além das questões profissionais e escolares, o bem-estar emocional e psicológico dos jovens foi uma prioridade. As conversas sobre a saúde mental e a adaptação ao novo contexto foram integradas de forma natural nas suas visitas, com o objetivo de criar um espaço para discussões abertas e de apoio. Contudo, a ação “Caminhadas de saúde” tornou-se mais difícil de se concretizar, na medida em que o grupo apresentava grande resistência em abordar estes assuntos. Esta situação devia-se, em parte, ao estigma e às diferenças culturais.

Entre todos os jovens, foi Sultan que demonstrou um estado de saúde particularmente delicado. Apesar de todos os esforços por parte da mestranda e pela equipa técnica, Sultan mantinha-se relutante nesta procura de ajuda. O caminho para abordá-lo foi longo e desafiador. A mestranda teve de adaptar a sua abordagem constantemente, oferecendo contínuo apoio de uma forma informal e personalizada, respeitando o ritmo de Sultan e a sua privacidade. Tal abordagem gradual e sensível permitiu que, com o tempo, Sultan comesse a confiar na mestranda para partilhar certos aspetos e sentimentos. Esta confiança foi construída através de conversas intencionais, e da constante presença da mestranda no apartamento. Ademais, a sua transparência e empatia, fizeram com que Sultan se sentisse compreendido e acompanhado nestes desafios. Embora esta caminhada tivesse sido lenta e sem sucesso no que diz respeito ao acompanhamento psicológico, a mestranda ia observando que as conversas entre os dois estavam a fazer-lhe bem, tendo o próprio admitido que ficava mais aliviado quando os dois conversavam.

Desta forma, este tipo de acompanhamento permitiu uma apreensão e compreensão mais aprofundada das motivações e das necessidades dos jovens, assim como o constante feedback dos mesmos demonstravam que este era o meio mais indicado, e que a flexibilidade e a adaptabilidade da mestrandia, foram cruciais para o projeto.

No que cabe à equipa técnica esta desempenhou um papel crucial no desenvolvimento e na prévia análise do projeto. Cada elemento trouxe experiência e conhecimentos específicos que enriqueceram as diferentes estratégias, centrais para o desenvolvimento das ações.

Entre a mestrandia e a equipa, foi-se desenvolvendo uma relação de confiança e entreajuda, facilitadora na resposta aos múltiplos desafios que emergiram durante o projeto. Durante todo este caminho, a mestrandia encontrou-se várias vezes com a equipa técnica para falar sobre comportamentos, ações, dificuldades, observações, ajudando a moldar e a adaptar a intervenção. Em particular, a equipa técnica ajudou a identificar variadas situações, oferecendo o seu apoio sempre que necessário. Por exemplo, a mesma contribuiu para a reflexão sobre a possibilidade de mudança de escola dos jovens, tendo facilitado todo o processo. Os seus conhecimentos profissionais foram também fundamentais na procura de estratégias para minimizar a resistência que Sultan apresentava relativamente à sua saúde.

Desta forma, a interação e o apoio constante da equipa técnica foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto, garantindo que as ações fossem adaptadas e sensíveis às realidades e desafios individuais de cada um dos jovens.

Assim, a avaliação do processo revelou um longo caminho de adaptação e evolução contínua, refletindo a complexidade e a dinâmica das necessidades destes jovens. Desde o início, o desafio foi grande, mas aos poucos foi possível demonstrar que, apesar das limitações, o projeto conseguiu criar um ambiente de apoio e de mudanças, promovendo a integração e o bem-estar destes jovens, tendo sido a empatia, flexibilidade e o apoio contínuo, fatores chave para superar as barreiras e ir de encontro aos objetivos estabelecidos.

6. AVALIAÇÃO FINAL

A avaliação final visa compreender, de forma abrangente, os sucessos e as limitações do projeto desenvolvido. Tal avaliação não se limita a quantificar resultados, mas também a captar a profundidade e a qualidade das experiências vivenciadas pelos intervenientes, assim como o cumprimento dos objetivos inicialmente traçados (Stufflebeam & Shinkfiedl, 1993).

Para esta avaliação, foi realizado um piquenique num parque do centro da cidade com os jovens e a equipa técnica, onde, de forma descontraída, foram debatidas perceções do grupo sobre o caminho percorrido. Este foi um momento simbólico, que procurava encerrar o projeto de uma forma leve, informal e celebrativa, tendo sido criado um ambiente propício para a partilha de impressões e sentimentos.

A mestranda começou por partilhar a sua gratidão pelo caminho percorrido, destacando variados momentos de crescimento, aprendizagens e mudanças. Aproveitou para realçar os desafios ao longo do percurso, assim como enfatizou o quão orgulhosa estava do grupo de jovens, não apenas pelas suas conquistas, mas também pela resiliência e determinação que foram demonstrando. Aproveitou, no meio do discurso, para partilhar que ia continuar a colaborar com a instituição como voluntária, tendo suscitado um enorme sorriso entre os jovens, que partilharam que estavam muito contentes por saber que a mestranda ia continuar com eles.

Contudo, apesar do ambiente informal e amigável, a mestranda notou que os jovens estavam um pouco mais reservados do que o habitual. Embora tenham ressaltado aspetos positivos do projeto, agradecendo várias vezes à mestranda por todo o seu esforço, presença, paciência e carinho demonstrados, a comunicação foi sucinta.

Durante o piquenique a mestranda ia tentando animá-los, assim como tentava perceber o porquê da sua tristeza. Os jovens partilharam que tinham recebido a notícia de que as famílias de alguns colegas do grupo musical afegão já estavam a caminho de Portugal, enquanto as deles continuavam no país de origem e numa situação complicada. Após este desabafo, a mestranda e a equipa técnica tiveram uma conversa com os jovens, oferecendo-lhes um espaço de escuta, apoio e esclarecimento de dúvidas que os mesmos tinham em relação a este assunto. Depois

desta partilha, o ambiente tornou-se mais introspetivo. A mestranda, compreendendo o estado de espírito dos jovens, optou por não forçar a conversa sobre o projeto, respeitando o momento de vulnerabilidade, oferecendo apenas a sua presença e apoio.

No final, Almas foi ter com a mestranda desculpando-se por este não ter sido o encerramento ideal, questionando-lhe se ela poderia passar na semana seguinte no apartamento para falarem todos.

Como prometido, a mestranda foi ao apartamento dos jovens, tendo sido recebida com sorrisos e um ambiente acolhedor. Os mesmos pediram-lhe para falar com ela individualmente, afirmando que estariam mais confortáveis se assim fosse. Estas conversas, apesar de privadas, continuaram com o seu caráter informal e descontraído, tendo cada um dos jovens exibido uma maior abertura para partilhar as suas opiniões e sentimentos.

Ahmad e a mestranda conversaram sobre a sua experiência ao longo do projeto, explorando como ele se sentia em relação ao percurso realizado. Este partilhou que, embora nem sempre tenha sido fácil, reconhece o valor das aprendizagens adquiridas e o apoio que recebeu. Admitiu que, em certos momentos, sentiu-se desmotivado, especialmente em relação aos objetivos escolares, mas destacou que o acompanhamento da mestranda foi essencial para que ele não desistisse.

Nesta vertente, Ahmad confessou a sua felicidade em saber que a mestranda ia continuar a estar com ele, brincando com ela sobre o facto de a escola começar em breve. Aproveitando este assunto, a mestranda resolveu partilhar com ele novamente os objetivos que tinham sido estabelecidos no início do projeto. Os dois, aperceberam-se que apesar de Ahmad ter desenvolvido algumas competências linguísticas e escolares, nem sempre foi capaz de pedir ajuda para o esclarecimento de dúvidas, com vista a melhorar a sua aprendizagem. Apesar de tudo, ressaltou que o apoio e a dedicação da mestranda foram cruciais para ele, e que as suas competências escolares e linguísticas tinham melhorado.

A conversa com Mansour revelou-se um desafio. Ele encontrava-se fechado e reticente em partilhar as suas opiniões e sentimentos. Apesar de ter elogiado a mestranda e ter reconhecido aspetos positivos no projeto, este apresentava uma postura reservada. Deste modo, embora

tivesse sido difícil obter a sua opinião detalhada de vários aspetos, foi possível extrair da conversa a sua gratidão pela ajuda prestada na questão do mercado de trabalho e na mudança de escola. Quando a mestrande o questionou se havia aspetos que podiam ser melhorados, ou objetivos por concretizar, Mansour manteve-se fechado, não oferecendo muitos detalhes adicionais.

Já Almas demonstrou-se muito recetivo para esta conversa. Ambos partilharam que a relação entre os dois tinha crescido, assim como a sua confiança na mestrande. Num momento nostálgico, recordaram-se dos tempos em que mal falavam, assim como admitiu, no meio de gargalhadas, que a mestrande tinha uma grande paciência nessas alturas. Almas refletiu sobre o pouco interesse que tinha em aprender a língua portuguesa e sobre a sua desmotivação em relação à escola, contudo reafirmou a sua gratidão pela mestrande estar sempre disposta a esclarecer qualquer dúvida. Embora se considere um rapaz com pouca vontade de expressar sentimentos, Almas salientou que os momentos de partilha e conversas entre ambos sobre a sua situação familiar, ou sobre a ansiedade sentida na entrada no mercado de trabalho, lhe proporcionaram bem-estar e redução de stress. Confessou que lhe trazia conforto saber que a mestrande estava lá para o apoiar mesmo quando este não estava nos seus melhores dias para conversar. Relativamente ao OG2 “Construir um projeto de vida”, este quis “deixar o melhor para o fim”, repetindo uma expressão ensinada pela mestrande há uns tempos. Afirma que se sente realizado pelo percurso que fizeram, para além de que, gostou que não tivessem sido aprendizagens formais e, adicionalmente, a descontração da mestrande foi essencial para a sua participação. Acredita que os OE foram todos cumpridos e que se sente muito orgulhoso particularmente em estar a trabalhar, tendo destacado, que tal feito se deve à mestrande, agradecendo-lhe por nunca ter desistido e acreditado nele e nas suas capacidades.

Por fim, a conversa com o Sultan revelou-se igualmente significativa. Demonstrou uma gratidão genuína pelo apoio que recebeu ao longo do projeto e, partilhou que, embora esteja a enfrentar muitas dificuldades, a presença constante da mestrande foi uma força tranquilizadora para ele. Ao refletirem sobre o envolvimento de Sultan no projeto, este refere que não participou mais, pois não se sentia bem consigo mesmo. Sultan reforçou que estes últimos meses têm sido muito difíceis, e que todos os interesses que ele antigamente tinha, foram trocados por ansiedade, receios e falta de vontade. A sua preocupação continua centrada na família, confessando que até esta chegar não sabe se irá ficar mais tranquilo. A mestrande, atenta e solidária, ouviu com carinho

as suas preocupações, encorajando-o novamente a dar pequenos passos em direção ao bem-estar, procurando coisas ou atividades que lhe façam sentir bem. Reforçou também que este precisava de olhar para as coisas com perspectivas diferentes, não destacando o que não conseguiu fazer, mas sim o que conseguiu atingir. Felicitou-o pela mudança de escola e pesquisa de cursos (OE 2.2), valorizando a sua capacidade de, ao longo do tempo, em reconhecer e expressar sentimentos e emoções (OE 3.1). Ao terminar a conversa, a mestranda aproveitou para dizer o quanto estava orgulhosa dele e do seu percurso. Destacou que, embora nem todas as caminhadas sejam iguais, cada passo dado é um testemunho de coragem e resiliência, enfatizando que o importante é reconhecer e valorizar cada conquista, mesmo quando elas não correspondam exatamente aos objetivos iniciais.

Em todas as conversas individuais, a mestranda partilhou o seu orgulho em relação aos seus progressos. Destacou que, apesar dos desafios, cada um demonstrou uma força notável que certamente nunca irá ser esquecida. A mestranda expressou também que esta caminhada se transformou numa oportunidade de crescimento não só para eles, como também para ela, ressaltando que, ao longo do projeto, testemunhou o desenvolvimento de várias competências. Para além disso, reconheceu que, embora alguns objetivos não tenham sido concretizados, de forma plena, o esforço e a dedicação de todos foram inestimáveis.

No final, todos os jovens concordaram e reconheceram que a finalidade do projeto não foi totalmente concretizada dada a complexidade que o processo de integração sociocultural de refugiados comporta.

De igual forma, a mestranda reflete que a não concretização plena da finalidade, é um reflexo da complexidade do processo de acolhimento e adaptação a um novo contexto. A integração sociocultural não é um objetivo que possa ser alcançado de forma linear, pelo contrário, trata-se de um processo multifacetado que envolve aspetos emocionais, sociais e culturais.

Um dos principais fatores que dificultou a realização dos objetivos e das ações foi a presença da barreira linguística. Uma comunicação eficaz é fundamental para a criação de laços e para a participação ativa. Para que haja integração, é imprescindível que os jovens se sintam confortáveis ao expressar-se na língua do país de acolhimento. Portanto, ter um apoio linguístico

mais estruturado, como apoios de português e atividades que incentivassem a sua praticidade, poderia ter sido um grande passo para esta integração, contudo, os jovens não facilitavam neste âmbito devido a diversos fatores anteriormente explicitados.

Ademais, muitos jovens enfrentam desafios psicológicos decorrentes das suas experiências traumáticas, como a separação da sua família e país. Estes aspetos emocionais, frequentemente, interferem na disposição para participar ativamente nas ações e na capacidade de construir novas relações. Abordagens centradas no bem-estar emocional dos jovens, incluindo apoio psicológico, poderia, de igual forma, ter facilitado na sua adaptação e contribuir significativamente para o processo de integração.

A integração é mais do que ações ou objetivos específicos, ela exige uma abordagem holística que considere os vários fatores que influenciam a vida destes jovens. A sua integração é um percurso repleto de nuances e exigências, e a sua concretização requer uma cooperação ativa e um compromisso constante de todas as partes envolvidas.

No entanto, foi evidente que, ao longo do tempo, foram dados pequenos passos significativos em direção à sua integração. Estes progressos, embora modestos, refletem a resiliência e a determinação destes jovens em enfrentar as adversidades e a disposição da mestrandia em ajudá-los. Através das diversas ações e interações, eles conseguiram desenvolver certas competências, estabelecer alguns laços sociais e começar a construir uma nova vida num contexto diferente, o que, apesar das dificuldades, representa um avanço positivo na sua trajetória.

A promoção da sua integração sociocultural não foi (nem será nunca) um caminho fácil, mas, a persistência e o apoio recebidos ao longo do processo foram essenciais para este desfecho. Apesar dos desafios, o projeto proporcionou as ferramentas e o ambiente necessário para que cada um pudesse, aos poucos, desenvolver-se, construir autoconfiança e construir laços que facilitaram a sua adaptação. Estes jovens afirmam que, a confiança e a segurança que foram cultivadas ao longo deste percurso, tornaram-se pilares fundamentais neste trajeto. Para além disso, foi particularmente gratificante a mestrandia ter assistido que, apesar do projeto ter

terminado, os jovens expressaram felicidade e entusiasmo ao saber que esta iria continuar a colaborar com a equipa técnica como voluntária.

Nesta vertente, relativamente à equipa técnica, esta avaliação foi obtida ao longo de todo o projeto, tendo sido uma avaliação gradual e contínua. A mestranda teve durante todo o desenvolvimento do projeto, uma relação próxima com a mesma, tendo sido vários os encontros, opiniões, conselhos e desafios superados em conjunto. Em várias conversas com a equipa, esta destacou que a mestranda demonstrou um forte compromisso e dedicação com o projeto. Mencionou, de igual forma, a capacidade da mestranda em lidar com desafios, adaptar-se a mudanças e as suas aptidões de interação com os jovens, afirmando que esta demonstrou uma enorme empatia e diferentes abordagens para atender às necessidades individuais. Apesar dos desafios enfrentados, a equipa reconheceu a importância do projeto de Educação e Intervenção Social desenvolvido, auxiliando na construção de caminhos de integração. A equipa, nesta fase final reafirmou que, mesmo que a totalidade dos objetivos não tenha sido alcançada, as sementes do progresso foram plantadas e há uma base para futuros desenvolvimentos.

As reflexões partilhadas durante todas as conversas com os intervenientes reforçaram a ideia de que, embora nem sempre as respostas sejam imediatamente visíveis, o verdadeiro sucesso do projeto reside nas relações construídas, no crescimento pessoal, e na maneira como cada um contribuiu para a construção de mudanças, num ambiente de apoio, compreensão e determinação.

Esta experiência, carregada de desafios e conquistas, será sempre lembrada como um período de transformação mútua, onde cada dificuldade enfrentada foi uma oportunidade de crescimento. Ao encerrar esta fase, a mestranda sente-se honrada por ter feito parte deste percurso e por continuar a contribuir para o desenvolvimento contínuo destes jovens. Este projeto mostrou que, mesmo perante adversidades, é possível construir algo sustentável e significativo quando há empenho, colaboração e confiança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Construindo Pontes” foi concebido com vista à promoção da integração sociocultural de quatro jovens refugiados, proporcionando o seu desenvolvimento integral. Apesar do valor utópico inerente à finalidade deste projeto, essencial para inspirar e orientar ações transformadoras não ter sido concretizado, foi um meio para a facilitação desta integração.

Este projeto conduziu à desconstrução de (pre)conceitos, ao conhecimento das complexas realidades vividas por estes jovens e à reflexão sobre a importância da multiplicidade de identidades. Deste modo, o título do projeto simboliza a intenção de envolver estes jovens em novas oportunidades e no acesso a recursos, assim como na construção de pontes entre culturas, experiências e emoções. Num contexto onde a desconfiança e a resistência reinavam, cada pequena conquista representava a construção de uma ponte frágil, mas essencial.

Durante o desenvolvimento do projeto, a mestrandia enfrentou uma série de desafios que testaram as suas abordagens e estratégias. A resistência dos jovens a atividades estruturadas, a dificuldade em abordar temas como a saúde mental, o percurso para a aprendizagem de uma nova língua e o trajeto escolar, ilustraram as complexidades do percurso de ser refugiado. Estas dificuldades, exigiram flexibilidade contínua e adaptação constante das ações, o que, embora tenha permitido algum progresso, também revelou as limitações de um projeto sem a colaboração e compromisso assíduo dos participantes.

Todo o percurso com Ahmad, Almas, Sultan e Mansour mostrou que, no meio de dificuldades, ansiedade e sob a pressão de uma estrutura formulada, o simples ato de confiar, estar presente, valorizar o tempo e o ritmo dos jovens, foi essencial para a produção de pequenas mudanças. A entrada no mercado de trabalho do Almas, a mudança de escola dos três jovens, o maior domínio da língua portuguesa por parte do grupo, o progresso escolar de Ahmad, e o acompanhamento realizado com Sultan nas “Caminhadas de saúde”, foram alguns dos sucessos alcançados com o desenvolvimento deste projeto.

Cada interação e cada desafio enfrentado contribuíram para a construção de pontes, mostrando que, a criação e o desenvolvimento da relação de ajuda são essenciais para o sucesso de qualquer intervenção social.

Durante todo este caminho, a mestranda refletia e reafirmava que o impacto de uma pessoa e de um projeto vão para além das conquistas visíveis e mensuráveis. Portanto, o sucesso de uma intervenção não deve ser avaliado exclusivamente por resultados estruturados, mas sim pela capacidade de criar sentidos e significados na vida dos participantes. O projeto demonstrou que as transformações mais importantes ocorrem, frequentemente, nas nuances do dia a dia, nas conversas informais e no apoio contínuo.

O projeto de Educação e Intervenção Social foi desenvolvido na base do respeito e da valorização das realidades destes jovens, promovendo um espaço de confiança e cooperação. O impacto não foi apenas visível nas melhorias tangíveis (e.g., entrada no mercado de trabalho, nas oportunidades educacionais), mas também nas mudanças mais sutis e profundas no bem-estar psicológico dos jovens.

Foi com a realização deste projeto sob a metodologia IAP, que a mestranda procurou contrariar tudo aquilo que achava que era o correto, isto porque, até chegar a esta descoberta, a mesma vinha com outras práticas estudadas na licenciatura de Educação, que enfatizavam soluções preconcebidas e uniformizadas. No entanto, foi com a experiência e com este mestrado, que percebeu a real importância do processo de (co)participação para estimular uma autêntica valorização das singularidades e identidades. Neste processo, desenvolveu, além de competências técnicas, competências comunicacionais, relacionais e reflexivas, que foram centrais. As vivências, as competências desenvolvidas e os laços criados, moldaram o seu procedimento à intervenção social, reafirmando a importância de um trabalho baseado na empatia, na coconstrução e na adaptabilidade. Este projeto desafiou também a reflexão sobre as suas crenças e a necessidade de reconhecer que a verdadeira mudança ocorre quando há disposição para aprender com aqueles com quem intervém.

A relação construída com estes jovens, marcada por momentos de confiança, partilha e crescimento mútuo, foi uma das experiências mais gratificantes. Ver de perto o progresso deste

grupo, bem como enfrentar certas dificuldades em conjunto, trouxe uma sensação de realização pessoal e uma nova perspectiva sobre o impacto profundo e duradouro que o trabalho social pode ter.

Portanto, o verdadeiro sucesso do projeto "Construindo Pontes" reside na sua capacidade de se adaptar, respeitar e apoiar o crescimento dos participantes, evidenciando que o valor de um projeto social vai muito além das métricas tradicionais. É através da colaboração, da compreensão e da valorização das realidades individuais que se pode alcançar um impacto verdadeiramente significativo.

"Construindo Pontes" foi um caminho complexo a vários níveis, marcado por avanços e recuos, pautado por inestimáveis vivências, experiências e sentimentos. Cada passo dado, contribuiu para uma melhor compreensão da identidade, dos problemas, das necessidades e potencialidades destes jovens. O verdadeiro valor atribuído a este projeto reside nos laços criados entre todos e na esperança que se tentou semear que, com dedicação e confiança, é possível inspirar e motivar estes jovens a alcançar os seus objetivos, reafirmando que, mesmo quando a construção de pontes é difícil, cada esforço conta para transformar vidas e criar mudanças.

REFERÊNCIAS

- Alto Comissariado para as Migrações (ACM). (2017). *Relatório de avaliação da política portuguesa de acolhimento de pessoas refugiadas*. https://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/Relatorio_Acolhimento+Pessoas+Refugiadas_Dez.2017.pdf
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). (2022). *Manual de integração de pessoas refugiadas reassentadas: Um guia abrangente para a integração de pessoas refugiadas reassentadas, checklists, recomendações e boas práticas* (2.ª ed.). ACNUR. <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/05/V3-Manual-de-Integracao.pdf>
- Anstiss, H., & Ziaian, T. (2010). Mental health help-seeking and refugee adolescents: qualitative findings from a mixed-methods investigation, *The Australian Psychologist Society*, 45(1), 29-37. <https://refugeeresearch.net/wp-content/uploads/2016/11/De-Anstiss-and-Ziaian-2010-Mental-health-help-seeking-and-refugee-adolescents.pdf>
- Batista, S., Gloeden, V., Ferreira, R., Schmidt, C., & Bonini, L. (2018). A cultura como fator importante na educação e acolhimento do refugiado. *Revista Diálogos Interdisciplinares*, 7(1), 1-19. <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/347-Texto%20do%20artigo-1405-2-10-20180607.pdf>
- Bennett, M. Hammera, M., & Wisemanc, R. (2003). Measuring intercultural sensitivity: The intercultural development inventory, *International Journal of Intercultural Relations*, 27, 421-443.
- Bertuzzi, L., Guareschi, N., Huning, S., & Reis, C. (2007). Intervenção na condição de vulnerabilidade social: Um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Pepsic*, 7(1), 20-30. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100003#mailtopo

- Bezerra, C., Borges, L., & Cunha, M. (2019). Filhos das fronteiras: Revisão de literatura sobre migração involuntária, infância e saúde mental. *Revista CES Psicologia*, 12(2), 26-40. <https://revistas.ces.edu.co/index.php/psicologia/article/view/4546/3006>
- Boas, F. (2011). *A mente do ser Humano Primitivo*. (2.ª ed). Vozes.
- Brito, B., Arriaga, M., & Gouveia, S. (2015). *Manual Apoio Psicossocial a Migrantes*. DGE. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Agenda_Europeia_Migracoes/Documentos/manual_apoio_psicossocial_a_migrantes.pdf
- Chen, G., & Starosta W. (1997). A review of the concept of intercultural sensitivity. *Communication Studies Faculty Publications*, 1(1), 1-16. https://digitalcommons.uri.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1037&context=com_facpubs
- Comissão Europeia. (2020, Novembro, 24). *Communication from the commission to the european parliament, the council, the european economic and social committee and the committee of the regions. Action plan on Integration and Inclusion 2021-2027* (Sessão em Conferência). Comissão Europeia, Bruxelas. <https://migrant-integration.ec.europa.eu/sites/default/files/2020-11/ActionPlanonIntegrationandInclusion2021-2027.pdf>
- Cormos, V. (2022). The processes of adaptation, assimilation and integration in the country of migration: A psychosocial perspective on place identity changes. *Sustainability*, 14(16), 1-20. <https://doi.org/10.3390/su141610296>
- Coutinho, C. (2015). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. (2.ª ed). Almedina.
- Cunha, M. (2016). *Cultura, diversidade, diferenciação. Um guia elementar*. (1.ª ed). CICS.NOVA.UMinho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45194/1/2532-9223-1-PB.pdf>

- Decreto-Lei n.º 43201/1960 do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1960). *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados*. Diário da República n.º 229, 1.ª Série de 01/10/1960. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/43201-1960-514795>
- Decreto-Lei n.º 103/2020 da Presidência do Conselho de Ministros (2020). *Estabelece um sistema único de acolhimento e integração de requerentes e beneficiários de proteção internacional*. Diário da República n.º 228 1.ª série de 23/11/2020. <https://files.dre.pt/1s/2020/11/22800/0004000044.pdf>
- Decreto-Lei n.º 128/2018 da Assembleia da República (2018). *Lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Diário da República n.º 128 1.ª série de 05/07/2018. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/26-2018-115643971>
- Esteves, A. J. (2014). A Investigação-Ação. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (16ª ed., pp. 251-278). Afrontamento.
- Ferreira, J., & Veiga, S. (2023). Por uma investigação científica útil e ao serviço das pessoas: Contributos da investigação ação participativa para o exercício de uma democracia participada. *Da Investigação às Práticas: Estudos De Natureza Educacional*, 13(2), 1-26. <https://doi.org/10.25757/invep.v13i2.350>
- Fiorati, R., Panúncio-Pinto, M., & Souza, L. (2019). Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: Bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(2), 251-269. <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?lang=en>
- Frechaut, M. (2017). Migrantes ou refugiados, a escolha das palavras importa mesmo? *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, 12, 5-6. <https://www.plataformaongd.pt/uploads/revistas/revista-12-plataformaongd-migracoes-jan-fev-2017.pdf>
- Gerhardt T., & Silveira D. (2009). *Métodos de pesquisa*. (1.ª ed). UFRGS. <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

- Hajduković, D. (2023, 5 de Junho). *Integration of migrants and refugees: Benefits for all parties involved* [Sessão em Conferência]. Assembleia Parlamentar, Croácia. <https://rm.coe.int/integration-of-migrants-and-refugees-benefits-for-all-parties-involved/1680aa9038>
- Junior, E., Oliveira, G., Santos, A., & Schnekenberg, G. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, 20(44), 36-51. <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/2356-Texto%20do%20Artigo-8504-1-10-20210407.pdf>
- Koller, H., Morais, N., & Raffaelli, M. (2012). Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 118-136. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79924085009>
- Maalouf, A. (2002). *As Identidades Assassinas*. (2.ª ed). Difel
- Monteiro, A. (1996). A avaliação nos projectos de intervenção social: Reflexões a partir de uma prática. *Sociologia - Problemas e práticas*, 22, 137-154. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/834/1/9.pdf>
- Morris, E., Nóra L., & Winthrop, R. (2024). *Ferramentas para iniciar conversas: Um guia de pesquisa participativa para construir parcerias mais fortes entre famílias, escolas e comunidades*. Brookings
- Nolasco, C. (2016). Migrações Internacionais: conceitos, tipologia e teorias. *Oficina do CES*, 434, 1-32. https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf
- Oliveira, S., Guimarães, O., & Ferreira, J. (2023). As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. *Revista Linhas*, 24(55), 210-236. <https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/21779/15785>
- OECD. (2019). *Finding their way - The integrations of refugees in Portugal*. <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/d61fc5a7->

[en.pdf?expires=1720188313&id=id&accname=guest&checksum=3CF1030E336EA34EF7ACF06F9525AFF5](https://wrap.warwick.ac.uk/169767/1/WRAP-Assimilation-integration-or-inclusion-A-dialectical-perspective-on-the-organizational-socialization-of-migrants-Langley-2022.pdf?expires=1720188313&id=id&accname=guest&checksum=3CF1030E336EA34EF7ACF06F9525AFF5)

Omanovic, V., & Langley, A. (2021). Assimilation, Integration or Inclusion? A dialectical perspective on the organizational socialization of migrants. *Journal of Management Inquiry*, 1-22. <https://wrap.warwick.ac.uk/169767/1/WRAP-Assimilation-integration-or-inclusion-A-dialectical-perspective-on-the-organizational-socialization-of-migrants-Langley-2022.pdf>

Organização Internacional para as Migrações (OIM). (2009). *Glossário sobre Migração*. (22.^a ed). Organização Internacional para as Migrações. <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2014). *Sustentar o progresso humano: Reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência*. Communications Development Incorporated. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/human-development-report-2014-summary-portuguese.human-development-report-2014-summary-portuguese>

Santinho, C. (2017). "Fugir" de Portugal, ou deficiência na integração? Refugiados em trânsito. *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, 12, 7-8. <https://www.plataformaongd.pt/uploads/revistas/revista-12-plataformaongd-migracoes-jan-fev-2017.pdf>

Sousa, L., Costa, P., Albuquerque, R., Magano, O., & Bäckström, B. (2021). *Integração de refugiados em Portugal: O papel e práticas das instituições de acolhimento* (1.^a ed). ACM. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10711/1/Estudo%200M%2068.pdf>

Sousa, V. (2021). Identidade e cultura. As identidades culturais num mundo globalizado. A lusofonia enquanto possibilidade intercultural. In M. L. Martins & R. Silva (Eds.), *Culturas e turismo: Reflexões sobre o património, as artes e a comunicação intercultural* (pp. 92-

- 104). UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.10>
- Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1993). *Evaluación sistemática: Guía teórica y práctica*. (2.ª ed). Paidós Ibérica.
- Taylor, Z., & Kaplan, J. (2023). *Mental health in displaced child and youth populations: A developmental and family systems lens*. UNICEF. <https://www.unicef.org/innocenti/media/3741/file/UNICEF-Mental-Health-Displacement-2023.pdf>
- Threadgold, T., & Court, G. (2005). *Refugee inclusion: a literature review*. Cardiff school of journalism, media and cultural studies. <https://www.gov.wales/sites/default/files/statistics-and-research/2019-07/061128-refugee-inclusion-literature-review-en.pdf>
- UNESCO. (2009). *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por
- UNHCR. (2016). 'Refugee' or 'migrant' – Which is right?. <https://www.unhcr.org/news/stories/unhcr-viewpoint-refugee-or-migrant-which-right>
- UNHCR. (2017). *Refugees Mental Health*. https://psychosocialinnovation.net/wp-content/uploads/2020/09/REFUGEES-MENTAL-HEALTH-%E2%80%93-2017-RESEARCH-REPORT_compressed.pdf
- UNHCR. (2024). *Frequently asked questions*. <https://www.unhcr.org/contact-us/frequently-asked-questions>
- UNHCR. (2024). *Refugee Data Finder*. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/>

WHO. (2023). *Mental health of refugees and migrants: risk and protective factors and access to care*. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/373279/9789240081840-eng.pdf?sequence=1>

ANEXOS

ANEXO A – CONSENTIMENTO INFORMADO DOS PARTICIPANTES

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestranda Jéssica Adriana Marques Rodrigues foi acolhida na instituição, para o desenvolvimento do projeto numa das suas respostas sociais. O envolvimento de profissionais e de jovens é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

A mestranda elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes. Este documento, que tem o nome da instituição e do/a participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de 5 anos.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmando que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestrande. Confirmando, ainda, que, atempadamente, fui informado/a oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social.

(Local, Data)

(Assinatura)

ANEXO B – CONSENTIMENTO INFORMADO DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestrande Jéssica Adriana Marques Rodrigues foi acolhida na instituição, para o desenvolvimento do projeto numa das suas respostas sociais. O envolvimento de profissionais e de jovens é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

A mestranda elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes. Este documento, que tem o nome da instituição e do/a participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de 5 anos.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmo que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestranda. Confirmo, ainda, que, atempadamente, fui informado/a oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social. Autorizo que a mestranda Jéssica Adriana Marques Rodrigues desenvolva o projeto de intervenção social com o grupo de crianças e jovens da minha responsabilidade.

(Local, Data)

(Assinatura)

APÊNDICES

APÊNDICE A – CONSENTIMENTO INFORMADO DA ENTREVISTA À EQUIPA TÉCNICA

Consentimento Informado

No Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação participativa. Neste sentido, e no âmbito do acolhimento de pessoas e famílias imigrantes e refugiadas, projeto em que me encontro integrada, pretendo compreender as perceções dos/as profissionais relativamente ao processo de integração e autonomização destas pessoas/famílias.

Para tal, convido-o/a a participar numa entrevista semiestruturada, que visa explorar as práticas, dinâmicas e perceções relativamente ao processo de acolhimento e integração que é desenvolvido.

Caso aceite participar, solicito a gravação em formato áudio da entrevista, para posterior transcrição, com o intuito de facilitar a sua análise. Será garantido o anonimato, a confidencialidade e o uso exclusivo dos dados para fins investigativos.

Encontro-me disponível para o esclarecimento de qualquer dúvida. A docente responsável pela orientação deste processo de mestrado é a professora Carla Serrão (carlaserrao@ese.ipp.pt).

Grata pela sua colaboração!

Declaro ter lido e compreendido o objetivo desta entrevista, bem como as informações adicionais que me foram fornecidas, tendo-me sido garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar sem qualquer tipo de consequências. Declaro aceitar participar e permito a utilização dos dados que, de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta

investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Assinatura da Entrevistadora	Assinatura do/a entrevistado/a
------------------------------	--------------------------------

Data: / /

APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA À EQUIPA TÉCNICA

Guião de Entrevista

Dados Sociobiográficos:

Idade:

Género:

Habilitações:

Qual a sua Função:

Qual o tempo de experiência na Associação?

Desde a abertura dos Apartamentos de Autonomização quais foram ou são as maiores dificuldades e potencialidades vivenciadas?

De que forma estes jovens sentem o impacto das diferenças culturais e linguísticas?

Como é executada a articulação e o trabalho em rede com outras entidades envolvidas para o bem-estar destes jovens?

Quais são as principais necessidades e preocupações?

Que tipo de preparação realizam para a chegada eventual de mais pessoas para os restantes apartamentos?

Que critérios existem para estes jovens, na seleção de admissão no apartamento?

Sendo o objetivo principal a aquisição da autonomia, como é feito o processo de integração e inclusão destes jovens?

Estando estes jovens menores separados das suas famílias, como é trabalhado este âmbito emocional e sentimento de separação?

Apesar de serem duas fratrias no mesmo apartamento, ambos não se conheciam e, estando eles habituados a diferentes regras e ambientes culturais, de que forma os limites pessoais e respeito pelo outro são inculcados?

Tendo em conta do que entendem por integração, de uma forma geral, o que pensam sobre o percurso destes jovens que acompanham?

APÊNDICE C – ENTREVISTA À EQUIPA TÉCNICA

E – Entrevistadora

E1 – Diretor Técnico

E2 – Assistente Social

E: Queria começar por agradecer a vossa disponibilidade e por terem aceitado realizar esta entrevista. Vamos começar então pelos dados socio biográficos. A vossa idade?

E1: Eu tenho 47.

E2: Eu tenho 35.

E: As vossas habilitações?

E1: Eu tenho uma licenciatura em Educação e Mestrado em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária.

E2: Tenho uma licenciatura em serviço social, iniciei um mestrado, mas como não o terminei tenho apenas a pós-graduação, que é na área de estudos da criança – intervenção psicossocial com crianças jovens e famílias em risco, depois tenho outra pós-graduação em promoção e proteção com crianças e jovens.

E: E a função aqui em concreto?

E2: Assistente Social.

E1: Eu trabalho como educador da resposta e estou também como Diretor Técnico da mesma, da resposta.

E: E o tempo de experiência? 25 anos, não é?

E1: Sim, trabalho há 25 anos aqui na instituição, praticamente 26 e tenho mais 1 e meio de experiência num centro cultural.

E2: Aqui há cinco meses, como assistente social (hum) com jovens acolhidos requerentes de asilo (hum) há quase quatro anos.

E: Muito obrigada, passando então para a primeira pergunta, desde a abertura dos Apartamentos de Autonomização quais foram ou são as maiores dificuldades e potencialidades vivenciadas?

E2: As dificuldades eu (hum) no meu entender pode ser, o facto de não termos por vezes os jovens constantemente connosco. Esta relação de proximidade demora mais a ser construída, e também não há (hum), pronto nesta proximidade tanto nós com eles e eles connosco e também não estarmos na casa, naquela verificação se eles vão à escola, temos que estar aqui sempre entre aspas de outra forma a analisar (hum), pontos positivos, cria-lhes a eles uma maior autonomia, também dá para nós analisarmos essa mesma autonomia e situações possamos dizer que eles não conseguem sozinhos tentarmos ajudar.

E1: (hum) dificuldades, ora bem, a resposta, neste momento, para os Apartamentos de Autonomização abriu com cinco jovens com características muito específicas, pertencendo todos ao mesmo grupo, um grupo de estudantes numa escola de música que está agora aqui em Portugal, portanto todos os jovens tinham ali um contexto bastante idêntico, a verdade é que dadas as idades, eram jovens que ainda não estariam preparados para estar em Apartamentos de Autonomização, por uma questão de imaturidade, essa acho que foi a principal dificuldade, ou seja, eles não foram preparados anteriormente por diferentes razões, para integrarem um apartamento de autonomia. A decisão foi essa, a partir daí, desse momento, foram algumas dessas dificuldades, mas também, essas dificuldades, nomeadamente da gestão da casa e de conciliar a vida (hum), a vida regular digamos assim, a vida pessoal com a vida escolar, mas por outro lado, a verdade é que os jovens já trazem um contexto educativo bastante consistente pela positiva, o que também permitiu de certa forma colmatar essa impreparação, aumentando um bocadinho a exigência e eles respondendo positivamente, sempre de forma colaborativa e foi-se conseguindo construir a resposta com os jovens e correspondendo aos objetivos que é treinar competências para a autonomia.

E: E neste sentido cultural, de que forma é que estes jovens sentem esta diferença de cultura e linguística?

E2: A língua é uma dificuldade para eles, obviamente, (hum), apesar de eles já estarem cá algum tempo e pelos mesmos motivos que o E1 já mencionou anteriormente, serem este grupinho que vem do mesmo sitio (hum), esta união, mantendo a mesma língua, faz com que eles fiquem muito presos, o que é totalmente compreensível, mas que fiquem muito presos a manter a mesma língua entre eles, onde se sentem mais confortáveis, o que também por um lado dificulta, este esforço

de eles aprenderem a língua portuguesa, quanto a nível de costumes e cultura, eu acho que eles são de alguma forma curiosos e tentam se inserir. Tivemos agora o exemplo do Natal em que eles próprios apreciaram e manifestaram interesse, um deles inclusive partilhou comigo a beleza dos efeitos do Natal, que achava interessante, e o que é que gostava mais e do que não gostava (hum) e tiveram interesse em ter uma árvore de Natal em casa deles, mas isto não quer dizer que eles gostavam de ser católicos, nada relacionado com isto, mas notei alguma curiosidade aceitando a nossa cultura um bocadinho...

E: Queres acrescentar alguma coisa E1?

E1: Não.

E: E como é executada a articulação e o trabalho em rede com outras entidades envolvidas para o bem-estar destes jovens?

E2: Bem independentemente de serem estes jovens ou outros jovens, a partir do momento que têm aqui esta medida de promoção e proteção, há aqui uma série de elementos e entidades que os envolve, que são inerentes ao processo, neste caso o tribunal e as equipas da EMAT. No entanto este grupo de jovens, o facto de estarem envolvidas também com este grupo musical (hum) têm aqui outras entidades que estão envolvidas e o facto de também não serem Portugueses estão acompanhados pelo grupo da AIMA, relacionada com o percurso deles e a vinda para Portugal...

E: Mas a articulação entre isso tudo, está a correr bem ou..

E2: ah sim, a articulação é positiva, sempre que sentimos necessidade de reunir acontece e existe uma ajuda mútua, pelo menos com a EMAT e o ISS...

E: Portanto as respostas são rápidas quando existe, por exemplo, alguma dúvida com...

E2: Claro que há entidades que são mais fáceis de interação, porque estão mais dentro do nosso domínio, há outras que não estão tão habituadas a este processo, e pode ser às vezes um

bocadinho mais difícil, mas de uma forma geral (hum) trabalhamos todos para os jovens e com os jovens.

E1: Ora bem, sobre a articulação (hum), acho que aqui no distrito se trabalha bastante bem na relação com a segurança social e depois no papel através da EMAT que a ISS tem e a interlocução com o tribunal. Acho que é fácil articular com a EMAT, com a Segurança Social e nenhuma decisão chega ao tribunal sem estar devidamente cimentada entre nós, ou seja, não é costume haver opiniões discordantes, naquelas que possam ser as intervenções desejadas para com os jovens. Pode haver discordâncias, mas chega-se sempre a um consenso e isso resulta penso eu da proximidade que a Segurança Social também gosta de ter com as instituições neste trabalho de acompanhamento de crianças e jovens não acompanhados. No caso do grupo musical, também temos os responsáveis deste grupo que também são pessoas perfeitamente acessíveis e estão sempre abertos à discussão sobre o que for necessário e também com as escolas. Embora com as escolas tenha havido dificuldades iniciais, porque (hum) não sei, penso que as escolas, não sei se por falta de formação, ou informação, custou numa fase inicial perceber que nós, entidades, éramos os encarregados de educação destes jovens e muitas vezes algumas medidas estavam a ser tomadas sem nós sabermos das mesmas. Pronto e mesmo aqui a existência do grupo musical cria às vezes dúvidas nas pessoas sobre quem é que se devem dirigir (hum), se a nós ou a este grupo. Entretanto esta situação foi sendo esclarecida com o tempo e a naturalidade que é necessária e trabalhada, sendo processos completamente normais.

E: Neste caso, com estes jovens, já que só este apartamento se encontra aberto, quais são as principais necessidades e preocupações?

E1: Pronto, conforme eu já disse, os jovens não vieram para um apartamento de autonomização com um treino de competências que era suposto já terem adquirido, a partir desse momento, a urgência era maior, era colocar os jovens a saberem cuidar de toda a gestão da casa, sendo uma das grandes preocupações, os cuidados da higiene e domésticos, e outra questão também muito preocupante, era a questão da alimentação, pois nunca foi fácil, as questões culturais aqui estavam a marcar um bocadinho a diferença, e marcam ainda hoje, os jovens nunca se mostraram muito acessíveis às refeições propostas por nós, e preferiam antes, o que também era curioso assistir, ir dialogando com a família, pelos meios de comunicação existentes, e foram as mães

deles que os foram ensinando a cozinhar, ou seja, em termos de alimentação eles basicamente sempre foram autónomos. A questão da gestão doméstica, foi necessário a nossa intervenção, a ensinar a limpar e arrumar, aliás ainda hoje é um desafio. As compras no supermercado eles já as fazem em completa autonomia e revela-se uma dificuldade atual a gestão financeira, assim como a percepção que eles têm no enquadramento na escola. As nossas escolas têm determinadas exigências, que eles não estão habituados, sendo que a questão da língua continua a ser das maiores barreiras para o seu progresso escolar. E tem sido neste âmbito, da gestão doméstica, financeira (hum), da escola (hum), que temos trabalhado bastante com os jovens.

E: E enquanto aguardam, que tipo de preparação realizam para a chegada eventual de mais pessoas para os restantes apartamentos? Fariam alguma coisa de diferente?

E1: É assim, o diferente vai ser sempre, (hum) porque não é previsível que entrem no apartamento de autonomização, outro grupo de jovens com as mesmas características. Os próximos jovens que vierem (hum), são jovens que já integram casas de acolhimento especializadas, ou seja, já deverão vir com o tal treino e competências que estes jovens não obtiveram, serão jovens com um perfil também socioeducativo completamente diferente, até porque o percurso migratório será bastante diferente. Quando digo diferente, falo num percurso migratório mais duro, arriscado, com outras problemáticas associadas e na altura que os jovens estiverem para integrar o apartamento, será feito com certeza a ligação com a equipa técnica anterior que acompanhou os jovens, e de acordo com o feedback (hum) será desenvolvida um novo plano integrativo, estando preparados para atuar de acordo com a individualidade de cada um. Os jovens integrarão um contexto coletivo que é a casa, que terá as suas regras e outras questões negociadas com os jovens, isto é, nós temos os nossos objetivos e forma de integração traçadas de forma que possam abranger as diferenças que cada um traz e possam surgir, porque a individualidade de cada um (hum) é para ser respeitada ao máximo.

E: Deseja acrescentar mais alguma coisa E2?

E2: Não (hum), concordo totalmente.

E: Passando então para a próxima questão, que critérios existem para estes jovens, na seleção de admissão no apartamento?

E1: Os jovens antes de integrarem nos Apartamentos de autonomização, são, primeiro, sujeitos a uma avaliação da equipa técnica que os acompanhou, essa avaliação é partilhada e discutida e concluída com as técnicas de acompanhamento da Segurança Social, ou seja, quando os jovens são indicados para os apartamentos as equipas anteriores, já terão uma ideia definida de qual será a melhor resposta subsequente para os jovens que pode ser uma mudança de medida, uma integração num quarto alugado, ou nos apartamentos. Claro que quando estão a direcionar um jovem para um apartamento de autonomização, pressupõe-se que na avaliação realizada ao jovem, que este tem condições para viver em conjunto com outros jovens. Depois nós (hum), com a informação que nos é passada teremos em conta aquilo que são as características e avaliação de cada jovem para depois podermos atuar em conformidade.

E2: Só acrescentar que vir para esta resposta é sinal de que os jovens já estão preparados como dizia o E1, mas ainda não estão preparados para mudar de medida. Vamos supor que há um jovem que tem alguma autonomia e que nem se justifica passar para os apartamentos, pode na mesma não acontecer, pois isto é feito quando é considerado que é para o melhor interesse do jovem esta resposta.

E: E em relação a estes jovens?

E2: Foi completamente diferente este caso, como já falamos noutras conversas, isto foi uma situação excecional. Eles vieram por um pedido de asilo feito pelo seu professor/diretor da escola afegã, um acordo entre dois governos, onde foram proporcionadas diversas medidas. Avaliações foram feitas sim, pela EMAT, contudo como vieram centenas de pessoas, várias instituições não tinham espaço nem recursos para tanta gente (hum), portanto o que aconteceu foi a colocação em medidas (hum), digamos não tão adequadas, e talvez impróprias para o que era necessário e apropriadas para estes jovens, isto porque, como anteriormente mencionado, quem vem para um apartamento de autonomização, tem já de ter certas competências e um acompanhamento prévio personalizado.

E: Portanto, na vossa opinião esta não foi a medida mais adequada para estes jovens?

E1: Penso que não, eles vieram com uma idade muito tenra para serem colocados já neste alto nível de autonomização, tendo sido notável, que a maior parte destes jovens não se enquadra nesta medida e que um acompanhamento por uma casa de acolhimento ou especializada primeiramente, teria sido o ideal. O apoio de 24h, ter uma pessoa sempre presente que possa os acompanhar, ou auxiliar em diversas tarefas é fundamental naquela idade.

E: Portanto, esta base familiar ou de um adulto presente parece ser algo que os afeta constantemente correto? E estando estes jovens menores separados das suas famílias, como é trabalhado este âmbito emocional e sentimento de separação?

E1: Claro, nós primeiro queremos que os jovens se sintam confortáveis connosco não é, de qualquer das formas sentem sempre falta da família. Eles têm contacto regularmente com eles pelos meios tecnológicos existentes, e nós tentamos trabalhar com eles e confortá-los dentro do possível, mas fazemos constatar que esta é a realidade deles, (hum) e a realidade deles tem de ser vivida deste modo por enquanto, e que nós estaremos cá para tentar melhorar e ajudar naquilo que for preciso. Agora, a verdade é que eles construindo e encararem este processo da melhor forma possível, e sentindo-se bem e confiantes, será muito mais fácil ultrapassarem as dificuldades emocionais que vão existir sempre com a falta da família, acho que isso não se consegue fazer com eles as ultrapassem, contudo podemos fazer tudo no que está ao nosso alcance, para lhes proporcionar tudo do melhor e os ajudar nesta nova experiência.

E: Algum deles já teve acompanhamento psicológico?

E1: Todos tiveram uma avaliação quando chegaram e foram seguidos por uma psicóloga, contudo tal período foi curto, tendo sido a conclusão que não era necessário seguimento. Mais tarde, já connosco, o Mansour teve uma avaliação psicológica na escola, com algumas sessões de acompanhamento, mas que depois foram finalizadas.

E2: É tentar ao máximo transmitir-lhes segurança, estabilidade e proporcionar-lhes oportunidades de crescimento e serem autónomos, mas com consciência da sua própria

realidade, sem criar muitas expectativas, estando nós aqui para os ajudar a encarar oportunidades e desafios da melhor maneira possível. Nesta questão familiar, sempre fomos transparentes e honestos com eles, nunca criamos falsa esperança, muito menos falsas promessas, porque nós não sabemos o que poderá acontecer. Temos neste momento a informação que as famílias chegam em janeiro, e estamos a apoiar este processo, contudo situações e imprevistos acontecem, e temos de ser honestos com os jovens, prepará-los caso isso aconteça e apoiá-los neste trajeto.

E: Isso é extremamente importante, continuar com a transparência, evitar falsas expectativas e promessas, até porque isso poderia destruir a vossa base de confiança, assim como criar outro tipo de consequências para com os jov(...)

E2: Até porque nós não sabemos, eu apenas digo aos jovens “com certeza”, “sim”, “afirmativo”, algo que eu também tenha consciência e a certeza que é isso tudo, não vou estar a prometer mundos que não são possíveis, ou poderão não ser possíveis (hum)...

E1: Claro que sim, nós nessa questão temos sido completamente transparentes com eles. Porque se formos transparentes desde início, eles já sabem no que contar e confiam em nós.

E2: E na nossa própria relação com eles, nós queremos que eles sintam que têm ali alguém que os vai ouvir, apoiar, orientar, ajudar e ser honestos com eles.

E: Claro, concordo plenamente...

E apesar de serem duas fratrias no mesmo apartamento, ambos não se conheciam e, estando eles habituados a diferentes regras e ambientes culturais, de que forma os limites pessoais e respeito pelo outro são incutidos?

E1: Uma coisa é certa, não é fácil o diálogo com os jovens, portanto muitas vezes as ideias que nós temos sobre eles acabam por ser perceções, porque não é algo que eles partilhem muito connosco. A sensação que me dá é que eles tendo ido para o apartamento mais novos a convivência se tornou mais fácil, eles estavam a crescer, e cresceram em conjunto, adaptando-se uns aos outros e acima de tudo, respeitando-se uns aos outros. Em relação ao cumprimento das

normas e regras foi interessante, porque eles nunca quiseram os nossos métodos e ideias de organização, foram sempre eles. E quando não funcionavam, nunca foi por falta de organização, mas sim por falta de vontade, e quando havia as “chamadas de atenção” eles próprios se organizavam e comunicavam entre todos. Tendo sido sempre perceptível que a convivência entre eles sempre foi saudável, e que foi construída sempre com muita comunicação entre eles e desenvolveram uma grande amizade que não tinham antes de vir para aqui.

E: Portanto, nunca tiveste de intervir por alguma chatice ou problemas entre...

E1: Não entre eles não. Claro que há sempre algumas discussões, mas são pequenas e fáceis de resolver.

E2: E eles também sendo do mesmo país e dominarem a mesma língua é algo muito positivo para a relação deles e para o fortalecimento desta amizade, pois eles tornaram-se o apoio e a base deles neste novo país e nova experiência.

E: Última questão. Tendo em conta do que entendem por integração, de uma forma geral, o que pensam sobre o percurso destes jovens que acompanham?

E1: A questão da língua tem sido um grande obstáculo. A nível escolar também é uma preocupação e pela experiência que temos, nestas questões normalmente, para além de estarmos nós técnicos cá para ajudar, as relações que eles vão criando cá com alunos e amigos portugueses é uma mais-valia para esta integração e inclusão na língua. Contudo, eles não têm este elo de amizade, todas as suas ligações próximas envolvem o grupo musical, pois apesar de nós termos só estes quatro jovens cá, existem dezenas de alunos espalhados pela cidade com quem eles têm ligação e que falam continuamente na sua língua sem evoluírem no português. Não estou eu a dizer que isto é mau, por um lado é ótimo estas raízes e esta sensação de casa e apoio emocional, contudo neste âmbito da língua revelou-se um desafio para nós técnicos, que faz com que os jovens não tenham interesse nenhum pela língua, e até eles encontrarem algo que lhes faça ter vontade em aprendê-la (hum), este caminho vai ser muito complicado, pois eles não mostram vontade. Temos assistido também algumas dificuldades neste processo de autonomização devido, como mencionado, da falta de apoio prévio nesta entrada no apartamento, tendo em conta que o tempo que eles já estão

nos apartamentos, comparativamente a outros processos, estão muito longe de atingir o que é suposto e de encararem a resposta subsequente. E, também, sem dúvida que este processo de chegada de famílias tem atrasado muito este processo de autonomização e a ambição deles.

E: E2, queres acrescentar alguma coisa?

E2: Não, não, concordo plenamente...

E: Sendo assim, muito obrigada aos dois pela vossa participação, dou por finalizada esta entrevista. Agradeço-vos pela disponibilidade e compromisso, a vossa contribuição foi fundamental. Até breve!

E1: Ficamos felizes por ajudar.

E2: Obrigada nós, até breve.

M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE
RISCO

“ Construindo Pontes”
Jéssica Rodrigues

